

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

MARIANA SALVADOR DA SILVA

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
ENQUANTO ESPAÇO DAS SOCIABILIDADES OITOCENTISTAS: OS
DESIGNÍOS FILANTRÓPICOS DO ASILO DA LAPA.

Rio de Janeiro
2020

MARIANA SALVADOR DA SILVA

**A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
ENQUANTO ESPAÇO DAS SOCIABILIDADES OITOCENTISTAS: OS
DESIGNÍOS FILATRÓPICOS DO ASILO DA LAPA.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre/Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Gisele Porto Sanglard

Rio de Janeiro
2020

MARIANA SALVADOR DA SILVA

**A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
ENQUANTO ESPAÇO DE SOCIABILIDADES OITOCENTISTAS:
DESIGNÍOS FILATRÓPICOS DO ASILO DA LAPA.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre/Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dra. Gisele Porto Sanglard (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

Prof.Dra. Cláudia C. Azeredo Atallah (Departamento de História da Universidade Federal Fluminense)

Prof.Dra. Tânia Salgado Pimenta (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes:

Profª.Dra Daiane Silveira Rossi (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof.Dr. Renato Júnio Franco (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense)

Rio de Janeiro
2020

Ficha Catalográfica

S586s Silva, Mariana Salvador da.

A Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacases enquanto espaço das sociabilidades oitocentistas: os desígnios filantrópicos do Asilo da Lapa / Mariana Salvador da Silva. – Rio de Janeiro : s.n, 2020.
119 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2020.
Bibliografia: 114-119f.

1. Assistência a Saúde. 2. Instituições de Caridade. 3. Criança Abandonada. 4. Comportamento Social. 5. História do Século XIX.

CDD 362.10981

Catálogo na fonte – Aline Gonçalves da Silva – CRB/7-5549

À minha mãe, Odete

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste caminho percorrido tive a sorte de encontrar pessoas singulares, em seus tempos e espaços, espero que a ingratidão não se faça presente nestes agradecimentos:

Agradeço imensamente à minha orientadora Gisele Sanglard pelas reuniões frutíferas e pelos incentivos renovados, por sua grande generosidade e sua sensibilidade em meios as burocracias acadêmicas, contribuindo decisivamente para minha formação como historiadora;

Às professoras Cláudia Atallah e Tânia Pimenta pelas indicações de leitura e sugestões na qualificação e igualmente por participarem da banca novamente. Em particular, à querida Cláudia pelas importantes mudanças de percursos, que me propiciaram adentrar aos estudos sobre assistência, pelo constante apoio e confiança concedidos a mim;

Ao professor Márcio Soares, da UFF de Campos, por sempre mostrar-se solícito e gentil diante de minhas dúvidas e pelo apoio, além de contribuir com bibliográficas para este estudo.

À Milena Medeiros pelos “sonhos vividos de conviver” desde a graduação, os aprendizados e o amparo fraternal de todos os dias;

Às amigas paulistas tão caras em minha trajetória, pelo incentivo e pela cumplicidade, mesmo na distância e nas ausências: Isabel, Bia e Aline. O meu mais sincero obrigado!

Às colegas de mestrado que foram estendidas aos laços de amizade para a vida: Rhaiane e Natália, levarei com carinho as conversas e as trocas ao longo deste período tão árduo!

À convivência com os colegas de alojamento e das confraternizações para amenizar a distância de casa. Nesse lar postigo encontrei amigas queridas: Thayane e Daiane, meus mais sinceros agradecimentos pelas experiências compartilhadas e pela “assistência” em momentos difíceis - “E pela lei natural dos encontros / Eu deixo e recebo um tanto”. À Anna e Murilo pela convivência e pelas brincadeiras que tanto trouxeram leveza ao cotidiano;

À minha família pelos estímulos e pela paciência. Meu amor e admiração à minha mãe Odete, por apoiar incondicionalmente minhas decisões e conviver com a saudade.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz;

Aos funcionários do Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho e do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos de Campos dos Goytacazes;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico de Pesquisas (CNPq) pelo financiamento desta dissertação.

RESUMO

Este estudo propõe discutir as relações sociais e políticas estabelecidas pelos irmãos da Santa Casa de Campos dos Goytacazes, entre os anos de 1860 e 1868, durante a provedoria de José Gomes da Fonseca Paraíba. Nesse período, os desvelos filantópicos concentram-se na fundação do Asilo Nossa Senhora da Lapa, em 1864, voltado ao acolhimento de órfãs e expostas em situação de abandono e administrado pela irmandade da Misericórdia. Para tanto, pretende-se analisar as sociabilidades estabelecidas entre esses homens e suas ações nas atividades assistenciais, a partir da configuração encontrada de seus matrimonios com essas recolhidas, observando os laços estreitos entre os confrades e o interesse em alçar cargos políticos e sociais de prestígio, perante a estrutura social hierarquizada do Segundo Reinado.

Palavras Chave: Assistência – Filantropia – Sociabilidade

ABSTRACT

This study proposes to discuss the social and political relations established by the brothers of Santa Casa de Campos dos Goytacazes, between the years 1860 and 1868, during Dr. José Gomes da Fonseca Paraíba provedoria's. During this period, philanthropic care was concentrated on the foundation of the Asylum Nossa Senhora da Lapa, in 1864, aimed at welcoming orphans and exposed in a situation of abandonment and managed by the brotherhood of Misericórdia. To this end, we intend to analyze the sociability established between these men and their actions in assistance activities, based on the configuration found of their marriages with those collected, observing the close ties between the confreres and the interest in taking up prestigious political and social positions, before the hierarchical social structure of the Second Reign.

Keywords: Assistance – Philanthropic - Sociability

LISTA DE IMAGENS:

Imagem 1 “Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro e sua Indicação”	19
Imagem 2 - Rede das relações entre expostas, noivos e padrinhos.....	96

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 - Os primeiros provedores sa Santa Casa de Campos	29
Tabela 2 - Balanço da movimentação do hospital na década de 1860.....	61
Tabela 3 - Balanço das atividades dos expostos.	75
Tabela 4 - Relação entre casamentos e habilidades domésticas	91

Sumário

Introdução	12
Capítulo I - Entre as clientelas coloniais e o florescer dos oitocentos: a formação da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes	17
1.1 A composição da sociedade campista	18
1.2 A Santa Casa de Misericórdia de Campos na primeira metade do século XIX	27
1.3 As questões sanitárias e as epidemias que assolaram Campos	39
1.4 Considerações Finais	48
Capítulo II - Curar e recolher: as transformações do hospital da Misericórdia e as preocupações com infância desvalida.	50
2.1 “Para o bom e metódico andamento dos negócios”	50
2.2 “Alimentar, vestir, e educar o órfão desamparado”.	63
2.3 - Considerações Finais	77
Capítulo III - Asilo da Lapa: sociabilidade, caridade e filantropia	78
3.1 - A criação do Asilo da Lapa	78
3.2 “Levou aprimorada educação e deixou de si a melhor recomendação...”	88
3.3 As sociabilidades oitocentistas e os desígnios assistenciais	98
3.4 Considerações Finais	110
Conclusões	111
Referências e Fontes	114

Introdução

A presente dissertação teve início com uma pesquisa de iniciação científica que mapeava as ações assistências no norte fluminense, em especial, na cidade de Campos dos Goytacazes. A princípio, a motivação veio devido ao recorte temporal, entre os séculos XVIII e XIX. Posteriormente, o levantamento documental mostrou-se mais instigante, por dimensionar possibilidades de análise e de métodos às fontes encontradas, considerando as ideias e as noções da dinâmica assistencial e sua importância para organização social moderna e contemporânea, além de observar o desenvolvimento de tais atividades e suas implicações sociais, políticas e econômicas locais.

Os referenciais sobre assistência na região direcionavam-se para a maior instituição, desde os tempos coloniais: a Santa Casa de Misericórdia, datada de 1792. Desse modo, debruçei-me sobre trabalhos bibliográficos e historiográficos acerca da temática, pensando as relações clientelares e suas consequências administrativas nas possessões ultramarinas portuguesas, guiadas pelo velho provérbio alentejano – “Quem não está na Câmara está na Misericórdia” – resgatado por Charles Boxer, tratando ambas as instituições como pilares para o império português.

O livro *História da Santa Casa de Campos*, de Alberto Lamago (1951), abarca as administrações dos primeiros trinta e seis provedores da instituição. A partir das tais descrições fornecidas, percebeu-se que as relações locais protagonizadas por estes homens eram base para as nomeações e as participações em irmandades, religiosas ou leigas, e cargos camarários da época. Tenso em vista a relevância em participar de tais esferas proporcionava às elites locais, atente-me para aqueles que pertenciam à irmandade Nossa Senhora Mãe dos Homens (1786) – transformada em Santa Casa de Misericórdia, em 1792, que figuravam entre os mais proeminentes negociantes e grandes proprietários de terras e escravos, e como eles teciam suas trocas de favores em meio às obrigações caritativas, no intuito de alçarem posições de representação social e política naquela sociedade hierarquizada.

Em artigo recente, Cláudia Atallah (2019) ressalta que esta pia instituição se encontrava inserida nas dinâmicas de Antigo Regime, em meio ao discurso higienista e à modernização das instituições, as atuações assistenciais estavam direcionadas ao alastramento da pobreza na região. Com a alteração econômica e populacional, as elites locais lançaram mãos de estratégias para amenizar tal cenário. O surgimento da Santa

Casa de Campos representou a manutenção política e social de homens de poder, atendendo aos parâmetros simbólicos desses costumes e dessas práticas de fins do século XVIII.

Todavia, as documentações que permitiram mudanças substanciais na investigação foram: o *Registro de Órfãos e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864 – 1962)* e o *Relatório d'administração da Santa Casa de Misericórdia da Cidade dos Campos dos Goytacazes no anno de 1863 e 1864*. A partir deste momento, a peça chave para olhar as atividades da Santa Casa campista e as atuações filantrópicas oitocentistas foram os registros que aludiam sobre as discussões da fundação e consolidação de um recolhimento destinado às meninas em situação de abandono. O denominado asilo da Lapa correspondeu aos anseios e às preocupações com o amparo ao público feminino desvalido e aos ideais de bons costumes da época, os esforços da irmandade da Misericórdia e as doações de particulares atendiam aos valores sociais de progresso do século XIX.

Desse modo, a orientação teórica escolhida para pensar esses princípios e costumes, incide-se sobre o conceito de boa sociedade. Ao longo do século XIX, as regras sociais e políticas de dever cívico ditavam os padrões comportamentais que deveriam ser praticados. Assim, os direcionamentos seguidos pelo asilo da Lapa, para educação de suas internas, atendiam aos propósitos nacionais da época, os bons costumes e a difusão dos valores de progresso estavam presentes nas instruções que essas moças recebiam, para tornarem-se boas esposas e mães dos futuros cidadãos brasileiros. A importância e o reflexo de tais desígnios podem ser constatados na "Congregação das Protetoras do Asilo da Lapa", associação formada por senhoras de famílias prestigiosas campistas, logo após uma avaliação negativa da princesa Isabel em relação às instalações e às condições do recolhimento (1868). Essa ação demonstrou que a sociedade local coadunava com os novos ideais filantrópicos e nacionais, concentrando esforços na participação e no auxílio por parte de setores mais abastados aos vulneráveis e desvalidos.

Em específico, com os dados obtidos no *Registro de Órfãos e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864 – 1962)*, pôde-se mensurar o cotidiano dessa nova instituição de amparos às expostas, sob administração da irmandade da Misericórdia. Nesses escritos certificavam os nomes, a idade, a filiação, as datas de entrada e saídas das internas, as habilidades domésticas, além de conter detalhes dos casamentos, como os nomes dos noivos e dos padrinhos. As análises preliminares demonstraram uma configuração pertinente: os sete primeiros matrimônios dessas expostas foram com irmãos da Santa

Casa ou têm eles como padrinhos. A partir disso, as indagações presentes neste trabalho buscam cercar essas relações estabelecidas entre esses homens e as sociabilidades oitocentistas das elites local, bem como as formas de participação nos compromissos assistenciais.

Somando à essas análises prévias, evidenciou-se a aproximação dos horizontes sociais e políticos campistas às normas estabelecidas pelo conceito de boa sociedade, entendido por constituir tais relações como estratégicas, que muitos valeram-se para galgarem posições de destaque no Segundo Reinado.

Assim, esta dissertação começou a ser delineada tendo em voga às inferências do asilo da Lapa, datado de 1864. E a essa questão, outras perguntas foram se agregando, sobretudo após mergulhar nos relatórios da Santa Casa, entre as décadas de 1850 e 1860, localizados na Biblioteca Nacional. Neste ínterim, mais do que as meninas, a gestão do provedor José Gomes da Fonseca Paraíba tornou-se primordial para compreensão da organização assistencial da Misericórdia. Entre os anos compromissais de 1860 a 1868, a instituição campista foi palco de debates e transformações expressivas nas demandas dos expostos e do hospital – as duas pautas mais caras à essa administração.

Neste novo contorno, o papel exercido pelo hospital ganhou visibilidade: seu movimento, o papel dos médicos e sua transformação – tendo como maestro o provedor Paraíba, a partir de sua condição de médico e do prestígio social que gozava, implementou relevantes ações sob a égide dos novos ideais higienistas, análogas às postas em prática por José Clemente Pereira na Santa Casa do Rio de Janeiro, na Corte.

Este trabalho evidencia o papel da cidade de Campos dos Goytacazes, e de sua Misericórdia, na região Norte fluminense e, mesmo, na sua configuração. Até 1741 muito voltada para a capitania do Espírito Santo e, depois de 1832, volta-se para a província do Rio de Janeiro tendo chegado a disputar o lugar de capital provincial. Não restam dúvidas que o processo de Independência e a consolidação do Império foram momentos políticos importantes para atrair o olhar e os interesses das elites locais.

Dessa forma, esta dissertação dialoga com a História Regional, na medida em que compreende a ideia de região como um espaço historicamente construído, moldado e redefinido pela ação do homem, com intuito de responder às demandas de controle social e sobreposição de poderes. No entanto, as adaptações no espaço não correspondem necessariamente às demarcações dos poderes instituídos e, por essa razão, os conflitos humanos vão instaurar outras delimitações de ordem.

Outros diálogos importantes que foram sendo construídos ao longo da pesquisa

foram as relações clientelares, acrescida da discussão de rede de sociabilidade que permitiu explorar as atuações filantrópicas de importantes figuras locais na realização das incumbências assistenciais, e como tais relações favoreceram o fortalecimento de redes de poderes políticos locais e provinciais, com laços de clientela entre esses homens. As Misericórdias, suas ações, o papel dos recolhimentos e sobretudo seu público-alvo abriram espaço para discutirmos a questão da pobreza e como a pobreza e, notadamente, a pobreza naquela região.

Para dar corpo a tais questões, esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo traz um breve prelúdio sobre a cidade de Campos e a fundação da Santa Casa, em fins do século XVIII. Perpassaremos as disposições econômicas que, favorecidas pelo avanço da produção açucareira, propiciaram o enriquecimento da região, bem como a formação das elites local e o aumento populacional. Como medida de suprir tais demandas, as ações assistenciais eram promovidas por estes “homens bons” que, grandes proprietários e negociantes que, passam a controlar tais atividades caritativas, na busca por alcançar posições de destaque local e político. Essas relações clientelares estabelecidas entre esses homens estarão presente no surgimento da Santa Casa de Campos, assim, mostraremos como se sucederam os primeiros anos e dirigentes desta instituição assistencial.

No segundo capítulo, concentraremos a análise para as mudanças vivenciadas nas dependências da Santa Casa, estimuladas pelas novas ideias científicas que influenciaram a condução dos serviços do hospital e o trato com os expostos. Os ideais higienistas são fundamentais para o provedor Fonseca Paraíba, as modificações sugeridas para os serviços disponíveis no hospital, desde a criação de novos cargos administrativos, seguidas de mudanças nas estruturas físicas das enfermarias, além da criação de uma comissão para discutir os casos clínicos, ou seja, uma ampliação da ciência nos cuidados e reforçando a opinião médica nesse espaço de cura. Nesse cenário institucional, a leitura dos relatórios emitidos pelos provedores indicou inúmeras querelas com os poderes públicos, quanto aos subsídios concedidos aos expostos e as dificuldades hospitalares em atender o contingente populacional local. Destinamos um tópico para descrever sobre a preocupação e as ações em prol dos expostos, tema caro ao provedor Paraíba que propõem a criação de recolhimento feminino, o Asilo da Lapa, em virtude das condições alarmantes vivenciadas por expostas e órfãs, e dos valores sociais presente nos moldes assistenciais oitocentistas.

Por fim, no terceiro capítulo, trataremos da criação e consolidação do Asilo da

Lapa, destino das moças desvalidas atendidas pela Santa Casa. Sobretudo, observando os artifícios e os esforços empreendidos por Fonseca Paraíba para realização de tal projeto. A análise debruça-se sobre as fontes: *Registro de Órfãs e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864 – 1962* e dos relatórios da Santa Casa, entre os anos de 1860 a 1867. A partir disso, adentraremos as relações destes irmãos e as discussões, no que se refere às transformações nos parâmetros assistenciais e educacionais, tal como a participação de homens e mulheres renomados nas dinâmicas filantrópicas do novo recolhimento feminino. O retrato a ser exposto vincula-se a presença de membros da Santa Casa nos casamentos dessas recolhidas, figurando como noivos ou padrinhos, essas conexões pessoais remetem-nos aos princípios das sociabilidades, as trocas de influências nos meios econômicos, políticos e sociais com a finalidade de alçar a posições de prestígio local e nas esferas provinciais oitocentista.

Capítulo I - Entre as clientelas coloniais e o florescer dos oitocentos: a formação da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes

A criação da Santa Casa de Misericórdia de Campos é datada de 1792. O primeiro passo foi dado pela Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens que, em 1786, recebe da Câmara um terreno para a construção de seu próprio templo, apartando-se da igreja matriz. Entre 1786 e 1790 os irmãos buscam autorização para se transformarem em Irmandade da Misericórdia. Ainda em 1790, com as obras inacabadas, a confraria abria suas portas para as missas e mantinha um hospital, “uma casinha térrea de pau a pique e telha vã, com limitados números de leitos”, além de um cemitério. (LAMEGO, 1951: 15). Em 1791, com a aprovação e confirmação do Compromisso por D. Maria I, a garantia das regalias e dos privilégios, igualmente concedidos à Santa Casa do Rio de Janeiro, demarcam o reconhecimento de tal instituição assistencial. Agora não mais Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, mas sim Irmandade de N.Sra. da Misericórdia.

Em meados do século XVIII, engendra-se a conjectura socioeconômica propícia para instalação desta Santa Casa da Misericórdia. O protagonismo dos Campos dos Goytacazes está estreitamente vinculado aos avanços da produção açucareira, estimulada pela chegada de comerciantes e pela expansão das atividades urbanas na região. De acordo com Sheila de Castro Faria (1998:190), a então vila de São Salvador, pertencente à capitania da Paraíba do Sul, torna-se um lugar estratégico em termos agrários, a estabilidade financeira está ligada aos bens da terra e aos casamentos.

As dinâmicas desse processo, vistas no final dos setecentos e início dos oitocentos, encaminham para o que os historiadores regionais julgaram ser o “período de ‘ouro’ da sociedade campista”, tal notoriedade econômica e social coroou, posteriormente, os mais poderosos com títulos de nobreza (FARIA,1998:205). Assim, entendemos que a realização das atividades assistências, por parte da Santa Casa local, serviu de palco para trocas e arranjos políticos de homens importantes, como via de alçar novos patamares e assegurar garantias sociais.

Este capítulo tem por objetivo, então, discutir a estruturação e a consolidação da Santa Casa de Campos, enquanto esfera de poder local, desde fins dos tempos coloniais até a primeira metade do século XIX. Atentando-nos para a gênese das relações de clientelas, protagonizadas por figuras poderosas da região, a fim de prestar assistência

aos pobres. Para tal, iremos dividi-lo em três partes. Inicialmente, apresentaremos a sociedade campista, assinalando para as ações caritativas e, posteriormente, filantrópicas realizadas pela elite local; em seguida, ilustraremos as atividades assistências da Misericórdia, durante as primeiras décadas dos oitocentos; e, por fim, pontuaremos as condições sanitárias e as decorrências dos efeitos das epidemias de febre amarela e cólera na cidade.

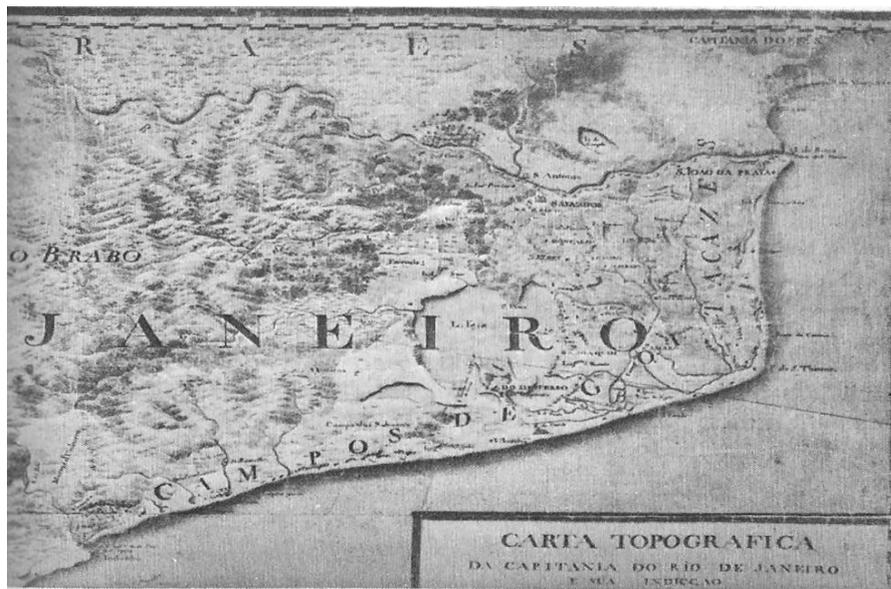
1.1 A composição da sociedade campista

Fundada no último quartel do século XVII, a vila de São Salvador já apresentava grandes potencialidades econômicas, com atividades pastoris e os primeiros engenhos de açúcar e aguardente. Em pouco tempo, a cultura canavieira movimentaria as cifras comerciais e populacionais da região. O mapa topográfico de Manoel Martins do Couto Reis, em 1785, descreve o aumento vertiginoso das exportações, “a qualidade da terra e a facilidade de sua aquisição”, sugerindo modificações para melhorias dos transportes fluviais e o incremento comercial com outras áreas. Acrescente “ainda que a superioridade da região em relação ao recôncavo do Rio de Janeiro devia-se a ‘fazer-se açúcar em todos os meses do ano, pois em todos coalha o melado’” (LARA, 1988: 133).

Considerada uma região¹ expressiva por ser “a mais rica e populosa de todas sujeitas ao Rio de Janeiro, sustentada e engrandecida por um florescente comércio agitado pelos produtos de todos os lugares seus subjacentes” (REIS, 1785: 62-63 apud FARIA, 1998: 167). Esta era a visão que se tinha de Campos dos Goytacazes em fins do século XVIII.

¹ Sobre a discussão acerca da questão regional, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. “Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região”. In: LEAL, Maria das G. de Andrade e FARIAS, Sara Oliveira (orgs.) História Regional e Local III reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino. Salvador: Eduneb, 2015. 37-61.

Imagem 1 “Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro e sua Indicação”



Recorte da “Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro e sua Indicação” feita pelo Sargento-Mor Manoel Vieira Leão em 1763, em que se pode ver a região dos Campos Goytacazes dentro da capitania do Rio de Janeiro. Fonte: LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Além de Couto Reis, o Marquês do Lavradio certifica tal prosperidade, ao afirmar que a produção açucareira campista “era em maior abundância que os dos engenhos da Capital e seus recôncavos”, ocupando posição expressiva nos exportados para Portugal. Dentre os gêneros excedentes estavam “aguardente, madeiras de lei (principalmente jacarandá)” e gado, para abastecimento interno (LAMEGO, 1942:8-9). Assim, no final do século XVIII, “a região dos Campos dos Goytacazes – com cerca de 30.000 habitantes, mais de 50% deles escravos – constituiu-se num local particularmente privilegiado” (LARA, 1988: 139).

Segundo João Fragoso (2001), a formação colonial está estreitamente relacionada ao conceito de economia do bem comum, estruturada por um mercado regulado pelas dinâmicas políticas e de instituições. Portanto, constatam-se, dentro dessa lógica, mecanismos de enriquecimento e mobilidade social, sendo entendida como uma economia política de privilégios. A sociedade colonial, e suas elites, são forjadas por alianças políticas, hierarquias mercantis e administrativas. O sistema de mercês traduzia-se em recompensas pelos serviços prestados à Coroa, mostrando assim, o caráter corporativo da monarquia portuguesa. Contudo, o autor afirma que essas práticas de serviços e concessões foram empregadas nas colônias, conferindo postos administrativos

e militares àqueles que contribuíssem na conquista das novas terras; a importância em ocupar tais cargos não estava vinculada a salários, mas à defesa de interesses particulares e na possibilidade de ascensão social.

Sobre as condições de governabilidade, a historiadora Fátima Gouvêa (2010) reforça que esses privilégios concedidos pela Coroa eram meios de atar os laços e o sentimento de pertença naquela estrutura política imperial portuguesa. O modelo jurídico-administrativo implementado dispunha de instituições, como as Câmaras e as próprias Misericórdias, que colaboravam para a construção e manutenção dos domínios ultramarinos, consolidando os interesses de autoridades locais na organização colonial. Nesse caminho, a composição das redes de reciprocidade e a formação de clientelas eram caracterizadas pelas trocas de favores políticos e sociais entre estes homens, mantendo-os no poder local ou a mando régio, como bem retratou Antônio Manuel Hespanha (1998). Assim, as redes clientelares constituíram a elite econômica colonial, partindo de relações recíprocas dentre famílias e/ou grupos, favorecidas por casamentos e/ou acordos políticos.

Silvia Lara complementa que as correições régias eram executadas pelos Ouvidores com o propósito de fiscalizar ações judiciais e possíveis abusos dos poderes locais. Por vezes, no entanto, o objetivo dessa prática não era alcançado. As autoridades portuguesas ensejavam aproximações com a “administração local, interferindo, em função de benefícios monetários” (1988: 141). Entre os anos de 1792-1798, o Ouvidor da Capitania do Espírito Santo, José Pinto Ribeiro, responsável pela comarca da Paraíba do Sul, perpetra negócios com homens importantes da região que culmina no processo de formação institucional da Santa Casa de Misericórdia de Campos. Por intermédio de relações clientelares, os trâmites burocráticos foram estabelecidos com trocas de favores políticos e matrimônios, Pinto Ribeiro ocupa o cargo de 2º provedor (1794-1795) e casa suas sobrinhas com camarários locais, tais feitos são viabilizados por sua condição de funcionário da Coroa, proporcionando-lhe grande prestígio social naqueles tempos (LAMEGO, 1951:13-14).

Cláudia Atallah (2019), em estudo sobre as dinâmicas políticas coloniais e os meandros percorridos para a criação da Misericórdia, explica que as associações entre esses homens eram permeadas por acordos, a fim de proteger e defender estratégias nas localidades:

Quando em correição naquelas terras, José Pinto Ribeiro era acusado de cometer arbitrariedades e de favorecer alguns homens bons, aos

quais esperava se associar em busca de segurança e prerrogativas na sociedade local. Nutria interesse em ocupar o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia da região. Para tal, envolveu-se numa intrincada rede de negociação e favorecimento que previa o casamento de sua sobrinha com um dos mais poderosos homens do poder local, Custódio Valentim Codeço. Em 1794, Pinto Ribeiro o agraciou com o cargo de Procurador da Câmara da Vila de São Salvador e, logo depois, o alocou no lugar de juiz ordinário (ATALLAH, 2019: 14).

Portanto, inferimos que as posições políticas almejadas pelas elites locais eram garantidas pelas relações estabelecidas com autoridades portuguesas, para assim, tecerem redes de interdependência, necessárias para mantê-los no poder e, ao mesmo tempo, se fazer cumprir os interesses da Coroa. A atitude do Ouvidor Pinto Ribeiro exemplifica essas estratégias, além de alçar Valentim Codeço ao cargo de procurador da Câmara, casa-o com uma de suas sobrinhas e manda “vir de Vitória mais duas a fim de desposá-las com outros homens abastados” (LAMEGO, 1951: 14). Desse modo, a consolidação da Santa Casa acontece em meio a acordos firmados entre esses homens, através de subornos e favores. Enquanto os poderes locais cobiçavam representação política, os funcionários régios passavam a defender seus interesses econômicos, pois, ao conceder cargos a um poderoso comerciante, fazendeiro ou negociante recebiam em troca vultosos valores e estabeleciam, em alguns casos, laços familiares via matrimônios, como forma de selar os compromissos sociais. Atallah (2019) acrescenta que os representantes régios também buscavam por prestígio político diante da Coroa, sabendo-se que não possuíam, por vezes, grandes garantias de permanência e nomeações para novos triênios, em particular, os Ouvidores.

Em linhas gerais, as dinâmicas econômicas, vistas em fins do século XVIII, encaminharam para o que os historiadores regionais julgaram ser o “período de ‘ouro’ da sociedade campista”. No século seguinte, toda essa notoriedade econômica e social coroou os mais poderosos com títulos de nobreza (FARIA, 1998: 205). Segundo Maria Isabel Chrysostomo (2011:63-64), após a independência, as elites campistas participam ativamente dos desdobramentos políticos nacionais, aproximando-se da ala dos moderados e defendendo maior participação no comércio e nos cargos administrativos. As redes de poder, que se firmaram no setor administrativo, estavam debatendo suas ideias e seus projetos na “questão nacional”, preocupados com os rumos da política brasileira, passam a vincular opiniões na imprensa.

Nas primeiras décadas oitocentistas, a produção açucareira alcança seu auge devido às novas técnicas introduzidas nos engenhos, aumentando a produção e o

enriquecimento dos latifúndios. A autora alude que a propaganda e o incentivo na ocupação de novas terras são estimulados pelos líderes locais, como é o caso de José Carneiro Silva, visconde de Araruama, com a publicação de Memória em 1819, que envaidecendo a potencialidade dos solos e os rios; reforçando os manuscritos de Couto Reis e forjando uma identidade regional (CHRYSOSTOMO, 2011:60-62). Podemos interpretar que tal publicação simboliza os interesses e as dinâmicas locais: o visconde de Araruama era genro de Manoel Ribeiro de Castro, barão de Santa Rita e 14º provedor; e cunhado de Manoel Pinto Neto da Cruz, barão de Muriaé e 23º provedor da Santa Casa (LAMEGO, 1951: 12). A prática da endogamia é ilustrada por Faria (1998: 204-205), os matrimônios dos filhos do barão de Santa Rita são com herdeiros de importantes senhores de engenhos e entre parentes consanguíneos, que em “momentos favoráveis de rentabilidade do açúcar, caso da primeira metade do século XIX, havia condições de as famílias mais ricas fecharem-se em torno de si próprias”.

As fortunas adquiridas através da “civilização do açúcar”² foram compostas pelas alianças políticas de barões e viscondes que conquistaram maiores projeções políticas para o norte da província. De acordo com Márcio Soares (2009: 35), esse destaque econômico da região dinamizara os registros demográficos, a escravidão marca presença na expansão dos engenhos, elevando a demanda pelo comércio negreiro. Os senhores locais são responsáveis pelas maiores compras de cativos da capitania/província do Rio de Janeiro, correspondente a “uma das maiores concentrações de escravos de que se tem notícia no Brasil até 1850”.

Para compreendermos as atividades desempenhadas pela Santa Casa de Campos e por seus representantes, adentraremos nas percepções historiográficas acerca do contexto social e político oitocentista. Sem perder de vista, as relações de reciprocidades dos irmãos da Misericórdia e suas prestigiadas posições, que atravessam os tempos coloniais em direção ao progresso do século XIX. Deste modo, consideramos que Fátima Gouvêa (2008) demonstra tal continuidade, ao traçar o panorama dos principais aspectos da política imperial, examinando os espaços e as dinâmicas regionais. Em particular, interessa-nos os desdobramentos políticos protagonizados pelos representantes campistas e as consequências dos diálogos com os poderes provinciais.

O império das províncias constituiu-se a partir das estratégias políticas de diversos grupos, razão pela qual não nos permite identificar somente um grupo no poder. Assim,

²A expressão é empregada por Alberto R. Lamego (Lamego, 1996).

Gouvêa (2008) argumenta que os cargos administrativos que compunham o recém-criado Estado não possuíam treinamento, no entanto, representava status social distinto. Como parte desta organização, a dependência da magistratura estava diretamente relacionada com o controle do processo eleitoral, medida adotada para não ameaçar os poderes integrados, formados por elos entre os grupos locais e os setores econômicos. A reforma do judiciário integra este processo de construção e de perpetuação estatal brasileira, tal setor conectaria os interesses públicos e privados:

O surgimento de uma magistratura distrital “profissional” provou ser um dos elos mais fortes estabelecidos entre o governo central – como qual tinha laços institucionais – e as elites locais. Como argumentou Thomas Flory, isso significou a recuperação de um importante aspecto da herança colonial do Brasil, já que essa foi a estrutura administrativa mais importante engendrada no Brasil colonial por Portugal (GOUVÊA, 2008:76).

Na visão de Fátima Gouvêa (2008: 17-22), a representação política das províncias denota a importância das instituições regionais no processo de emancipação brasileira, minimizando os perigos de fragmentações do território, as unidades territoriais continuam praticamente intactas tal como na antiga administração colonial. A nova composição da monarquia constitucional estabelece eleições indiretas para todos os cargos, a representatividade e a participação política são restritivas na cidadania do Império. A autora frisa que a concepção de cidadania na Constituição de 1824 fixa a distinção entre cidadãos ativos e não ativo derivada dos diferentes níveis de riqueza e liberdade, delineando limites entre a sociedade civil e política. Os cidadãos eram organizados de maneira estritamente hierarquizada, esse mecanismo viabilizou a legalidade e proteção da escravidão.

Nesse contexto, em 1832, o poder provincial fluminense recupera o controle sobre Campos e São João da Barra, uma vez que desde 1741 estavam sob a jurisdição administrativa da província do Espírito Santo. Em 1834, cria-se a Comarca campista e, posteriormente, em 1835, eleva-se à categoria de cidade (ATALLAH, 2018).

Como já discutido neste capítulo, a região campista se sobressaía como importante área econômica e política, configurando-se em uma peça fundamental à província do Rio de Janeiro, em termos econômicos e estruturais, para constituição da identidade provincial (GOUVÊA, 2008:32-33).

Campos era frequentemente referida como *verdadeiramente fluminense* em oposição a Niterói, que era considerada mais intimamente associada

com as questões nacionais e com a cidade do Rio de Janeiro, local de assento da família imperial. (...) A cidade de Campos, com grande frequência, foi considerada como local para acomodar a nova capital provincial fluminense. (GOUVÊA: 2008: 33).

Em 28 de março de 1835, a vila de São Salvador eleva-se à categoria de cidade – Campos (LAMEGO, 1942: 19). Com o novo estatuto político, buscou-se reforçar uma “consciência” regional, na tentativa de justificar as articulações regionais para ocupar posições de poder na assembleia do Rio de Janeiro. Para Chrysostomo (2011: 66-67), as propagandas manifestadas sistematicamente nos jornais forjavam uma identidade regional, associada à riqueza e a missão de integrar comercialmente uma rede de vilas, povoados e cidades. Estrategicamente, as lideranças políticas incentivavam a obtenção de recursos e subsídios advindos do governo central e provincial para investimentos locais. Assuntos de “opinião pública” eram vinculados pela imprensa, como é o caso de obras em canais fluviais para promover o desenvolvimento econômico do norte da província, o que traria benefícios almejados com a construção do canal Campos-Macaé.

Durante os anos de 1830, as discussões travadas na Câmara apontavam para a “necessidade da abertura de um canal entre os rios Paraíba e Ururá”, como solução para escoar os produtos da lavoura (LAMEGO, 1942: 39-40). O primeiro movimento político de Campos, para ser a nova capital provincial, caracterizou-se pela apresentação de projetos para integração regional através de investimentos no setor de transportes fluviais, como via de incrementar as atividades agrícolas (CHRYSOSTOMO, 2011: 68). As justificativas camarárias encaminhadas ao Presidente da província versavam “as grandes vantagens e rendas para o município”, além de sanar a necessidade de outros gêneros de consumo e os “prejuízos pela impossibilidade da exportação”. Em 1845, o então presidente João Caldas Viana, cooperando para o “progresso de sua terra natal”, cria uma comissão para avaliar as estruturas primárias para um canal Campos a Macaé, entre os membros estava José Carneiro Silva, visconde de Araruama.

Determinadas as obras iniciais do Canal, a Câmara em setembro de 1847, constituiu uma comissão da qual fizeram parte os vereadores padre Antônio Aquino dos Santos Colares, Julião Ribeiro de Castro e dr. José Ferreira Tinoco [médico do hospital da Santa Casa], para se entender com os proprietários de terrenos, anexos ao mesmo canal (...). (LAMEGO, 1941: 41).

Dentre outras articulações feitas pelos representantes campistas, Gouvêa (2008: 32-39) mostra que as retóricas visavam à manutenção dos recursos destinados ao

município, com posições majoritárias na Assembleia, essas lideranças do norte fluminense conquistaram uma medida administrativa para que os lucros da produção de açúcar não fossem repassados aos cofres do tesouro provincial até 1870. Esse privilégio indica o poder e a força política campista, “grande triunfo por trás da posição mantida há tempos pela Câmara de Campos, responsável pelas cobranças das maiores quantidades de impostos municipais na província”.

A segunda tentativa de ocupar o governo provincial apresentada pela liderança campista insiste nos projetos de construção de canais, a reformulação das demandas era publicada pelos jornais. O *Monitor Campista*, um dos principais interlocutores, divulgava os problemas do município e as propostas de melhorias por parte da Câmara para os cidadãos, a fim de mobilizar o coletivo e justificar os apelos feitos a Assembleia. Nesse momento, o debate girava em torno da Lei de Terras e do fim do tráfico negreiro, os projetos miravam a regulamentação das terras para, assim, expandirem a produção agrícola e modernizar os engenhos. A partir dos anos de 1840, o açúcar perde a posição do principal produto de exportação da província (CHRYSOSTOMO, 2011: 69).

Como argumentou Maria Isabel Chrysostomo (2011), a relativa queda açucareira e ascensão da produção cafeeira deslocam as forças políticas na Assembleia, geograficamente e politicamente, causando sensível diminuição da representatividade dos políticos de Campos, a tão falada crise na produção (que atingiu mais os pequenos e médios produtores) fomenta os discursos sobre a indispensabilidade de recursos para evitar possíveis falências. Dessa maneira, a dita crise dos anos de 1850 não abala a capacidade campista de assegurar a realização de obras, como o Canal Campos-Macaé, demonstrando a força política e econômica da região.

O ano de 1847 representou a expressividade de Campos, Gouvêa (2008: 48) aponta que ao receber a primeira visita de D. Pedro II, a cidade é reconhecida no quadro político provincial em nível nacional, essas passagens reais simbolizavam o reconhecimento por parte do poder imperial ao destaque econômico e político de determinadas cidades. A distribuição de títulos de nobreza para as figuras mais importantes da região respeitou uma criteriosa seleção na concessão de tal honra: “Preeminências política e econômica locais foram ainda mais enfatizadas através do prestígio concedido àqueles considerados à época situada nos níveis mais altos da hierarquia social brasileira”. Como mostra Talita Casadei, outras três viagens foram empreendidas em 1875, 1878 e 1883, e das “terras fluminenses distantes da Corte, as do norte da Província do Rio de Janeiro foram as mais visitadas pelo Imperador D. Pedro II”

(1985: 9).

Chrysostomo (2011: 70-72) ressalta que o acirramento das disputas pelo título de capital da província fluminense, em 1855, impulsiona o projeto de Campos em se tornar uma província, a propagada proferida pelos líderes locais junto ao governo central e provincial, exalta as riquezas da região e a necessidade de investimentos para ampliar o progresso e a civilização campista. De comum acordo, os vereadores assinam uma Representação, documentando a configuração da nova província, que incluía regiões do Espírito Santo e de Minas Gerais. A nova Província de Campos dos Goytacazes teria a capacidade de ampliar a circulação de produtos e pessoas, via rede fluvial, com máximo de aproveitamento para importação e exportação de toda comarca.

Além da documentação partilha pelos camarários, os jornais mobilizaram as fortes pretensões campistas, os homens influentes da região apoiaram e defenderam a ideia de Campos como a capital da província Goytacazes, os interesses econômicos estavam diretamente ligados ao comércio vigoroso regional. Em comparação à Niterói, Campos ocupava lugar de destaque comercial, desenvolvera-se de maneira independente do poder imperial. A nova província era justificada pela necessidade de aproximação dos sertões capixabas e mineiros para fins de mercado e de civilização, os povoados vizinhos seriam organizados em termos administrativos, comerciais e institucionais (CHRYSOSTOMO, 2011: 73-74).

Com o aumento de recursos e investimentos, a visibilidade política campista fortaleceria a sua legitimidade e as relações com as localidades próximas, em escalas de poder. A elevação da vila de São Salvador para o status de cidade revigorou as pretensões da planície goitacá em se converter capital da província fluminense, os líderes locais suscitavam os direitos que deveriam ser reservados à região mais rica e próspera do Rio de Janeiro, nas sessões da Assembleia provincial. Porém, o projeto não prosseguiu para votação, as atenções tiveram que se concentrar nas pautas sanitárias. Em setembro de 1855, a epidemia de cólera começou a vitimar e, em poucas semanas, “Campos perdeu sua imagem de cidade próspera e ganhou o título de cidade enferma” (CHRYSOSTOMO, 2011: 75-76). Veremos, mais adiante, os desdobramentos deste evento nefasto da história da saúde pública local.

Por ora, apresentaremos as atividades desempenhadas pela Santa Casa de Misericórdia, durante a primeira metade do século XIX. No cenário regional, essa importante esfera de poder era incumbida pelas demandas assistenciais e sanitárias. A realização de tais tarefas passava pelo crivo dos provedores e dos irmãos definidores da

mesa, tornando-se perceptível as trocas e os arranjos políticos de famílias e homens proeminentes locais, assim como diálogos com outras instituições, exemplificaremos algumas questões pertinentes aos subsídios destinados a essas instituições de amparo, concedidos pelos poderes camarários e provinciais.

1.2 A Santa Casa de Misericórdia de Campos na primeira metade do século XIX

A relevância das Santas Casas de Misericórdia, na configuração do império português, está na atuação junto as Câmaras, representando uma extensão dos mandos lusitanos que as autoridades régias ou eclesiásticas não eram capazes de defender na sociedade colonial. Na América portuguesa, as primeiras instituições decorriam da associação entre a Coroa e as elites locais, essas financiavam as atividades de irmandades e o respaldo político era dado pelas representações camarárias nessas relações socioeconômicas, típicas de Antigo Regime. O conjunto de práticas assistenciais prestadas variava conforme as realidades locais apresentadas e a proteção institucional eram fragilizadas (BOXER, 2001; RUSSEL-WOOD, 1981).

Renato Franco (2014:7-8) reitera que a fundação das Santas Casas de Misericórdia está atrelada à institucionalização da caridade, administradas por irmandades leigas, que juntamente com as Câmaras locais, realizavam ações de auxílios aos pobres. É importante ressaltar seu caráter laico, as atividades assistenciais, ainda que inspiradas em preceitos católicos, eram realizadas de maneira autônoma e sem hierarquias, não havendo interferência eclesiástica nos assuntos administrativos.

Dentre os serviços administrados pelas Santas Casas estavam hospitais, boticas, cemitérios, rodas de expostos e recolhimentos para órfãos. Assim, Maria Luiza Marcílio aponta que a preocupação com o atendimento às crianças abandonadas pode ser vista pelos decretos vinculados às *Ordenações Manuelinas*, que centralizavam e padronizavam medidas administrativas para a proteção dos ditos enjeitados, sendo as Câmaras responsabilizadas em conceder subsídios para criação dessas crianças. No final do século XVIII, as reformas portuguesas empreendidas por Pina Manique, chefe da Intendência Geral de Polícia, incluíram a promulgação de uma lei que ordenava a fundação de Casas da Roda para acolher expostos, tal feito não se alterou ao longo do século XIX (MARCÍLIO, 2010:22-23). Essas reformas não foram impactantes nas possessões portuguesas, sendo invalidadas a partir da segunda década do século XIX no Brasil.

Contudo, é possível considerar que essa legislação tenha causado uma influencia costumeira na sociedade oitocentista brasileira, o que explicaria a organização de estabelecimentos para acolhimento de expostos e órfãos nesse período.

O historiador português José Subtil (2016) contribui com a afirmação de que os interesses locais ditavam os rumos da saúde na colônia, os recursos eram monopolizados e direcionados a benefícios próprios, o que gerava a situação desigual e caótica devido à falta de regulamentação das riquezas. A realidade colonial não era de pleno conhecimento da Coroa, a fiscalização real não era eficaz para penalizar as irregularidades apresentadas, havendo ainda conflitos no poder de mando entre os funcionários régios e os dirigentes locais na resolução dos problemas públicos (SUBTIL, 2016:10-11). Este quadro citado pelo autor pode ser exemplificado com as penúrias sofridas pela população da planície goitacá, descritas por Alberto Lamego:

Dizia que a povoação dos Campos era sujeita a grandes epidemias todos os anos por causa das enchentes dos rios e inundações das terras e que antes da fundação da Santa Casa, os seus moradores que enfermavam, morriam sem socorro algum e muitos cadáveres trazidos para o adro da Matriz, onde serviam de pasto aos animais, quando pessoas caridosas não se encarregavam de sepultá-las. (LAMEGO, 1951: 15)

Nos anos de 1790, a criação da Santa Casa de Campos reflete a alteração da elite dirigente na configuração assistencial. Como bem observou Renato Franco (2015: 24), na composição da congênere carioca, torna-se significativa a presença de comerciantes e homens de negócios nas irmandades, a atuação desses estava vinculada às garantias de sociais locais aos cargos concedidos, de forma hierárquica entre seus membros, conforme interesses e ditames regionais. Para o caso campista, Sheila de Castro Faria (1998) revela que a elite senhorial construiu fortunas, entre o final do século XVIII e início do século XIX, através da ampliação da economia açucareira, aquisição de terras e compra de cativos, assegurando tal prestígio com alianças matrimoniais e boas relação políticas. Desse modo, nomes expressivos estarão na administração ou como benemeritos nos assuntos assistenciais da Misericórdia local.

No decorrer do tempo, a dita “nobreza da terra”³, representada por estes senhores e seus descendentes, terão destaque na mesa definitiva da Santa Casa, além de serem agraciados com títulos de nobreza nos oitocentos. Ao analisar a lista de provedores

³O termo “nobreza da terra” é conceituado por João Fragoso como referência à elite senhorial, participantes da vida política local e proprietários importantes de terras, a superioridade reside por serem herdeiros dos primeiros colonos na América portuguesa (FRAGOSO, 2010: 52).

fornecida por Lamego (1981: 12), comprovamos que tais dirigentes estavam sempre ligados às carreiras, como tenente-coronel, capitão, sargento-mor, médico e advogado; e de segmentos sociais de prestígio, sendo eles comendador, barão, cônegos (padres), abastados fazendeiros e negociantes, ou seja, era um círculo social restrito que estava frente às atribuições administrativas da Santa Casa.

Tabela 1 - Os primeiros provedores da Santa Casa de Campos

Provedor	Ano	Ocupação
Dr. José Pinto Ribeiro	1794 - 1795	Ouvidor régio
Joaquim Vicente dos Reis	1796 - 1798	Alferes, negociante e fazendeiro
Gregório Francisco Miranda	1798 - 1799	Sargento-mór, negociante e fazendeiro
Custodio Valentim Codeço	1804 - 1805	Capitão
Manoel Antônio Ribeiro de Castro	1810 - 1811	Comerciante
Gregório Francisco de Miranda (filho)	1831 - 1833	Tenente-coronel
Agostinho Aquino dos Santos Collares	1846 - 1853	Padre, fazendeiro e político
José Gomes da Fonseca Paraíba	1860 - 1868	Médico
José Fernandes da Costa Pereira	1868 - 1871	Advogado e político

Fonte: LAMEGO, A. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, 1951.

Em *História da Santa Casa de Campos*, identificamos os nomes citados por Faria (1998: 190), entre eles, estão o alferes Joaquim Vicente dos Reis e o Sargento-mór Gregório Francisco de Miranda. Segundo Lamego (1951: 16), aquele abastado negociante ocupou o posto de 4º provedor (1796 – 1798), tornou-se importante fazendeiro, que por ato de caridade instalou em sua propriedade “um magnifico hospital abrindo as suas portas para todos os necessitados, socorrendo-os com remédios receitados pelo médico que contratara – o Dr. Antônio José do Vabo Brochado”. Os fazendeiros da região encaminhavam seus escravos para serem tratados, “eram medicados com todo desvelo pelos enfermeiros, sem retribuição nenhuma”. Seguindo seu exemplo, foram provedores “dois de seus genros e um neto”.

Castro Faria (1998: 202-203) pontua que Vicente dos Reis, em princípio,

conquistou bens estabelecendo casa de negócio no Rio de Janeiro. Posteriormente, com mais dois sócios, adquire a propriedade e os bens dos jesuítas - expulsos pelas ordenações pombalinas, na metade do século XVIII -, tornando-se importante dono de “terras, engenho, gado e aproximadamente 1.500 escravos”. No que diz respeito às contas de testamento, a autora indica que disputas, por seus bens, são protagonizadas por “seu testamentário e genro, Joaquim Gomes Barroso, e os provedores da Santa Casa de Misericórdia da vila de São Salvador”, em virtude da significativa herança, raríssima naqueles tempos.

Na administração seguinte, Lamego (1951: 16-17) descreve a atuação do 5º provedor (1798-1799), o português Gregório Francisco de Miranda, “negociante e fazendeiro, dentro de pouco tempo, pelo seu tiro administrativo, tornou-se um dos mais ricos da capitania”. Neste momento, a Irmandade de N. S. Mãe dos Homens, amparada pelos privilégios concedidos, não se submetia mais as ordens do padre Bartolomeu Martins da Mota, responsável pela de Matriz de São Salvador, gerando querelas em torno das atividades assistências, das solenidades religiosas e dos espólios dos enterros que passaram a ser pagos à Irmandade. Em face ao prejuízo com as novas regras, o pároco recorreu dirigindo-se à D. Maria I, questionando a autoridade desta Irmandade por não possuir Recolhimento de órfãos e Roda de expostos, além de enterrar brancos e livres em seu cemitério que não tinham “elegido sepultura”; por fim, acusava o capelão por cobrar valores expressivos dos senhores de escravos pelos enterramentos, tais eram maiores do que os taxados no Rio de Janeiro. Apesar da denúncia, o padre não obteve êxito, tais funções continuaram nas mãos da dita Irmandade.

Sem qualquer dependência das ordens advindas do vigário da vila de S. Salvador, o provedor Gregório Miranda “exerceu seu mandato com grande devotamento”, o pequeno hospital enfrentava a alta demanda de enfermos que, por vezes, não encontraram um leito sequer vago e eram levados para a casa do provedor, “onde não lhes faltavam carinhos e remédios”.

Bem poucos doentes comportavam, o pequeno prédio que se chamava “Hospital da Santa Casa” e os provedores, que iam sucedendo nos cargos, se limitavam a visitá-los, pensando sempre em ampliá-lo ou construir um novo. (LAMEGO, 1951: 18).

Em consonância com tais informações, Sheila de Castro Faria (1998: 198-199) certifica a posição bem-sucedida de Gregório Miranda, que além de provedor, exerceu o cargo de juiz de órfãos e é condecorado com a Comenda da Ordem de Cristo. Contraiu

núpcias com a filha de um poderoso proprietário de engenho e tiveram dois herdeiros: Maria Francisca Assunção casa-se com José Martins Pinheiro, mais tarde barão da Lagoa Dourada; e Gregório Francisco Miranda, casado com a filha de um ex-ouvidor da capitania do Espírito Santo e grande proprietário em Campos.

História semelhante é descrita pela autora, referindo-se ao português Manoel Antônio Ribeiro de Castro, estabelecido também como comerciante e, posteriormente, arranjando-se com a filha de um importante “produtor escravista da região”. Dentre suas atribuições de prestígios, está a nomeação de capitão da 7ª Companhia do Terço das Ordenações e candidata-se a vereador da vila. Nos primeiros anos dos oitocentos, “recebeu as patentes de capitão-mor e, depois, de coronel; tornando-se administrador e fiscal do dizimo do açúcar, de 1803 a 1806, e arrecadador da taxa denominada dos ‘lázaros’”; por fim, também agraciado com os títulos de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Fidalgo Cavaleiro, oficialato da Ordem da Rosa e, finalmente, em 1847, o título de barão de Santa Rita (FARIA, 1998: 204). Sobretudo, entre os anos de 1810 – 1811 ocupara o cargo de provedor e realizou obras na capela-mór para asilo dos pobres (LAMEGO: 1951: 20-21).

As trajetórias desveladas, pelos autores acima citados, atestam que alguns descendentes seguiram a trilha destes homens de fortuna. Lamego (1951: 28-29) afirma que o tenente-coronel Gregório Francisco Miranda, homônimo do pai, também ocupou o cargo de provedor (1831-1833), recebendo o título de barão da Abadia das mãos de D. Pedro II, em 1847. Durante seus encargos na Misericórdia, “tomou uma resolução definitiva sobre a construção do novo hospital (1832)”, entretanto, as obras foram paralisadas devido à grande enchente do rio Paraíba, em 1833. Nesses tempos, ainda era comum sepulturas em igrejas, “a estagnação das pútridas águas, nas baixadas e lagoas”, causou surto de febres e o aumento dos atendimentos no hospital, que não comportou todos os doentes. Os socorros foram prestados pelo governo, com uma subscrição que rendeu 11 contos de réis, e por doações de particulares.

A mesa da Santa Casa, reunida nesse dia [3 de junho de 1833], o Coronel Manoel Antônio Ribeiro de Castro comunicou que a “Sociedade Esperança” de Niterói, filiada ao Grande Oriente do Brasil, “considerando que a inundação que houve em Campos causara muitas moléstias, mandava entregar à Santa Casa, 400\$000 réis. (LAMEGO, 1951: 167).

Os nomes de provedores e os períodos administrativos, fornecidos por Lamego

(1951: 12), transparecem que a duração do principal encargo era de um ano e, após os anos de 1840, tem-se a média de três a cinco anos, tal variação coincide com o processo de formação do Segundo Reinado. Curiosamente, temos a presença de religiosos gerenciando a Mesa, caso dos cônegos Agostinho Aquino dos Santos Collares e Antônio Pereira Nunes que foram provedores, respectivamente, nos anos de 1846-1853 e 1887-1889; e do padre Manoel Pereira da Mota, nos anos de 1833-1834. Em relatórios da instituição, constam outros membros eclesiásticos: conselheiro e mordomo do Recolhimento, o cônego Marianno Leite da Silva Escobar; o conselheiro e mordomo das capelas, o reverendo Manuel de Oliveira Pecegueira; irmão definidor, o padre Joaquim José Teixeira de Castro (PARAHYBA, 1864). Aliás, as próprias regras e condutas estabelecidas pelas Irmandades leigas não permitiam a interferência de poderes seculares na conduta das atividades assistências das Santas Casas de Misericórdia, raras exceções podem ser vistas em Portugal, exemplificada pela Misericórdia de Braga⁴.

Tal como a Misericórdia, outras instituições prestavam caridade para remissão da alma cristã, as ordens religiosas instrumentavam-se para “manutenção da coesão social” e da moralidade. Em Campos, a Ordem 3^a de São Francisco oferecia assistência aos seus membros, servindo de “plataforma para a projeção do poder político”, as ações benfeitoras estavam no raio de atuação dos senhores locais para enaltecer o sobrenome das famílias mais importantes. Conforme a conta corrente de receita e despesa, apresentada pelo síndico José Caetano de Carvalho Salzedas, entre os anos de 1836 e 1837, a confraria possuía um hospital, aluguéis de casas e arcava com despesas salariais de funcionários (SOARES: 2018: 38-39).

Nesta perspectiva, Stuart Woolf (1986) elucida sobre a incapacidade da sociedade ocidental em manter o Estado assistencial. As investigações historiográficas começam a destinar mais atenção à concepção de pobreza, que atravessa conjunturas sociais, econômicas, morais e políticas. Enquanto fenômeno coletivo, a pobreza adquiriu uma conotação econômica ligada às classes trabalhadoras, entretanto, o autor saliente que tal interpretação é deficitária. Todavia, para o período moderno, as análises demonstram que as responsabilidades estatais estavam delegadas às instituições de caridade religiosas e civis. O processo de categorização dos indivíduos merecedores de serem assistidos está vinculado ao ato caritativo, baseado no aperfeiçoamento espiritual e nas relações sociais interpessoais de reciprocidade. No século XIX, a filantropia representa um processo

⁴ Sobre a presença eclesiástica nas competências administrativas das Santas Casas, ver: ARAÚJO, 2017.

modernizador para as dinâmicas sociais e econômicas, a centralidade do Estado busca por medidas de aplicação da ciência útil, direcionadas aos problemas dos pobres, exemplo são os estudos malthusianos, desenvolvidos a fim de explicar a pobreza (WOOLF, 1986: 11-12; 36-38; 53-54).

Atualmente, os estudos sobre assistência e Santas Casas de Misericórdia indicam que, em comparação às ações caritativas de motivações religiosas, vistas ao longo dos setecentos, ocorrem modificações na atuação dessas instituições de amparo. Desta maneira, Laurinda Abreu (2015) explica que a partir das ideias empreendidas por Pina Manique, intendente-geral da polícia portuguesa (1780-1805), o Estado assume as responsabilidades dos investimentos para as melhorias aos mais necessitados no século XIX. E, acrescenta que as práticas assistenciais passam por uma mudança progressiva, do sistema tradicional das Misericórdias para uma ideia de obrigação humanitária, incumbida em corrigir as desigualdades socioeconômicas:

A filantropia tinha como primado a procura de eficácia na intervenção, que se queria transformadora. Afastava-se da caridade, não tanto pelas profundas motivações religiosas que caracterizavam as práticas assistenciais tradicionais, mas por seu caráter meramente paliativo. Na França revolucionária, a filantropia tornou-se sujeito do discurso moral e social estruturado sobre os valores da razão e justiça, que se fez acompanhar de um manual de instruções a ser usado pelo “homem de Estado filantrópico” (ABREU, 2015:7).

Guiada pelos escritos de Catherine Duprat, Gisele Sanglard (2017: 17) confirma que o conceito de filantropia carrega consigo dois sentidos: de um lado, “traduz as obras de ação social”, de caráter caritativo ou humanitário; e de outro se opõe ao caráter religioso, afastando-se de qualquer relação com preceitos espirituais. Essa nova benemerência origina-se nas formulações iluministas e apresenta uma ideia de utilidade social, desassociando-se da caridade e das práticas piedosas, tendo por característica primada a laicização na prática social. Sem embargo, a ação filantrópica preza por um modo útil de agir na esfera social, o que

significa a passagem de um sistema de afirmação de princípios humanistas para proporções sociais voltadas para a suavização da pobreza ou da doença, neste caso compreendida a mendicância, a assistência, a saúde pública e a seguridade, que surge no século XIX (...). Estas proposições são, contudo, não somente paliativas, mas também preventivas (SANGLARD, 2017: 17).

As mudanças socioeconômicas, no decorrer do século XVIII, transparecem a

importância de pertencer e participar de irmandades e de instituições de caridade, tal representação social está atrelada ao dever moral das elites para com os pobres. No florescer dos oitocentos, Renato Franco (2005:6) esclarece que a ideia de filantropia permeia as atividades assistenciais, de forma laica, assim, os bons costumes e a civilidade passaram ser amparados na cientificidade e não, somente, nos valores religiosos. Para além de uma ação caritativa, fez-se dever das elites o cumprimento de uma “obrigação cívica”, “os mais afortunados que tomariam para si a missão altamente prestigiosa de fundar e administrar instituições que procurassem dar cabo do que consideravam degenerescência e pobreza”.

Em “Assistência à saúde no interior do Rio de Janeiro dos Oitocentos”, Tânia Pimenta (2017: 42) debruça-se sobre as questões relativas aos “grupos que promoviam e os que recebiam” os subsídios destinados às casas de caridade. Segundo a autora, o funcionamento dessas instituições não seguia um padrão único de administração, mas é certo que nenhuma se aproximava do poderio da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, “fundada no final do século XVI (c. 1582), em termos de indivíduos atendidos e de prestígio político dos homens que compunham a mesa administrativa dessa instituição”. Entretanto, ressalta a importância da Santa Casa de Campos dos Goytacazes para os tratamentos assistenciais no norte da província fluminense. A autora ressalta que é

Interessante perceber que, embora as informações sejam rarefeitas, os dados disponíveis mostram que a maior parte das Casas de Caridade da província não possui muito patrimônio (exceção feita à Santa Casa de Campos): algum valor em dinheiro e um ou outro prédio, contando com o próprio hospital, até meados da década de 1850. (PIMENTA: 2017: 47).

O processo de burocratização do Estado imperial brasileiro condicionou algumas mudanças, para melhorar organizar a distribuição de subsídios aos setores públicos e privados, os poderes provinciais passam a exigir um retorno sobre as condições administrativas dessas instituições. No caso da assistência, relatórios anuais são exigidos das casas de saúde, detalhando os dados de receitas e despesas, assim como, o balanço estatístico de doentes atendidos nos hospitais e as demandas dos expostos.

Dadas as dimensões filantrópicas e caritativas da Santa Casa de Campos, já mencionadas neste capítulo, a questão dos expostos e órfãos permeou os escritos dos provedores ao longo do século XIX. O alto índice de abandono e as dificuldades em administrar o destino desses enjeitados, desde a instalação da Roda em 1819 (LAMEGO, 1981). A criação da Roda dos expostos está associada à preservação do anonimato do

expositor, os dados mostram que as regiões urbanas foram as que mais registraram as atividades das Rodas, mas a autora salienta que a exposição, no século XVIII, de modo mais disseminado, era feita em residências particulares nas regiões rurais:

Na freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacases, o costume de expor crianças em casas particulares prevaleceu até a constituição as Santa Casa de Misericórdia, em 1790, feita pela Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e a subsequente construção da roda dos expostos. As primeiras crianças expostas na Santa Casa foram batizadas no ano de 1796. Durante praticamente todo o século XVIII, portanto, crianças foram recebidas, batizadas e, muitas delas, criadas por particulares. (FARIA, 1998: 70).

O estudo realizado por Sheila de Castro Faria está baseado nas documentações paroquiais, esses documentos atestam a exposição das crianças, fundamentam-se nos registros de batismos. Entretanto, será a partir do século XIX, que relatórios anuais passam a ser emitidos pelas Misericórdias e instituições de assistência, relatando sobre as atividades e as carências vivenciadas pelos assistidos, tal como as dificuldades e movimentos hospitalares. Parte dessa elaboração mais formal pode ser compreendida pela exigência do poder provincial, a fim de mapear as Casas de Caridades, para assim, destinar os repasses de verbas:

Nem todas as casas de caridades têm prestado regularmente informações sobre suas contas, e movimento de seus hospitais. Para regularizar a remessa dos mapas relativos ao serviço sanitário e dos balancetes e demonstrações dos fundos empregados na sustentação desses estabelecimentos, bem como para tornar efetiva a fiscalização do juízo da provedoria sobre suas contas e [...] que remetessem anualmente [...] aqueles mapas e balanços, acompanhados do relatório sobre o estado dos estabelecimentos; e aos juízes provedores que enviassem até a mesma época informações sobre a tomada de contas.⁵

Nas páginas de relatórios dos anos 1840⁶, as reclamações acerca dos subsídios fornecidos pela Câmara municipal e as leis orçamentárias da Província estão em vários trechos desses documentos, pedidos de ajuda são feitos em nome da Misericórdia para auxílio aos expostos e as demais atividades assistenciais. Os cuidados com os expostos ficavam a cabo dos auxílios distribuídos aos que se ofereciam em criá-los. Alguns casos chamam atenção, como os relatos descritos no relatório de 1844-1845, o provedor em

⁵Annexos do relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial no Rio de Janeiro na 1.ª sessão ordinária da 15ª legislatura pelo presidente, o conselheiro João Crispiano Soares. [Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil] 1864.

⁶Relatório d'administração da Santa Casa de Misericórdia da Cidade dos Campos dos Goytacazes no anno de 1844 - 1845; 1846 - 1847; 1847 - 1848. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.

exercício era Domingos Gomes Barroso, incrédulo com atitude tomada por uma tal de Maria da Lapa, que se oferecera em cuidar do exposto Manoel, alegando que necessitava de mais recursos pois o menino era aleijado. Mas ao averiguar a história da mulher, o mordomo, “porém descobriu o artifício fraudulento para extorquir o dinheiro da Casa destinado a fins tão sagrados; pois que o Exposto é perfeitamente sadio; e esta criminosa mulher fugiu precipitadamente” (COLLARES, 1845). Outro episódio, diz respeito a venda de uma das expostas:

Retirando-se para Minas uma certa Maria José que tinha á seu cargo a criação da Exposta, parda, de nome Izabel, constou que ela a levaria consigo, e que a vendera naquela Província, como escrava; com efeito não demoramos as providencias, publica, e particulares tomadas, e nos certificamos que a infeliz já tinha sofrido terceira venda, e cavalheiramente se encarregou o II mo. Sr. Dr. Antonio José Monteiro de Barros, este filantropico Cidadão, superior a todos os encômios a [foram] arrancar das garras d’ambição, e do crime, e interessando-se por sua desgraça sorte a conserva em sua casa, e nos comunica que não exige despesa alguma por ele feita com a execução da Precatória d’aqui expedida pelo ex-Juiz do Cível, e que gratuitamente se encarrega, querendo o Estabelecimento, de sua criação, e educação (COLLARES, 1845: 7-8).

Diversas ocorrências, exemplificada acima, são pontuadas e esmiuçadas nos relatórios emitidos anualmente pela Misericórdia, os percalços cotidianos e o detalhamento das atividades da instituição passam a consumir um número maior de páginas. Contudo, vigora as indicações dos nomes e das funções de cada irmão, o balanço das atividades do hospital e do acolhimento de expostos. Parte dessa elaboração mais formal pode ser compreendida pela exigência do poder provincial, a fim de mapear as Casas de Caridades, para assim, destinar os repasses de verbas:

Nem todas as casas de caridades têm prestado regularmente informações sobre suas contas, e movimento de seus hospitais. Para regularizar a remessa dos mapas relativos ao serviço sanitário e dos balancetes e demonstrações dos fundos empregados na sustentação desses estabelecimentos, bem como para tornar efetiva a fiscalização do juízo da provedoria sobre suas contas e [...] que remetessem anualmente [...] aqueles mapas e balanços, acompanhados do relatório sobre o estado dos estabelecimentos; e aos juizes provedores que enviassem até a mesma época informações sobre a tomada de contas. (COLLARES, 1845: 7-8).

De acordo com Sérgio Risso (2006), as fontes de renda da Santa Casa

fundamentalmente eram as escolas, não havia uma participação significativa do poder público nas finanças, exceção seria referente às verbas anuais dos expostos dado pela Câmara, em 1813. O poder público transfere para Misericórdia atribuições sociais, repassando recursos que, por vezes, não são suficientes para as despesas que aumentam ano após ano. No ano de 1840, com autorização da Câmara, cria-se uma loteria em favor da Misericórdia e, em 1871, mais duas loterias são concedidas pela Assembleia Legislativa Provincial (RISSO, 2006: 61-62).

Os honorários gastos com a criação dos expostos agravavam a situação nos cofres da instituição, diversas cobranças direcionam-se à Câmara de Campos e aos poderes provinciais. Como já vimos à legislação portuguesa e, posteriormente, a brasileira delegava às autoridades camarárias (os juízes de órfãos) responsabilidades em cuidar da infância abandonada, mas, aos poucos, tal função é transferida e desempenhada pelas Misericórdias. As informações explicitam que, no relatório de 1847-1848, são descritos pelo provedor, o cônego Agostinho dos Santos Collares, pontuam as condições dos expostos: no quadro inicial dos 286, 25 foram dispensados por completarem a idade (máximo de 10 anos) e 21 por falecerem, acrescentando em 49 novos e 7 admitidos, permanecendo um total de 243; nesse ano em particular, viviam 2 meninos e 10 expostas nas dependências do hospital, sob os cuidados da enfermeira.

A despesa apresentada foi de 5:885\$630 réis, incluindo os dotes de casamento entregues às expostas, que variavam de 150\$000 a 200\$000. A Câmara disponibilizava o valor de 1:200\$000 (COLLARES, 1848: 4) para os custos, os pedidos para fornecerem maiores valores para tais despesas eram constantes. Nos anos de 1849-1850, a despesa com os expostos atingiu o valor de 6:150\$113 réis e a quantia enviada pela Câmara permanecia intacta, o provedor expõe a situação difícil e súplica:

A câmara municipal desta cidade concorre para esta despesa coma quantia de 1:200\$000 rs, que na verdade é mui pouco, à vista do que se despense com a criação dos expostos, com tudo não perdi as esperanças, que a Ilustre Câmara, composta de Cidadãos tão filantrópicos, e tão dedicados a este Pio Estabelecimento, concorrerá com maior quantia para se poder fazer face a tão grande despesa.(COLLARES, 1850: 4).

Na segunda metade dos oitocentos, como demonstra Fátima Gouvêa (2008: 39), a arrecadação de impostos realizada pela Câmara campista e associada à taxação da produção do açúcar, uma das maiores cobranças registradas na província. A decisão de

ajuda financeira dada pelo governo provincial aos municípios, nos anos de 1870, não incluiria a cidade de Campos, a justificativa era que disponha de uma renda elevada, se comparada com as demais cidades fluminenses (GOUVÊA, 2008: 112-115). De modo geral, a Santa Casa administrava suas atividades assistências com dificuldades, isso pode ser verificado nos relatórios, são inúmeras notícias de déficit orçamentário, a urgência do recebimento desses repasses estava, quase sempre, relacionada às despesas do hospital, da criação dos expostos e da educação das órfãs do Asilo da Lapa. Mas, todavia, essa condição pode ser explicada pela significativa demanda da região, sendo esta instituição a única bem estruturada para atender tal contingente. Ora, por conta da competição com outras regiões, os líderes filantrópicos campistas trabalhavam com retóricas piedosas, como medidas de barganha dos subsídios provinciais e camarários direcionados às instituições de saúde.

O protagonismo exercido pelas Misericórdias, durante o século XIX, reforça a prática da caridade, pela qual os poderosos locais legitimavam suas condutas, diante das demandas sociais (FRANCO, 2014: 19). Tratando do caso campista, a filantropia dominante fazia com que o Estado simplesmente fosse um mediador entre as carências sociais e ação filantrópica dos ricos, sem maior envolvimento nos conflitos registrados. Para tanto, a caridade secular era organizada nos espaços privilegiados, em uma sociedade hierarquizada e religiosa, garantindo um simbolismo de distinção para os mais afortunados e que praticavam este ato cristão (RISSO, 2006: 62).

Seguindo as obras espirituais e corporais do Compromisso, o modelo de assistência caritativa e filantrópica resulta de uma mescla do sentimento religioso e do dever cívico, podendo ser visualizada nas condutas da Santa Casa de Campos, instância assistencial que nomes mais ilustres praticavam caridade aos mais desprotegidos e, ao mesmo tempo, tinham suas virtudes cristãs elevadas socialmente. Em sintonia, a Misericórdia e a sociedade reiteravam valores, práticas e mentalidades, no período colonial, constituiu-se em um elemento político de controle e manutenção para a Coroa portuguesa, com suas atribuições administrativas e assistências prestadas aos desafortunados.

Em Campos dos Goytacazes, o surgimento dessa instituição assistencial estreita-se às práticas clientelares do Antigo regime, seus membros por meio de influência social e políticas travam acordos intrapessoais, com casamentos e laços parentais. Assim sendo, notamos que a configuração sociopolítica brasileira não sofre grandes alterações nos oitocentos, a hierarquização da sociedade tem por base a escravidão e a estrutura política

monárquica no Segundo Reinado. Todavia, os aspectos sanitários entraram cada vez mais nas agendas públicas, a seguir, esboçaremos sobre os diálogos assistências e políticos em torno das duas epidemias que assolaram Campos, entre os anos de 1850 e 1855.

1.3 As questões sanitárias e as epidemias que assolaram Campos

Durante o século XIX, os saberes médicos passam a influenciar as medidas sanitárias, a preocupação residia nos cuidados higiênicos e no combate aos ambientes causados dos males miasmáticos; fatores políticos, sociais e econômicos entrelaçam-se nos debates para almejar a ordem e progresso da época. As consequências graves do surto de cólera, em 1855, afastaram a quimera campista das reais possibilidades ao poder provincial. Essa epidemia vitimou parte considerável da população local e revelou as mazelas sociais, evidenciando as precariedades das condições sanitárias e da saúde pública.

Em terras *brasilis*, a ciência de curar inicia-se com a vinda da família real portuguesa. Entre 1808 e 1828, segundo Tânia Pimenta (2004), funcionou a Fisicatura-mor, órgão responsável pela fiscalização e regulamentação de todas as atividades referente as artes terapêuticas, concedendo autorizações e licenças para médicos, cirurgião, boticário, parteira, sagrador e curandeiro. As práticas eram diversas e as culturas heterogêneas, resultando em tratamentos baseados em crenças populares, conhecimentos acadêmicos de “folhetins” e experiência com ervas medicinais. Com a extinção da Fisicatura-mor, as funções de inspecionar as demandas da saúde pública passam às Câmaras Municipais, por meio do Código de Posturas, as autoridades camarárias são responsabilizadas a regularizar as atividades dos terapeutas, que precisam pedir autorização, e os curandeiros não aparecem mais como categoria.

Na década de 1830, a institucionalização da medicina acontecerá com a fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829) e, depois, da Academia Imperial de Medicina (1835), contando também com as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (1832). Deste modo, a transformação das escolas de medicina em faculdades, delega à essas instituições a respaldo legislativo das questões sanitárias do Império até 1850, posteriormente, transferida a Junta Central de Higiene Pública (EDLER, 1992). As discussões pautavam avaliações sobre a salubridade, o clima e outros fatores que levariam às doenças, a partir de novas ideologias médicas e as péssimas condições sanitárias. Em 1828, a legislação dos municípios (recém-criados) adotam posturas sobre as questões de

saúde pública, dentre as novas medidas de prevenção destacam a fiscalização da limpeza e conservação urbana, quanto a venda de alimentos e remédios, de hospitais e casas de saúde, reparo das ruas e as regulamentações sobre cemitérios extramuros e enterros (ROSSI; WEBER, 2015: 125-126).

Luiz Otávio Ferreira (1999) acrescenta que a institucionalização da medicina imperial está associada com as publicações de periódicos médicos, representando canais de divulgação das discussões e das descobertas científicas. Essas publicações enfatizavam o quadro sanitário do país, salientando “a importância do discurso higienista, na inscrição da medicina na vida pública”. As demandas e os problemas sociais começam a passar pelo crivo médico, mostrando uma variação nas ênfases dos temas e nas discussões, como ressignificar as doenças e as soluções terapêuticas. Nesse momento, o autor afirma que os médicos devem ser entendidos como intelectuais, esses profissionais conquistam papéis mais amplos no meio social. Todavia, o papel social desses períodos exemplifica uma “estratégia de legitimação social, pois a ciência, como qualquer outra atividade social, também precisa conquistar uma audiência ampla, não restrita apenas aos especialistas de uma determinada área de conhecimento” (FERREIRA, 1999: 3).

Na segunda metade dos Oitocentos, as questões relativas à saúde pública são publicadas em jornais e relatórios de órgãos recém-criados para melhorias das condições sanitárias no Império. Como explica Jaime Benchimol (2014: 237-239), para os higienistas, a teoria miasmática pautava a insalubridade originada da matéria inorgânica, essa seria responsável pelas “constituições epidêmicas” no ambiente natural e urbano, para tanto, apostavam em intervenções nos focos de exalação putrefata. A criação da Junta de Higiene Pública (1851)⁷ visava a conservação da salubridade pública, além de prever e prevenir de futuras epidemias, mas suas funções não resolveram os problemas sanitários devido à falta de capacidade de atuação dos funcionários e da presença oficial extensiva no território brasileiro, tais medidas preventivas couberam somente as Câmaras municipais⁸.

Neste contexto, o surgimento das primeiras epidemias de febre amarela e cólera acionaram ao alerta de ameaça do progresso econômico e ordem social no Brasil. As teorias científicas baseavam-se em teses sobre os males dos miasmas, associando a insalubridade dos ambientes com questões climáticas (calor e umidade), as doenças

⁷ Sobre a criação da Junta de Higiene Pública e as discussões médicas do período, ver mais nos trabalhos de Tânia Pimenta (2003; 2011).

⁸ Sobre as obrigações camarárias, legislação imperial e a Lei dos Municípios, ver no trabalho de Daiane Rossi e Beatriz Weber (2015).

seriam causadas pelo contato com matéria inorgânica (putrefação) e “pela ausência de regras de higiene” (BENCHIMOL, 2014:240). A partir de tais constatações, Vieira (2003:301-303) explana que foram criadas comissões de polícia e de higiene para enfrentar as epidemias, fiscalizando os portos que seriam locais de chegada das moléstias. Os trabalhos desempenhados pela Junta de Higiene Pública (1851) visavam também a coleta de dados sobre a saúde e “conservação da salubridade pública” para melhoramentos sanitários, mas suas funções não adentravam aos territórios pela falta de capacidade do número de delegados para fiscalização, tais medidas preventivas somente as Câmaras municipais e a Justiça territorial poderiam cumprir pela Lei.

A Junta Central de Higiene Pública desempenhou importantes estudos para trabalhos e pesquisas em saúde, a organização dessas atribuições sanitárias expressas às dificuldades em controlar o vasto território brasileiro, acentuando a relevância do papel das competências camarárias, desde os tempos coloniais. Teoricamente, os cuidados com a saúde pública não estavam sob a responsabilidade das Câmaras municipais, as interferências e as inspeções sanitárias eram competências do governo imperial. O Império reconhecia as necessidades no setor público de saúde, entretanto, não buscavam por resoluções efetivas, havia uma preferência por deliberações provisórias e parciais dos problemas do serviço público, não havendo uma centralidade política efetiva para resolução dos problemas sanitários de ordem pública (VIEIRA, 2003:304).

Em 1850, a epidemia de febre amarela atinge por último a cidade de Campos. Conforme indica Vieira (2003: 305-309), inicialmente, os noticiários não vinculam a gravidade de tal doença. Entretanto, não tardou para Câmara de Campos providenciarem medidas de profilaxia contra a epidemia, a partir dos cuidados com gêneros alimentícios e limpeza dos ambientes. Os pareceres médicos foram pedidos pelas autoridades camarárias e as instruções preventivas foram comunicadas a população. O relatório redigido e apresentado apela para o governo da província recursos à disposição de socorro das vítimas registradas. A preocupação da Câmara estava no controle das formas de tratamentos das doenças, essas deveriam estar de acordo com os rigores da medicina institucionalizada; e com a divulgação feita na imprensa, acerca do avanço das epidemias, como medida de tranquilizar os habitantes.

Lamego (1942: 107-108) conta que “rara foi a casa não visitada pela morte”, o presidente da Câmara, Joaquim Netto dos Reis (mais tarde barão de Carapébús), providencia a publicação com as medidas e cautelas “para debelar o mal”, com permissão do governo provincial. Seguindo as propostas estabelecidas pelos membros da Academia

Imperial de Medicina, aprovadas pela maioria dos médicos consultados no município, para dissipar a epidemia era necessário buscar pelos recursos da ciência, “desde que aparecesse qualquer indisposição”. Dentre as medidas profiláticas, orientava-se para a conservação de lugares espaçosos e limpos para ar e luz penetrarem, mantendo casas e quintais livres de “águas estagnadas, imundices, porcos e outros animais, para que não corrompesse a atmosfera.”.

O indivíduo que se sentir com calafrios, dores de cabeça ou sobre os olhos, dores pelo corpo, inapetência, boca amarga, náuseas, vomito, alteração do pulso, deverá logo enquanto não chegar o médico, guardar o leito e adietar-se, promover a transpiração cutânea, usando de limonadas mornas pédeluvios⁹ quentes ou sinapizados, infusão de cascas de limão, flores de sabugueiro, agasalhando-se e conservando em repouso de corpo e espírito.

Nas casas em que houver doentes e especialmente nas que falecer alguém de febre, será conveniente desinfetá-las.

Nas igrejas, hospitais, hospedarias e lugares em que tiver de reunir muitas pessoas serão convenientes fazer as desinfecções a miúde. (LAMEGO, 1942: 109)

Sobre as *artes de curar*, Pimenta, Gomes e Kodama (2018: 93) esclarecem que existia uma hierarquização entre os terapeutas; os médicos, cirurgiões e boticários ocupavam uma posição mais elevada frente aos curandeiros, parteiras e barbeiros sangradores, essas categorizações estão diretamente associadas ao grupo social. A partir da segunda metade do século XIX, os surtos de epidemias corroboraram para reforçar os argumentos da elite médica, em oposição às terapias populares, pautados na “reestruturar a hierarquia das atividades terapêuticas”, a fim de regular o “cumprimento da legislação”. O trecho acima, descrito por Lamego (1942), traz dados cotidianos interessantes sobre as condições sanitárias, as recomendações divulgadas pela Câmara aconselhavam tratar as manifestações da enfermidade, “enquanto não [chegasse] o médico”, com receitas “de limonadas mornas pédeluvios quentes ou sinapizados, infusão de cascas de limão, flores de sabugueiro”, conservando em repouso não somente o corpo, mas também o espírito. Na prática, podemos perceber uma relação estreita entre as terapêuticas populares e os métodos da medicina oficial.

Os autores alertam para uma interpretação recorrente que associa a pouca presença de médicos com a procura por tratamentos feitos por curandeiros, estudos mais atuais pautam que “as doenças e enfermidades eram associadas aos desequilíbrios e infortúnios

⁹Pedivúlio corresponde a banho nos pés para tratar certas doenças.

causados pela ação de espíritos e/ou pessoas por feitiçaria” (PIMENTA, GOMES, KODAMA, 2018: 84). A partir disso, observamos as reações da população que não receberam bem algumas ordens, que foram executadas pela Câmara de Campos. As imposições dirigidas às igrejas causaram muitos desconfortos, o vigário da matriz João Carlos Monteiro manifesta-se publicamente sobre a proibição do “toque dos sinos e a cantoria”, justificada pelo possível agravamento dos enfermos, argumenta que em momentos tão dolosos dever-se-ia procurar “com mais fervor e devoção” os socorros da religião. O representante religioso obedeceria às normas, mas expressaria os inconvenientes que essas causavam como o impedimento de conduzir o Santíssimo Viático - sacramento da comunhão ministrado em casa aos enfermos impossibilitados de sair ou aos moribundos:

Se a Câmara tem em vista a proibição da saída do S. Viático, então suplico que seja a mais explícita, afim de afastar de mim toda e qualquer odiosidade e responsabilidade que possa haver na falta do cumprimento da minha obrigação, como pároco... (LAMEGO, 1942: 112).

Segundo Lamego (1942: 110-112), as casas que ocasionassem algum falecimento deveriam permanecer abertas e os médicos “eram obrigados a atestar a causa da morte, à hora, e o tempo em que devia realizar-se o enterro”. Dentre outras determinações, foi proibido os badalares dos sinos e a celebração de missas, ou quaisquer aglomerações públicas, a fim de evitar maior propagação do mal pestilento. As possíveis publicações alerdando com exagero o terror na população e aqueles que descumprissem as posturas “estavam sujeitos a prisão e pesadas multas”. Os médicos da Santa Casa, os doutores Miguel Heredia de Sá e Caetano Thomaz Pinheiros, são lembrados pelo autor por prestarem assistência aos mais pobres, permanecendo junto às cabeceiras dos doentes.

Poucos anos depois, outra epidemia, com mais intensidade, assolaria Campos. No ano de 1855, o cólera marcaria a história campista, espalhando-se de forma agressiva pelo município, sua propagação estava intrinsecamente ligada as péssimas condições de salubridade do ambiente urbano, favorecida pelas lagoas e alagadiços da região. Ao revirar os arquivos, Lamego (1942) constata a grande repercussão na imprensa, encontrando notícias mais detalhadas sobre as providencias jurídicas, desempenhadas pelo presidente de província do Rio de Janeiro, José Ricardo de Sá Rego, que

Em 15 de Setembro, nomeou uma comissão de médicos de Campos, composta dos drs. Antônio Francisco de Almeida Barbosa, Joaquim Manhães Barreto, João Baptista de Lacerda, Caetano Thomaz Pinheiro e José Manuel da Costa Barbosa, delegado de polícia para prestar

socorros aos pobres, que fossem atacados do mal, caso aparecesse no município (LAMEGO: 1942: 114).

As diretrizes oficiais convocavam os profissionais médicos e a autoridade policial, deliberando as instruções que deveriam ser seguidas pelas “comissões municipais de socorros aos enfermos pobres”. Prevendo maiores consequências na transmissão da enfermidade, a Câmara de Campos propõe ao governo que encaminhasse os contaminados, a bordo de navios em S. João da Barra, “para o lazareto em Maricá”; o presidente da província comprometeu-se em consultar o diretor da Junta Central de Higiene Pública. Em resposta, o chefe máximo do órgão sanitário, dr. Francisco de Paula Candido, dizia ser inviável tal procedimento, devido “a distância e vicissitudes do tempo e do mar, a necessidade de prontos socorros (único meio de tratar com esperança as vítimas) e muitas outras razões, o tornam impossível.” (LAMEGO, 1942: 116-117).

Nesta ocasião, ao assumir o governo, o visconde de Baependy comunicou a decisão de dr. Francisco de Paula Candido e compromete-se em providenciar “uma enfermaria para tratamento dos doentes, (...) com um médico comissionado, afim de regular o serviço”, na foz do rio Paraíba, em São João da Barra. Em virtude dos primeiros casos de cólera notificados, a Câmara oficializa aos poderes provinciais “sobre a fundação de uma enfermaria no edificio do Liceu da Lapa, (...) onde pudessem ser tratadas as pessoas pobres que fossem acometidas de epidemia reinante.” (LAMEGO, 1942: 117). Posteriormente, em 1864, este mesmo edificio abrigaria as expostas e as órfãs do recolhimento da Santa Casa, no chamado Asilo da Lapa.

Os efeitos da pobreza e da falta de estrutura sanitária corroboraram para evolução do *cholera morbus*, moléstia caracteriza por uma infecção intestinal e causada por um bacilo encontrado em águas poluídas. Dentre os sintomas diagnosticados estavam diarreia, vômito e câibras, seu contágio se dava por ingestão de água e alimentos contaminados (Risso, 2006: 79-80). Para tanto, os esforços camarários sugeriam outras precauções de combate, de modo emergencial e preventivo, a limpeza das vias públicas, nas áreas do canal e da lagoa do Cortume, por serem lugares “que exala[vam], constantemente, miasmas pútridos e nocivos à salubridade pública.”. Com o crescimento dos casos da doença no Rio de Janeiro, outras duas providências foram cogitadas:

Uma, estabelecer-se um hospital ou lazareto, com médico contratado para tratar os indigentes; outra a remoção dos enterramentos nas igrejas e no cemitério da Misericórdia (onde já está a Policlínica).

Esta providência [dos enterros] que já é reclamada pela civilização e utilidade pública, tornar-se-á mais sentida, se desgraçadamente, o cólera

produzir uma grande mortandade.

Se a Câmara já tem terreno comprado, para criar um cemitério, bem podia ele começar a servir, se formos vítimas da calamidade que nos ameaça (LAMEGO, 1942: 118-119).

As medidas preventivas organizadas pela Câmara, incluíram a publicação no *Monitor Campista*, com as “Instruções contra o cholera epidêmico” e as referências dos medicamentos que muniam as pessoas, em relação aos primeiros sintomas da enfermidade, tais informações “foram aconselhadas pelo dr. Ferreira Abreu, em seu parecer, apresentado à Academia Imperial de Medicina e pelo dr. Peixoto em seu trabalho, publicado na Corte”. Com a notícia de que o governo montaria uma enfermaria no Liceu, alguns beneméritos ofereceram seus serviços aos indigentes, como enfermeiros e distribuindo medicamentos alopáticos e homeopáticos, gratuitamente (LAMEGO, 1942: 120).

O delegado de polícia nomeou cidadãos humanitários, em todas as ruas da cidade, para socorrer os enfermos. A Sociedade Portuguesa de Beneficência que não tinha ainda hospital, organizou duas enfermarias não só para seus sócios como para os pobres (LAMEGO, 1942: 123).

A época dos fatos, o relatório do vice-presidente da província, Visconde de Baependy, transparece as medidas improvisadas das autoridades para conter os efeitos trágicos da epidemia, admitindo a importância da ação filantrópica caritativa dos mais ricos aos enfermos e os socorros, empreendidos pelo hospital da Misericórdia local.

A Santa Casa da Misericórdia deu gratuitamente para o curativo dos pobres todos os medicamentos que existiam em sua botica, e prestou-se a mandar nella preparar os remédios feitos com as drogas enviadas por conta da província, dispensando assim o serviço dos farmacêuticos contratados pela presidência, para que pudessem ser empregados em outros lugares (RISSO, 2006: 84).

Neste ínterim de calamidade pública, a Santa Casa de Campos era a principal referência de cuidado e amparo para a maior parte da população, o serviço realizado nas enfermarias aos coléricos pode ser considerado como peça fundamental nos atendimentos de emergência. Os tratamentos médicos eram oferecidos para ricos, pobres e escravos, a distribuição de remédios e a participação nos serviços funerários estavam dentre as atividades assistências assumidas pela instituição, tal como nos auxílios para órfãos e presos da cidade (RISSO, 2006: 83-84).

Quando a epidemia de cólera irrompeu em Campos, a Santa Casa estava sob a administração de Luiz Antônio de Siqueira, o barão de Itabapoana. O nome ilustre da

mesa definidora ocupara por três vezes tal cargo, em 1829-1830, 1853-1856, 1871-1878; era tenente-coronel da Guarda Nacional, Fidalgo da Casa Imperial, chefe do Partido Conservador em Guarus e importante fazendeiro, sendo elevado a Visconde em 1876. Com a divulgação dos primeiros casos, o provedor comunicou à imprensa que os médicos pertencentes à Santa Casa estariam a postos para os socorros dos doentes, “na farmácia se distribuía remédios para a moléstia, sendo um dos mais recomendados, o gengibre”; a manifestação do sentimento católico grassava as procissões de preces pelas ruas da cidade (LAMEGO, 1951: 37-38).

Para as movimentações nas dependências da Misericórdia, encontramos algumas referências as consequências do cólera. Entre os anos de 1853-1856, o barão de Itabapoana ocupou assento na provedoria, notifica que as vagas de ajudante do boticário e enfermeiro estavam vagas e era necessário preenchê-las. Assim, como a continuação das obras de ampliação do edifício, devido ao vasto número de atendimentos dos enfermos, o ano anterior contabilizou-se 404 doentes; no atual já eram registrados 549. Os serviços internos também precisavam ser supridos com mais braços, “não só pelo espantoso de enfermos sem que se desse no país casos extraordinários”, ocorrera a morte de um africano livre e um escravo que estavam empregados - referência a epidemia de cólera. Como forma de melhorar a dinâmica de trabalho na Santa Casa, fazia-se urgência a colocação de um cano, para escoar os despejos no rio; e a bomba para fornecer água pelo estabelecimento, remediando a falta de braços. (ITABAPOANA, 1855: 8-9).

Os dados do relatório da Misericórdia, de 1855-1856, mostram que na enfermaria existiam 56 doentes e entraram para tratamento 509, saindo curadas 417 pessoas. Aos menos 102 faleceram e 46 permaneciam em tratamento, sob cuidados dos médicos João Baptista de Lacerda e José Ferreira Tinoco. Contudo, o número atendido e os êxitos conquistados expressam a realidade do hospital, como argumenta o barão de Itabapoana, “muitos enfermos procuravam esta casa de caridade quando já se acham em estado de moribundos”. Em decorrência da penúria, causada pela epidemia, o provedor evidencia a urgência de obras devido ao aumento do número de enfermos, lembrando a necessidade de “mais braços para o serviço interno do hospital”, pois perdera nove vidas empregadas a Misericórdia; “um africano livre e um menor, inclusos” (ITABAPOANA, 1857: 8).

No ano compromissal de 1856-1857, o balanço da enfermaria indicava para 46 doentes existentes, 558 deram entrada no hospital, saindo 476 curados. Os óbitos registrados foram de 76, restando em tratamento 52. Em comparação, notamos que o número de doentes aumentou, tal como o número de curados e os falecimentos

diminuíram. O provedor enfatiza que “o limitado número de falecimento em uma época toda de epidemia” estava associado ao zelo filantrópico, desempenhado pelos empregos e pelos indivíduos solícitos em socorrer aos necessitados (ITABAPOANA, 1857: 4-5). Os esforços e as precauções adotados com urgência não foram suficientes para evitar o alto índice de mortalidade, conforme registrados pelo jornal *O Monitor Campista*, os números apontavam para 975 falecimentos, sendo 440 de pessoas livres e 535 de escravos. Os mais vitimados foram os escravos e as pessoas desfavorecidas,

Ao fato de a transmissão da cólera estar ligada à falta de condições sanitárias e higiênicas. As classes mais baixas careciam dessas condições e os escravos muito mais. Pode-se imaginar as conseqüências em Campos, onde era grande o número de escravos. (VIEIRA, 2003: 310)

O discurso médico enfatizava os perigos causados pelos miasmas e insistia na remoção do cemitério para longe do perímetro urbano. De acordo com Maria Vilela Franco (2015: 2), a proposta de construção de um cemitério público já havia sido acatada e estabelecida por uma lei em 1826, que determinava o fim dos sepultamentos em igrejas, mas, somente, após o efeito nefasto do *cholera-morbus* “que se começaria a efetivar a criação do cemitério público do Caju”. Em conformidade, Lamego (1951: 37) descreve que no cemitério da Santa Casa, foram sepultadas 243 pessoas, exalando “um fêdido insuportável, quando se deliberou fazer os enterramentos no cemitério do Caju”.

A epidemia propagou-se com tal rapidez a veemência que muitos corpos ficavam insepultos à espera que fossem abertas as covas para serem enterrados. (...)
De 9 de outubro a 31 de dezembro [1855], só na cidade tinham sido vitimadas, 1.239 pessoa. Em Guarulhos cerca de 500 e nos distritos também foi grande a mortandade, principalmente entre os escravos (LAMEGO, 1942: 124).

A respeito das diligências das autoridades municipais, em relação aos enterros, Vilela Franco (2017) expõe que *O Monitor Campista*, no dia 23 de outubro de 1855, publicou a sessão de 10 de outubro que a Câmara encaminhou um pedido à administração da Santa Casa, solicitando com “urgência o uso de caixões hermeticamente fechados no ato de condução dos cadáveres e que tivessem sepulturas no seu cemitério.”, tal recomendação também era válida aos corpos enterrados nas igrejas. A autora averigua que a Misericórdia não havia cumprindo as determinações sanitárias, pois continuavam realizando com os sepultamentos em seu cemitério, como se verifica na denúncia citada.

A matéria do jornal campista solicitava das autoridades uma maior vigilância por considerar que todo colérico representava um foco de infecção. Finalmente, comunicava que, segundo informações enviadas ao editorial do *Monitor Campista*, o cemitério do Quimbira (que pertencia a Santa Casa de Misericórdia) estava se tornando um foco de infecção, devido à falta de cuidados com relação aos enterramentos, pois os corpos estavam sendo sepultados amontoados na superfície do terreno e isso representava um perigo constante para população ao passar nas suas mediações (FRANCO, 2017: 12).

A partir das referências supracitadas, podemos dimensionar o impacto causado pela epidemia de cólera, fator que atingiu em cheio os planos campistas em se tornar uma província, as atenções dos representantes públicos tiveram que se concentrar no combate à epidemia e nas questões caras às condições sanitárias. Contudo, na província fluminense:

Oficialmente, contabilizaram-se 4.542 pessoas falecidas em toda a província, sendo que destas, 948 eram livres, 1.677 eram escravas, e 1.917 de condição indeterminada. Mas, o próprio presidente da província reconhecia que esses dados eram falhos, apontando que haveria um número muito maior de vítimas e de lugares atingidos, principalmente, por serem os escravos os menos contabilizados, ainda que fosse o grupo mais afetado (PIMENTA; BARBOSA; KODAMA, 2015: 160).

Entendemos que as primeiras décadas do século XIX trouxeram novas concepções de mundo. As propostas médico-higienistas balizaram as transformações sociopolíticas em direção a ordem e ao progresso imperial brasileiro. Entretanto, os surtos de febre amarela e cólera descortinaram a fragilidade realidade sanitária de nossa administração pública. Os diálogos intensos entre as esferas municipais e provinciais tratavam disputas públicas, tal como as discussões relacionadas às casas de caridade e o combate às epidemias. Assim, assumindo responsabilidades públicas, evidenciando a ausência de estruturas sanitárias, a Santa Casa de Campos continuou como referencial para os tratamentos médicos e amparo aos pobres, diante das calamidades geradas pelas epidemias.

1.4 Considerações Finais

Neste capítulo, procuramos traçar um panorama das atividades exercidas pela Santa Casa de Misericórdia de Campos, desde seu surgimento no período colônia até as

repercussões sanitárias de meados do século XIX. A partir disso, o quadro estrutural de assistência apresentado indica os benefícios e a rede de cobertura das ações caritativas e filantrópicas aos mais necessitados, protagonizadas pelos mais ricos, que conquistaram posições de autoridade e prestígio social em Campos. Dessa maneira, as carências sociais e as funções assistenciais devem ser interpretadas a luz dos moldes caritativos e filantrópicos, assim, não se trata de um direito garantido dos assistidos, mas um dever daqueles que a praticava

Capítulo II - Curar e recolher: as transformações do hospital da Misericórdia e as preocupações com infância desvalida.

Para compreender as ações de assistência mantidas pela Santa Casa da Misericórdia de Campos, discorreremos sobre a conjectura estrutural das atividades realizadas pela irmandade. Este capítulo priorizará a análise dos relatórios expedidos entre os anos de 1860 e 1867, período que corresponde à gestão do Comendador Dr. José Gomes da Fonseca Paraíba, que dentre suas principais preocupações estavam às atividades do hospital e à proteção aos expostos.

Reservamos tal espaço para apresentar esta administração, que abarca os anos de 1860 a 1868, abordando o destaque dado às orientações dos serviços médicos, incluindo as propostas de reestruturação dos atendimentos hospitalares, além das medidas empreendidas sobre a organização dos socorros aos expostos. Aliás, intuímos percorrer a trajetória que culmina na fundação do Asilo Nossa Senhora da Lapa (1864), destino das meninas desvalidas. Considerando a vivência inicial das expostas no Recolhimento da Santa Casa e os caminhos que conduziram a concretização das responsabilidades com público feminino desamparado.

2.1 “Para o bom e metódico andamento dos negócios”

Desde fins do Antigo Regime, a importância das incumbências assistenciais prestadas pela Santa Casa de Campos é inegável, a partir dos retratos de feitos e atritos travados por seus membros, participantes da Irmandade Nossa Senhora Mãe dos Homens, do ponto de vista de memorialistas e de análises documentações. Em específico, interessamos dimensionar as condutas protagonizadas pelo Dr. José Gomes da Fonseca Paraíba: homem de prestígio local, médico, fundador e proprietário do jornal “Campista”; que em 1835 desposa com D. Maria Custódia Cabral, filha do capitão Custódio Valentim Codeço, 10º e 12º provedor (LAMEGO, 1942; 1951).

Segundo Lamego (1942: 392), o Dr. Paraíba “combateu com ardor as grandes epidemias que assolaram esta cidade, sendo incansável nas visitas aos doentes e enfermarias”, além de militar na imprensa, permaneceu por oito anos na instância máxima da Santa Casa. Em seu primeiro relatório, o provedor Paraíba enumera medidas sanitárias e expressa as dificuldades orçamentárias enfrentadas pela pia instituição, parte desta

preocupação estava nas questões higiênicas do hospital e na condução das atividades médicas, sem perder de vista as demandas financeiras. Sobretudo, chama a atenção dos irmãos da Mesa às sugestões administrativas utilitárias, “para o bom e metódico andamento dos negócios”, principalmente, nas diligências do espaço de cura. Naquele momento, sugerira a implantação de salas especiais designadas aos pacientes recém-operados, evitando o contato com outros enfermos; e aos seus acompanhantes, com boas condições de “ar puro”, distanciando-os dos perigos hospitalares. Assim, o recinto seria dividindo em “quartos separados e independentes”, com melhores acomodações e tratamento (PARAHYBA, 1861: 4-11).

A fim de dimensionar as mudanças propostas pelo provedor da Misericórdia, retornaremos a algumas questões sobre a medicalização dos hospitais, entre fins do século XVIII e ao longo do século XIX. De acordo com Gisele Sanglard (2006), os primeiros hospitais, os medievais, sintetizavam as premissas religiosas da caridade católica, em relação à pobreza e ao acolhimento dos pobres. Aos poucos, a “ideia de que uma aglomeração de pobres representava um perigo potencial” impulsiona a criação de irmandades e confrarias leigas, que começam a receber as esmolas e a realizar as obras caritativas. Durante o século das Luzes, a configuração médico-assistencial ganha novos contornos, os debates pautados nas questões higiênicas ocasionam “modificações com relação à ideia de hospital e das suas funções”. Assim, o modelo hospitalar francês exemplifica tais mudanças, os horizontes das práticas cirúrgicas ampliam-se com os estudos “anátomolocalista” das doenças, juntamente com os trabalhos sanitários que visavam “o controle de epidemias e pestes” (SANGLARD, 2006: 12-15).

A autora ressalta que, apesar de algumas alterações nos recursos e nas atuações da medicina, vistas nos setecentos, “não houve definitivamente nenhuma revolução na área médica”. Dessa forma, a efetivação do processo de medicação está atrelada a perda da “feição assistencial em benefício da terapêutica”, quando os hospitais começam a resolver a problemática dos incuráveis, graças a uma “ação filantrópica e um espaço maior para o ambiente de cura”. Contudo, os resultados oriundos dessa transformação foram vivenciados de modos distintos pelas instituições europeias (SANGLARD, 2006: 16).

Dito isto, as descrições destes relatórios da Santa Casa campista nos permitem conhecer o cotidiano do hospital e suas dimensões. O provedor afirma existir quatro enfermarias: duas masculinas, no pavimento térreo e duas femininas, piso superior;

contando com alguns quartos particulares e uma sala de espera para o serviço de banco, onde se praticavam as operações cirúrgicas (PARAHYBA, 1861: 26). Isto é, as instalações contavam com divisão de gênero nas enfermarias e com outras acomodações reservadas aos pagantes.

Luiz Otávio Coimbra (1986) explica que, na década de 1860, houve incentivos para implantação de ambulatórios – as salas de banco – nos hospitais administrados pela Misericórdia do Rio de Janeiro. Assim sendo, podemos induzir que a estrutura hospitalar campista inspira-se nos serviços disponibilizados por sua congênere. Sabendo-se que os atendimentos médicos nessas dependências propiciaram uma ruptura com os métodos tradicionais hospitalares, representada pelo isolamento de enfermos. Esses ambulatórios tinham por atribuições a recuperação da saúde e acolhiam “centenas de pessoas humildes [que] permaneciam horas, pacientemente, com fome, aguardando o médico” (COIMBRA, 1986: 46).

O provedor campista recomendava marcar os dias para a troca de roupas na enfermaria, medida de evitar o depósito de roupas sujas que se tornavam “verdadeiros motores de infecção” (PARAHYBA, 1861: 28-29). Ambas as enfermarias eram regularmente visitadas pelos dois médicos responsáveis, o asseio em seu funcionamento só não conquistara melhores proveitos devido à falta de água dentro do edifício. Apesar disso, as imundices vistas, que eram focos de infecção, haviam desaparecido graças aos cuidados na limpeza junto aos leitos dos enfermos. Essas recomendações seguiam as posturas já discutidas por autoridades do governo e acadêmicas acerca das dependências e dos serviços da Misericórdia carioca, no período de 1820 e 1830.

Para Luciana Gandelman (2001), as tentativas de intervenção e as disputas de diferentes poderes pautaram sobre as inadequações das instalações arquitetônicas frente às novas regras de higiene, conduzindo para um planejamento de espaços especializados, onde a “cura e a proteção requeriam paredes, canos, ventilações e jardins internos, e não mais tanta proximidade com santos e rezas” (GANDELMAN, 2001: 619).

Assim, analisando as necessidades do espaço, o provedor reclama por mais três enfermarias: uma exclusivamente para escravos e indivíduos “imundos” que não poderiam adentrar outras salas; uma para tísicos e outra para doentes de disenterias e doenças contagiosas – possivelmente uma forma de isolamento destes casos clínicos. Acrescenta uma casa funerária, para depósito dos mortos, um “depósito de bichas” – a expressão “bichas” refere-se às sanguessugas empregadas em práticas terapêuticas, como

a sangria (FIGUEIREDO, 1999)- e uma latrina, como via de substituir os serviços de barris, mantendo a atmosfera pura - ou seja, livrar dos males miasmáticos (PARAHYBA, 1861: 10). A exclusividade da enfermaria para escravos atendia a ordem escravista, visto que os senhores custeavam os tratamentos de seus cativos. Diferente dos indivíduos livres, que, por vezes, não dispunham de recursos para os serviços médicos, “os escravos, merecendo parte dos senhores alguma solicitude tendente à conservação de sua propriedade, [achavam-se] em condições mais favoráveis” (COIMBRA, 1986: 45).

No relatório de 1860-1861, as notificações compreendiam obras para as atividades terapêuticas que careciam pela falta de água, as reformas trariam quartos para banhos e a distribuição de instalações hídricas pelas repartições do Estabelecimento. Essas preocupações com a higiene pessoal remontam de fins do século XVIII, momento em que os “banhos, que antes eram utilizados como formas terapêuticas de expulsar os humores do corpo, passaram a estar mais ligados à conservação e cultivo da saúde do indivíduo”. Como prática ascética, os banhos frios são introduzidos a fim de estimular os vigores interiores dos corpos, atribuindo-se uma ideia de endurecimento físico e moral (GANDELMAN, 2001: 96).

Os planos descritos no relatório de 1860-1861 sinalizam para construção de uma casa para alienados e de um cemitério que, “sob o título de – campo santo – da Irmandade”, realizariam “as sepulturas e honrar as memórias de seus irmãos e beneméritos”. Assim sendo, decretaria o banimento do “uso das catacumbas tão contrário às luzes e civilização do século [oitocentista]”. Outro ponto acordado referia-se a vendas de sepulturas a particulares e, finalmente, o retorno de um cemitério para escravos, como via de produzir renda para receita da instituição (PARAHYBA, 1861: 10).

Dentre outros apontamentos, incluíam-se ainda um local reservado para guardar as roupas dos doentes e um tanque para purificar as vestes; a ausência de uma sala para autópsias e a escassez de um arsenal completo de instrumentos cirúrgicos para alta cirurgia. Com aquisição desses materiais poder-se-ia “estabelecer gratificação para os operadores nos anos em que avultar em muito a importância das mesmas operações”. Nesse ponto, evidenciamos o olhar médico do provedor sobre as novas técnicas adotadas pela ciência médica, com propriedade para indicar e avaliar tais medidas profiláticas. E, seus pensamentos vão além, quando afirma: “sobre a administração da Santa Casa, se reconhecerá que todo meu empenho consiste em abrir-lhe novas fontes de rendas” (PARAHYBA, 1861: 27).

Entre os anos de 1834 a 1854, significativas deliberações alteraram a rotina da Santa Casa do Rio de Janeiro, durante a provedoria de José Clemente Pereira. Após elaboração de um relatório, com reformas dos espaços e sob o aval da Imperial Academia de Medicina da Corte, os sepultamentos foram transferidos para um novo cemitério – Caju, distante do perímetro urbano, além da construção de um novo hospital. No velho hospital, a organização das novas enfermarias apartou aqueles com doenças contagiosas e as instalações receberam fornecimento de água. Quanto aos expostos, devido à elevada mortalidade e morbidade, os abrigos buscaram atender aos novos ideais de higiene, separando as crianças sãs das adoentadas (GANDELMAN, 2001: 618-619).

Vejam, ambos os provedores, Clemente Pereira e Paraíba, tiveram semelhantes atitudes frente às demandas de suas respectivas instituições.

Em agosto de 1841, D. Pedro II decreta autorização para criação de um hospital para os alienados, atendendo a uma representação do provedor, a “construção do prédio ficaria por conta de contribuição do imperador e de subscrições voluntárias de cidadãos”. Com a inauguração do Hospital Geral, em 1852, afastam-se as atividades médicas da “convivência com os loucos” e dos serviços mortuários. A provedoria intermedia a contratação de irmãs de caridade para os trabalhos hospitalares, junto a Ordem São Vicente de Paula de Paris, que envia as religiosas para funções auxiliares aos médicos e da farmácia, contribuindo economicamente com atendimento de grande número de pessoas e aperfeiçoando “o projeto de separação dos doentes contagiosos” (GANDELMAN, 2001: 620-629).

No início do século XIX, as dependências do hospital contavam com duas enfermarias, acomodando cem doentes em cada uma, empregando “um médico, um cirurgião, um boticário e alguns enfermeiros e serventes”. Adentrando aos anos de 1850, as enfermarias de quatorze quartos ganharam mais dezesseis de um leito e mais dezesseis de dois leitos. Amplia-se também o quadro de funcionários para oito médicos e seus substitutos, dez ajudantes na botica, “vinte e sete pensionistas, vinte e seis enfermeiros/as, vinte e oito serventes e dezoito irmãs de caridade”; nos períodos de epidemias tais conjunturas poderiam variar. (PIMENTA, 2011: 4).

Para Tânia Pimenta e Elizabete Delamarque (2015), a “presença mais intensa dos médicos no cotidiano do hospital trouxe certa organização baseada no conhecimento médico e uniformização da linguagem”. As estatísticas publicadas após a inauguração do hospital carioca comprovavam os efeitos das regras de higiene, a mudança de hábitos

provocara um contraste nos números de mortalidade, enquanto no velho hospital era de 30,8%, o novo apresentava 8,9%. Em relatórios da época, os administradores destacavam que se a morte sucedesse entre 24 e 72 horas, após internação, a responsabilidade seria dos próprios doentes, pela procura tardia de socorro, momento em que “a medicina acadêmica não poderia mais ajudar” (PIMENTA; DELAMARQUE, 2015: 46-47).

Em meados do século XIX, o hospital de Campos encontrava-se com dois médicos, um boticário e seus dois ajudantes, um praticante de cirurgia, um barbeiro, um enfermeiro e uma enfermeira, com seus respectivos ajudantes (COSTA, 1859: 11-14). Entretanto, não conseguimos precisar as variações desse quadro, dado que não se menciona nos relatórios de 1860. Apesar disso, o provedor notifica a importância de empregar mais auxiliares no hospital, as vagas poderiam ser preenchidas por expostas, “de quem a casa deve aproveitar os serviços como uma franca compensação da criação e educação, que lhes dá, sujeitando-as a um regimento e regime, que as aproxime, quanto for possível, das Irmãs de S. Vicente de Paula” – algumas expostas já eram empregadas nos serviços das enfermarias das mulheres, como a exposta Rosa América (PARAHYBA, 1861: 7).

As pretensões de Fonseca Paraíba perpassaram desde a vinda das irmãs de caridade à ideia de uma publicação estatística médica-cirúrgica do hospital campista. No ano de 1862-1863, projetava-se organizar todas as informações de seus facultativos anuais, “porque, ao passo que auxiliará o progresso da ciência, ao deixará de concorrer também para melhor caminhar o serviço sanitário ali prestado”. Por conseguinte, pontua a necessária criação do cargo de médico diretor para o serviço sanitário, profissional encarregado de administrar as atividades da sala de banco, com a obrigatoriedade de residir na Santa Casa (PARAHYBA, 1863: 6).

As reformas do serviço sanitário ilustrariam o progresso da ciência. Os profissionais estariam encarregados em “preencher uma missão superior”, como a obrigatoriedade nas visitas aos enfermos e receitando-lhes os medicamentos convenientes, alterando a “monotonia do serviço” prestado (PARAHYBA, 1864: 13-14). Assim, acrescenta a formulação de uma nova tabela de dietas, de maneira que exprimissem de modo quantitativo e qualitativo informações sobre a relação de natureza e estado da enfermidade (PARAHYBA, 1867: 6). Para maior regularidade dos serviços, as enfermarias poderiam ser divididas entre médicas e cirúrgicas, com duas classes de facultativos: efetivo e adjunto. Contudo, abre espaço para outras sugestões, salientando a

relevância daquelas condições; “ou fazendo a divisão de outra maneira, que é, ficando a pequena enfermaria dos homens, e a enfermaria das mulheres a cargo de uns médicos, e a grande enfermaria dos homens a cargo dos outros, como mais acertado parecer a vossa prudente consideração” (PARAHYBA, 1863: 6).

Quanto ao Regulamento do hospital, o provedor opina sobre a alteração das obrigações desempenhadas pelo mordomo responsável, pois as inúmeras visitas às enfermarias e o controle dos cargos de administrador, enfermeiros e praticantes de cirurgia estavam sob sua alçada de fiscalização e inspeção dos serviços. Essa dedicação sobrecarregava o irmão designado para o cargo e, assim, define: “deve voltar o antigo regimento dos mordomos mensais; porque os deveres inerentes à Mordomia serão [melhor] preenchidos por eles, do que por um Mordomo anual, que não pode dedicar-se por tão longo tempo a tal labor” (PARAHYBA, 1867: 5-6).

Sob o título de *Conselho Médico*, entra em discussão a formação de um corpo científico de profissionais da instituição. A princípio, estabelecer-se-ia uma sessão mensal para debater assuntos sobre a clínica do hospital, com indicações de medidas tanto higiênicas, como corretivas ou até mesmo preventivas, visando melhoramentos para as enfermarias; com os estudos das histórias e dos resultados das autópsias, “bem como de conferenciar à cabeceira dos enfermos”, o que se fazia raramente. Os resultados deveriam ser publicados anualmente e entregues à Mesa, acompanhados “de um relatório da constituição médica” e dos trabalhos mais notáveis empreendidos pelo Conselho Médico. A proposta procederia com a organização de um regulamento especial, tendo em vista uma variedade de casos clínicos “para observações e ensaios”, o que traria vantagens e elevaria as posições dos talentos médicos, além de duplicar a reputação e o crédito clínico para o hospital (PARAHYBA, 1864: 15).

A fim de dinamizar os serviços prestados, a criação de novos empregos traria reforços para as diferentes repartições. Dentre os listados estava o cargo de cobrador, para o recebimento de dividendos, medida para solucionar o déficit; e uma roupeira, para inspeção e distribuição das roupas limpas aos enfermos. Por conveniência, as nomeações de administrador do hospital, mordomo da botica, regente, vice-regente e mestras do Recolhimento seriam de exclusividade do provedor, outros empregos superiores ficariam a cargo da definição da Mesa, mas nomeados a partir de seu consentimento. E justifica sua posição: “se ele [provedor] pelo regimento do hospital tem a faculdade de suspender, e mesmo de demitir, parece que lhe deve competir ao menos à proposta dos nomeados.”.

Para tanto, com “obrigação de morar dentro do Estabelecimento” e “pelo seu grande movimento”, o Sr. Francisco Antonio da Silveira passa a administrar o trabalho no hospital (PARAHYBA, 1861: 25). E, interinamente, o doutor Tinoco ocuparia o encargo de mordomo da botica, com intuito de inspecionar e fiscalizar a condução dos trabalhos no laboratório farmacêutico (PARAHYBA: 1861: 7).

De maneira complementar, a Santa Casa dispunha dos serviços de seis escravos e mais cinco africanos livres, além do escravo Miguel que estava fugido desde 1851 (COSTA, 1859: 14). Durante o processo de abolição do tráfico de escravos em curso nos oitocentos, vemos surgir uma categoria especial para aqueles que viviam no limiar entre liberdade e escravidão – os africanos livres. No ano de 1808, as medidas de proibição de comércio de cativos efetivaram-se e os indivíduos “resgatados” dos navios seriam emancipados e passariam por um regime de aprendizado, como bem explica Beatriz Mamigonian (2018: 71), estes homens, mulheres e crianças conviveriam em “instituições religiosas e públicas e em demais locais de trabalho, mas tinham um estatuto distinto: cumpriam um período de trabalho compulsório sob administração estatal até alcançarem a ‘plena liberdade’”.

Os labores diários do hospital amargavam com a falta de serventes, “nem para alugar-se se apresentavam apesar dos reiterados anúncios”. Buscando soluções para as questões internas e valendo-se dessa política de mão de obra de africanos livres, os irmãos recebem a notícia de que a Câmara possuía quatro africanos livres, pouco úteis as ocupações e gerando dispêndios à instituição municipal, a Mesa enviou requerimento ao Presidente da Província, pedindo a concessão dos serviços daqueles “emancipados”. Sendo assim, o Sr. Dr. Silveira da Motta acatou a petição e ordenou à Câmara que os entregassem à administração da Santa Casa. Não obstante “grandes embarços” continuaram nas dependências hospitalares pela alta demanda de assistência médica (PARAHYBA, 1861: 14).

Conforme os relatórios, as dificuldades com serviço interno alargavam as cifras de contratação por mais braços, tão necessários ao funcionamento do hospital. Embora dispusessem de serventes livres, com frequência, alugava-se “negros de ganho”, elevando as despesas. A instituição possuía cinco escravos velhos e adoentados, em 1867, dois faleceram de cólera, precipitando a necessidade de aos menos mais quatro escravos (PARAHYBA, 1867: 8). Ainda não se havia esquecido as consequências da epidemia de 1855 e, pela segunda vez, a cidade alarmou-se com a propagação da moléstia. Dessa vez,

uma comissão foi nomeada pela câmara para apresentação de medidas médicas a serem organizadas, assim criaram-se quatro postos de atendimentos, “com 30 leitos, cada um, servidos por três médicos, três enfermeiros”, além de farmácias indicadas para abastecimento de remédios aos postos, priorizando os indigentes e aqueles que atestassem pobreza (LAMEGO, 1942: 125-127).

A epidemia continuou a alastrar-se, mas não com virulência da de 1855, tanto que embora se conservassem abertos os demais postos médicos até fins de outubro, o 4º cerrou as suas portas em 10 de junho. (...)

O posto foi aberto em 1 de maio e fechado em 10 de junho de 1867 e trabalhou sempre com regularidade, achando-se sua enfermaria provida em tudo quanto a ciência, a prática e a observação reclamam para debelar os caprichos e funestos efeitos de tão terrível enfermidade. (LAMEGO, 1942: 128).

A despeito das condições arquitetônicas e das leis de higiene, o número excedente de pacientes na Santa Casa indicava a insuficiência de camas, colchões, roupas e outros objetos, tratando de providenciar “93 lençóis lisos e mais 31 com babados, mais roupas de camas com 60 cobertores de lã e a doação de 87 lençóis”. O provedor confirma que a ventilação nas salas, ocupadas pelos enfermos, eram péssima, devido à construção imprópria do edifício. Portanto, recomenda-se a substituição das vidraças das janelas, para que “renovem as camadas superiores de ar” e a “livre circulação do ar inferior”, saindo os gases como ácido carbônico; medida que diminuiria o incomodo aos doentes e manteria atmosfera hospitalar mais pura; e que em todas as janelas colocassem cortinas (constantemente, lavadas) e venezianas (PARAHYBA, 1861: 30-31).

Acompanhando de perto os trabalhos clínicos, o provedor abre questionamentos sobre os honorários dos dois médicos adjuntos, por considerar injusta “a desigualdade, que se nota entre ordenado [Dr. José Ferreira Tinoco] e o do ilustrado Sr. Dr. [João Baptista de] Lacerda”; que recebiam, respectivamente, 500\$000 e 800\$000 réis (COSTA, 1859: 11). Partindo do regulamento do hospital, argumenta que “os ordenados devem ser equiparados, e mais regular e igualmente distribuído o serviço de um e outro.”. Os procedimentos executados na sala do banco deveriam ser partilhados por ambos os médicos, entretanto, somente Lacerda estava exercendo tais deveres (PARAHYBA, 1861: 23-24). Repara-se que o provedor incide não somente sobre as regras, mas também na maneira de executar os trabalhos.

Alberto Lamego (1951) notifica que, em sessão da Mesa de 26 de setembro de

1866, as vantagens em admitir as irmãs de caridade são defendidas pelo Dr. José Heredia de Sá, certo da excelência dessas administradoras que, “não só de todos os hospitais, como de todos os asilos”, edificavam os cuidados dos enfermos e a educação de desvalidas e expostos da Santa Casa do Rio de Janeiro. Dessa maneira, convencidos dos benefícios disciplinares e educacionais, os irmãos concluíram que o mesmo poderia ser aplicado nas dependências da instituição campista. Por fim, a recomendação do médico adjunto é acatada, o próprio encarrega-se de ir ao Rio de Janeiro, no intuito de negociar a contratação. Entretanto, alegando que, por causa do número reduzido de irmãs: “as poucas que ali existiam”, não obteve êxito na missão (LAMEGO, 1951: 172-173; 41-44).

Diante do exposto, podemos levantar duas questões: primeiro, é possível que, o fracasso em concretizar essa contratação, esteja relacionado à suficiência do número de irmãs que a Misericórdia carioca dispunha aquele momento, o que inviabilizava “ceder” a outra cidade. Em segundo lugar, pode ser que os recursos econômicos da Santa Casa de Campos, em comparação à sua congênere carioca, não permitiriam bancar a “importação” de freiras francesas, fazendo com que a proposta de trazer-lás da Corte mostra-se mais acessível.

Através do relato do memorialista Alberto Lamego (1951), percebemos que os representantes da Misericórdia conheciam os atritos vivenciados entre as irmãs vicentinas e os médicos no cotidiano dos hospitais cariocas, caracterizando tal questão como uma “cruzada que, algum tempo, [havia] se armado contra elas, na Corte”. (LAMEGO, 1951: 41-44). De fato, o papel simbólico caritativo do hospital reforçou-se com a chegada das irmãs, aguçando os conflitos com a classe médica. As considerações de Sanglard (2006) apontam que as religiosas dispunham de autoridade para as funções administrativas e supervisão das tarefas nas enfermarias. Assim, as querelas com os médicos envolviam o controle e a imposição de regras, “no que se referia aos cuidados aos enfermos, ou mesmo entre médicos e administradores a respeito da função e do papel do hospital” (SANGLARD, 2006: 25).

A propósito, as reformas gerenciadas por Paraíba, para suprir parte das demandas e prolongar as experiências dos negócios, não foram bem recebidas por todos. Algumas de suas reformulações estabelecidas, e outras ainda por ser executadas, causaram algumas divergências na administração. Não há menções mais detalhadas sobre tais querelas, mas, fato é que a oposição interna enfrentada pelo provedor relacionava-se diretamente com a ideia “de que a Santa Casa possuísse um arsenal cirúrgico” para preencher os fins

hospitalares. No que compete às operações cirúrgicas, expressara surpresa com o estado das caixas operatórias deficientes, os enfermos “que acidentalmente se apresentam no hospital (...), dependentes de uma operação imediata, (...) nem se concebe facilmente como sejam socorridos” (PARAHYBA, 1864: 16). Por ora, já sabemos que ele abriu questionamentos acerca dos honorários dos médicos, da estrutura física do hospital e da contratação de mais empregados, assim como criação de novos cargos, ou seja, estava aparentemente cumprindo com os novos ditames científicos e causando alguns desconfortos nas ordenações anteriores.

Expondo à apreciação dos demais membros, o provedor reitera duas considerações sobre a projeção de novas salas cirúrgicas: a primeira defende que com o tempo, tais tornar-se-iam em pecúlios para a receita do hospital, pois muitas pessoas de municípios vizinhos procurariam tais dependências para tratamento. E a segunda, indica a complexidade e os investimentos para os facultativos do hospital, com “a variedade de operações a praticar, [dariam] duplos cuidados a esse tão útil ramo da medicina externa”, ou seja, o aprimoramento das atividades médicas e dos profissionais da Santa Casa. Debaixo de todas as condições higiênicas requeridas e montadas convenientemente, o antigo Recolhimento das meninas transformar-se-ia em quartos para enfermarias particulares e uma sala extra, representando mais uma fonte de renda para os cofres da instituição (PARAHYBA, 1864: 17).

Desse modo, entende-se que o poder de decisão dos médicos contribuíra para mudanças expressivas. Na Misericórdia carioca, as modificações feitas nas classificações de doenças e terapêuticas, começam a vincular-se a uma avaliação de quais grupos seriam admitidos gratuitamente.

A administração tentava estimular a procura de doentes que pudessem pagar: podiam escolher o médico, teriam mais conforto com as roupas de cama melhores e quarto individual ou duplo. Isso ajudaria a equilibrar o orçamento da Misericórdia. O novo regimento tinha um artigo que tratava especialmente dos enfermos pagantes, visando à expansão dos grupos sociais que podiam se interessar em se tratar na Misericórdia. (PIMENTA; DELAMARQUE, 2015: 47).

As dificuldades pecuniárias eram obstáculos para as reformas e a realização de melhoramentos da Santa Casa campista, a situação mais alarmante continuava pautada no hospital, pelo alto grau de despesas e atendimentos. A seguir, apresentamos o balanço da movimentação do hospital.

Tabela 2 - Balanço da movimentação do hospital na década de 1860

	Remanescentes	Entrada	Curados	Falecidos	Em tratamento	Total
1860-1861	76	547	520	39	64	623
1861-1862	64	554	530	43	45	618
1862-1863	45	564	489	60	60	609
1863-1864	60	477	429	64	44	537
1865-1866	60	421	387	48	46	481
1866-1867	46	457	392	63	48	503

Fonte: Relatório d'administração da Santa Casa de Misericórdia da Cidade dos Campos dos Goytacazes dos anos de 1860 - 1861; 1861 - 1862; 1862 - 1863; 1863 - 1864; 1865 - 1866; 1866 - 1867. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.

O movimento do hospital mostra algumas variações, devido à descontinuidade dos relatórios: como a diminuição de entrada e do total de atendimentos; não dispomos de todos os registros sequenciados, exemplo, não possuímos o relatório do ano compromissal de 1864-1865 e o último emitido pela administração de Paraíba para o ano de 1867-1868; quanto aos aparentes erros nos dados, expliquemos que, o número de enfermos que permanecem “em tratamento”, necessariamente, deve ser o mesmo para o campo de “remanescentes” do ano seguinte, sendo assim, temos a lacuna do ano de 1864-1865. De todo modo, percebemos um aumento da entrada de pacientes até 1863, seguido de uma diminuição até 1866; o aumento visto entre 1866-1867 pode ser explicado pelo retorno da cólera, acima já referenciado.

Para o ano de 1865-1866, do atendimento de 481 doentes, excluindo os escravos: 130 eram nacionais, 144 estrangeiros e 60 africanos livres; pertencentes a São João da Barra 72 e de São Fidélis 57. As fontes notificam dois dados interessantes, o número de estrangeiros que procuraram o hospital da pia instituição mostra-se maior que os atendimentos de nacionais; e o registro de exclusão dos cativos na contabilidade do hospital, pode ser justificável pela diferenciação do atendimento disponibilizado aos cativos, visto que se tratava de um público pagante, ou seja, eles não se enquadravam no molde de assistência gratuito, como os pobres (COIMBRA, 1986) - a saber, eram 42 indivíduos do total de 481 atendimentos. Quanto à admissão de enfermos e a grande demanda do hospital, o provedor protesta: “sem que as Câmaras destes dois municípios concorram com adjutório algum para o nosso Hospital não obstante repetidas, mas inúteis reclamações”; considerando os custos elevados desses atendimentos para a instituição, bloquearia a admissão de enfermos de quaisquer municípios estranhos (PARAHYBA, 1866: 10-11) – é curioso que o provedor não tenha feito referência aos estrangeiros nesse tópico, somente aos doentes dos municípios vizinhos.

A configuração do ano de 1866-1867 mostra que dos 503 atendimentos totais, 52

foram de escravos: 169 estrangeiros, 204 nacionais, sendo 38 do município de São Fidélis e 40 de São João da Barra. Após as solicitações feitas a Câmara de São Fidélis, para “auxiliar com alguma quantia a despesa do nosso Hospital”, as autoridades do município vizinho responderam que oportunamente enviaria subsídios; pouco tempo depois, por intermédio do procurador irmão Anastacio Leão da Costa, encaminhou a quantia de 200\$000. No entanto, procedimento semelhante esperado do município de São João da Barra não se concretizara, nem, ao menos, se dignaram em responder os ofícios da Mesa (PARAHYBA, 1867: 4).

Sabendo-se que as loterias concedidas em 1861 não haviam sido extraídas, tal verba poderia prevenir “a triste eventualidade de chegar-se o dia ao extremo de fechar-se a porta do Hospital a todos os indigentes”. Dessa maneira, o regulamento deveria ser reformulado o quanto antes, estabelecendo a admissão dos enfermos pobre unicamente da cidade de Campos. O novo regulamento organizaria também o trabalho do mordomo do hospital, com inspeção do administrador, além de realizar uma análise previa daqueles que se apresentavam como pobres, assim, seriam aceitos ou dispensados mediante as regras (PARAHYBA, 1867: 4-5):

Negando-se absolutamente a entrada nas enfermarias aos doentes, que, ainda que pobres, se achem afetados de moléstias incuráveis; aos que não forem de gravidade; e puderem ser tratados na sala do Banco; aos inválidos; aos que vierem de municípios estranhos; aos estrangeiros residentes no município, que não apresentem enfermidade, que ameace perigo a vida; o homem, ou mulher casada, afetada de males sífilíticos, não entrando ambos no Hospital para sujeitarem-se ao mesmo tratamento; enfim, aos alienados (PARAHYBA, 1866: 5).

O provedor justifica-se que, apesar da Santa Casa ser instituída pelo espírito de caridade de seus fundadores e com a finalidade de socorrer os enfermos desvalidos, naquele momento, a instituição não se encontrava em condições adequadas para atender indistintamente aos que a ela recorriam devido ao declínio de seus recursos (PARAHYBA, 1866: 5). No que concerne ao caráter discricionário das casas de caridade, Sanglard (2019) narra sobre a experiência da Santa Casa de Valença, no interior do Rio de Janeiro, onde as regras de enquadramento dos atendimentos definiam que aqueles que não tivessem como “trata-se na própria casa” seriam contemplados. Os ditos forasteiros e/ou aqueles sem laços familiares não seriam admitidos nas dependências do hospital, os escravos atendidos deveriam ter suas despesas pagas por seu senhor (SANGLARD: 2019: 4).

As Santas Casas de Misericórdia tomam a dianteira nesses socorros aos

desvalidos, mediando à caridade daqueles favorecidos de fortuna aos infelizes. Para o provedor campista, todos os deveres de humanidade estavam em conformidade ao compromisso da Misericórdia. Por isso, reforça a retórica de que os benefícios seriam revertidos às reformas, como a criação de uma “enfermaria dos inválidos, um hospício para alienados, um asilo para a velhice desvalida; visitas médicas para a pobreza envergonhada, amparar a viúva pobre e auxiliar e promover a liberdade dos presos” (PARAHYBA, 1867: 19). Contudo, Fonseca Paraíba dedicou-se intensamente e inscreveu seu nome nos anais da cidade de Campos por outra causa...

2.2 “Alimentar, vestir, e educar o órfão desamparado”.

Durante a época moderna, as Santas Casas auxiliaram a infância desvalida, ainda que essa obrigação jurídica fosse designada às câmaras locais no mundo luso. Renato Franco (2014) elucida que as irmandades da Misericórdia concebem contratos com as autoridades camarárias, para o custeio de criação dessas crianças, assumindo as responsabilidades com “as amas de leite, famílias criadeiras, médicos” e enterro por quantidades pagas pelas câmaras (FRANCO, 2014: 24-25).

De acordo com Maria Luiza Marcílio (2010), os primeiros registros de vida são cunhados pela Igreja católica, conforme seus preceitos e suas condutas sacramentais eram produzidos os assentamentos de batismo, matrimônio e óbito. O interesse de registrar a trajetória de cada católico está atrelado às decisões do Concílio de Trento, o Direito Canônico estabelece a família monogâmica e reforça a importância de parentesco espiritual (padrinhos de batismo), sendo o Santo Ofício responsável pelo controle da moral; aqueles que não cumprissem essas normas religiosas geravam filhos ilegítimos e expostos, a marca de origem familiar era descrita nesses registros eclesiásticos (MARCÍLIO, 2010: 14-18). Isabel dos Guimarães Sá (2011) complementa que o batismo significava a entrada das crianças na existência pública, ou seja, no mundo. Receber este sacramento demonstrava que “ninguém se podia eximir a entrar na comunidade dos crentes. (SÁ, 2011: 77).

Em Portugal, as Ordenações Manuelinas e Filipinas demonstraram preocupação com os enjeitados, essas crianças são designadas e diferenciadas conforme sua condição familiar e social. O historiador Teodoro Afonso da Fonte (2010:40-41) frisa que essas medidas legais buscavam regular o cuidado com a infância, cabendo a responsabilidade às instituições de assistência; as Misericórdias e as Câmaras locais atuavam nessa tarefa

social. No século XVIII, o aumento do abandono estimula a criação de uma ampla rede institucional, como a legalização das Rodas dos Expostos. Todavia, não se pretende alterar os objetivos para com os rebentos, mas reorganizar o serviço assistencial.

Segundo Isabel dos Guimarães Sá (2011), o segredo do abandono foi à condição dos expostos, as Rodas oficializaram-se em 1783, pelas mãos de Pina Manique. Seguido pelo espírito iluminista, esse dispositivo social possibilitava o ato de abandonar com discrição, “evitando os lugares ermos ou perigosos onde as crianças morreriam sem assistência”. As novas discussões têm por objeto o aumento populacional e o controle policial, sabendo-se que esse contingente representava a força para produção de riquezas, assim, os reiterados infanticídios minavam “tantos cidadãos que poderiam ser úteis ao estado” (SÁ, 2011: 90).

Para Sheila de Castro Faria (2010), a criação da roda dos expostos está associada à preservação do anonimato do expositor, as regiões urbanas foram que mais registraram atividades das Rodas, mas a autora salienta que a exposição, no século XVIII, de modo mais disseminado, era feita em residências particulares nas regiões rurais (FARIA, 2010: 81-85). As noções da autora estão embasadas em fontes paroquiais campistas, os registros de batismo indicam a exposição das crianças.

Na freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacazes o costume de expor crianças em casa de particulares

NafreguesiadeSãoSalvador dos Campos dos Goitacazes, o costume de expor crianças em casas particulares prevaleceu até a constituição da Santa Casa de Misericórdia, em 1790, feita pela Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e a subsequente construção da roda dos expostos. As primeiras crianças expostas na Santa Casa foram batizadas no ano de 1796. Durante praticamente todo o século XVIII, portanto, crianças foram recebidas, batizadas e, muitas delas, criadas por particulares. (FARIA, 1998:70)

Assim, entende-se que a pia instituição campista recebia as crianças expostas, batizava-as e encaminhavam-nas aos cuidados de alheios, em troca de valores pagos pela câmara. Desde a instalação da roda dos expostos, datada de 1819, o índice de abandono e as dificuldades em administrar o destino desses enjeitados impulsionam os gestores a recorrerem à caridade pública¹⁰. Por falar nisso, não encontramos precedentes sobre as primeiras exposições e as assistências aos pequenos até 1844, essa lacuna documental

¹⁰Lamego não detalha os tramites para a instalação e como se sucederam as atividades da Roda em Campos (LAMEGO, 1951).

também inclui o sistema de amas de leite. Todavia, dada as dimensões filantrópicas e caritativas desta Misericórdia, mencionadas no primeiro capítulo, a questão dos expostos e órfãos permeou os relatórios dos provedores ao longo do século XIX.

Em fins dos setecentos, a criação de expostos constitui-se tema de debates e acirradas disputas de poder em terras portuguesas. Laurinda Abreu se debruça sobre as ações de Diogo Ignácio de Pina Manique frente à Intendência Geral de Polícia do Reino, no reinado de d. Maria I. Segundo a autora, as propostas do intendente representavam um instrumento político para “centralizar num único organismo, debaixo de uma única autoridade, funções que antes andavam dispersas”. Nas questões sociais e de saúde pública, a criação das Casas Pias, abrigos para menores, corresponde à tentativa implícita de “reduzir as misericórdias à assistência hospitalar” e efetivar um controle social. As funções reformadoras esbarraram com o poder das Santas Casas e da Igreja, além do descontentamento dos homens do poder local que foram relegados como subordinados, aliando-se contra as medidas perpetradas pelo intendente (ABREU, 2013: 431-439).

A questão é que quem acolhia as crianças parecia mais interessado em manter o sistema do que os utentes. O que não anula, contudo, o sucesso de intervenção de Pina Manique nesta área, se o mesmo for avaliado pelo número de Rodas criadas e verbas investidas. E, não menos importante, por ter conseguido assacar à sociedade civil uma parte substancial da assistência, com perdas evidentes para as práticas caritativas. (ABREU, 2013: 427).

Os inúmeros relatórios elaborados pelo intendente, para angariar verbas destinadas às reformas e suas sucedidas de derrotas, demonstraram “o peso institucional da Misericórdia de Lisboa”, que impedia as resoluções de Pina Manique. Exemplo é a justificativa da “exclusão da Casa Pia dos rendimentos que estavam concedidos às misericórdias e aos hospitais”. Além desses embargos financeiros, as dinâmicas de comunidade locais mostravam que a bem-sucedida atividade das Rodas estava relacionada à conveniência de ter um lugar onde conseguissem abandonar os infantes. A autora conclui que os propósitos traçados pelo “reformador das Luzes” não partiram de um plano da Coroa, antes se empreendeu um projeto social para o governo (ABREU, 2013: 392; 439-441). Essas considerações abrem para reflexões acerca do poder que as Misericórdias detinham há séculos, por gozarem de privilégios régios e reconhecimento social. Assim, percebemos que as reformulações de Pina Manique pouco abalaram as velhas estruturas, principalmente, no que concerne às negociações políticas tanto com o estado, quanto com os poderes locais.

No império brasileiro, o início do século XIX condiz com formação nacional, nossa burocracia estatal pode ser ilustrada pelos relatórios anuais que as Santas Casas e demais instituições de assistência remetem ao poder provincial. O conteúdo das correspondências versa informações das carências vivenciadas pelos assistidos, tal como as dificuldades orçamentárias e balanços hospitalares. Em 1848, a elaboração formal dessas descrições parte da exigência feita pelo poder provincial, a fim de mapear as Casas de Caridades, para assim, destinar os repasses de verbas:

Nem todas as casas de caridades têm prestado regularmente informações sobre suas contas, e movimento de seus hospitais. Para regularizar a remessa dos mapas relativos ao serviço sanitário e dos balancetes e demonstrações dos fundos empregados na sustentação desses estabelecimentos, bem como para tornar efetiva a fiscalização do juízo da provedoria sobre suas contas e[...]que remetessem anualmente [...] aqueles mapas e balanços, acompanhados do relatório sobre o estado dos estabelecimentos; e aos juizes provedores que enviassem até a mesma época informações sobre a tomada de contas (SOARES, 1864)¹¹.

Os diálogos dos provedores campistas com as autoridades provinciais são anteriores ao dever imposto pela Lei Provincial, nº 455 de 28 de agosto de 1848.

Em 10 de agosto de 1845, o provedor Domingos Gomes Barroso notifica a aprovação, no ano anterior, para encetar “o edifício destinado para recolhimento das Expostas”, posto em execução pela Mesa. No entanto, apesar dos esforços da “utilíssima obra”, tal propósito não lograra devido às carências de meios. Contudo, naquele momento, iniciaram-se os trabalhos “com alicerces à superfície da terra” e progredia vagarosamente. A partir desse trecho, percebemos que a Misericórdia começou a empreender um Recolhimento para abrigar meninas no ano de 1844. Os poucos recursos da instituição fizeram a Mesa recorrer ao “poderoso apoio do Governo”, solicitando à Assembleia Provincial a cota dos benefícios da loteria, “avançando-as dos cofres, e desta a prestação de quatro contos de réis pela Lei do Orçamento” (BARROSO, 1845: 3).

Gomes Barroso informa que o “Governo não pôde prestar ao nosso pedido pelos motivos exarados em sua Portaria”, mas, que com uma comunicação particular de um deputado, a Assembleia aceita a súplica decreta o envio de 4:000\$000 réis para o

¹¹Anexos do relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no Rio de Janeiro na 1.a sessão ordinária da 15a legislatura pelo presidente, o conselheiro João Crispiano Soares. [Rio de Janeiro, Typ. do Correio Mercantil] 1864.

recolhimento das infelizes expostas. Dessa maneira, caso realiza-se tal medida adiantaria as obras, os irmãos solicitariam “com afínco do civismo e filantropia do Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente a entrega desta prestação, a que de certo anuirá; pois são conhecidos seus sentimentos nobres” (BARROSO, 1845: 3-4). Observa-se que a liberação dos recursos necessitou da intervenção de um dito deputado, a presença de vários políticos locais e as boas relações entre poderosos de diferentes esferas de poder marcará a gerência dos assuntos da Santa Casa. Trataremos com mais profundidade sobre essas sociabilidades no próximo capítulo.

No decorrer do ano de 1844-1845, a instituição havia alimentado 280 expostos, entre meninos e meninas; por completar a idade, foram eliminados 19 e faleceram 37; sob responsabilidade permaneceram 224. Desses, sete recolhidas viviam sob os cuidados da enfermeira, ao lado das dependências do hospital. O dispêndio de 5:479\$920 réis correspondia a uma das avultadas verbas para o cofre do Estabelecimento, que gradualmente estava aumentando. Logo, o subsídio anual de 1:200\$00 réis, disponibilizados pela câmara municipal, não amenizava a situação de penúria: “mal alimentados de certo seriam, e maior seria a mortandade, se não fosse a exemplar, e louvável caridade da mór parte das pessoas, que se encarregaram da criação”.

Assim, a proposta de Gomes Barroso era que a Mesa solicitasse à Câmara que pedisse à Assembleia uma quantia anual de 2:400\$000 réis, com o argumento de que “com os expostos cresce a população do estado”. Esse argumento do provedor transparece que as responsabilidades delegadas às casas de caridade não deveriam ser esquecidas pelos representantes do estado, visto que os cuidados com os expostos eram, em princípio, das câmaras. Além dos custos com alimentação e cuidados mínimos, as expostas recebiam dotes, como é o caso de Úrsula Maria agraciada com 150\$00 réis, e mais 208\$000 réis, deixados pelo Irmão falecido José Cypriano Pinheiro, produto de um benefício de uma representação teatral (aplicação para a primeira órfã que desposasse) (BARROSO, 1845: 6).

As retóricas do provedor eram também dirigidas aos próprios irmãos, como bem expõe acerca das condições das expostas: “lanceis vossas vistas sobre as infelizes que estão na Casa, promovendo-lhes algum consorcio”. Na ocasião da festa de Santa Isabel, 2 de julho – dia da visitação de Santa Isabel, principal data festiva das Misericórdias –, os confrades realizavam uma espécie de exame dos expostos, a fim de inspecionar o bem-

estar dessas crianças. Naquele ano, os expostos encontravam-se em bons tratados, a pouca mortandade entre eles era de um sobre nove, acrescentando a moralidade das pessoas encarregadas da criação daqueles infantes. A partir das informações dos relatórios, deduzimos que esse parecer acontecia durante as celebrações religiosas, seus responsáveis eram incumbidos de levá-los até a igreja (BARROSO, 1845: 7).

Entretanto, relatos de más condutas nos tratos dos expostos foram denunciados pelo provedor. O primeiro caso narrava que uma mulher de nome Maria José havia se responsabilizado por uma exposta, a menina batizada de Izabel e de cor parda, levando-a consigo para região de Minas Gerais, onde a vendera como escrava. Não tardando em tomar as devidas providências públicas, a direção da Santa Casa certificou que a “infeliz já tinha sofrida terceira venda”, confirmada pelo Sr. Dr. Antônio José Monteiro de Barros. Esse benfeitor conseguiu resgatá-la das “garras da ambição, e do crime, e interessando-se por sua desgraçada sorte a conserva em sua casa”, sem exigir a despesa da Precatória expedida pelo ex-juiz cível; encarregando-se da criação e educação da pobre menina (COLLARES, 1845: 7) - caracterizando mais um ato filantrópico, como o próprio provedor faz questão de ressaltar.

Renato Franco (2014: 46-47) nos recorda que a multiplicidade étnica na constituição social brasileira complexou nosso universo cultural. A incidência das concessões de alforrias e o número de egressos libertos produzem matizes para nossa mestiçagem, fruto do “contínuo intercâmbio entre portugueses, africanos, indígenas e americanos.”. O historiador refere-se especificamente a região das Minas Gerais, “um espaço invulgar de promoção social, aberto à aventura (...) e repleto de pobres”. Talvez, a decisão da tal Maria José de encaminhar-se de companhia da menina, esteja relacionada com a ideia de uma possível acumulação de riqueza – com a venda da infeliz - em um lugar com tantas flutuações étnicas e sociais não seria tarefa tão difícil.

A segunda ocorrência envolvia a entrega do exposto Manoel à Maria da Lapa, a “ardilosa mulher o apresentava a todos os anos em tal estado de aleijamento, que estava inteiramente tolhido em todos os membros do corpo”, usando desse pretexto para que aumentassem a mesada recebida. Porém, o Mordomo desconfiara do “artifício fraudulento para extorquir o dinheiro da Casa destinado a fins tão sagrados”, estando o exposto perfeitamente sadio; a “criminosa mulher fugiu precipitadamente” (COLLARES, 1845: 7). Abusos equivalentes eram cometidos por amas de expostos, Isabel dos

Guimarães Sá (2011: 78) reitera que as mulheres “recrutadas em áreas cada vez mais longínquas das cidades, pouco vigiadas” empreendiam fraudes do financiamento, como mentindo sobre as condições de seu leite, recebendo dinheiro para alimentar seu próprio filho e, por vezes, omitiam as mortes das crianças.

No primeiro relatório da provedoria do cônego Agostinho Collares (1846-1847), as histórias dramáticas parecem novamente em alguns trechos, como a das duas agregadas, de nove e dez anos, que atendiam pelos nomes de Maria Luiza de França e Ricarda Maria Roza; a primeira era filha de um belga, que faleceu no hospital da Santa Casa, deixando dois meninos e uma menina mais novos e que foram entregues aos cuidados de particulares para serem educados, sem custo algum para a Misericórdia. Já Ricarda, fora entregue pela própria mãe, para ser tratada de enfermidade nas dependências pias, sendo “inteiramente abandonada, não tendo esta infeliz menina parente algum por ela conhecido, a quem se possa dirigir, a fim de a valer”. Assim, o apelo era para que os irmãos definidores conservassem as duas meninas como filhas, já que elas não eram expostas da Casa, “para deste modo as livrar da miséria em que [poderiam] cair sem o amparo filantrópico dos administradores” (COLLARES, 1847: 4-5). Essas crianças eram consideradas como “sagradas” para a Irmandade, visto que tais não se valiam de laços e clientelas que consentisse uma inserção social (GANDELMAN, 2001: 617). Possivelmente, esse flagrante acontecera enquanto faziam-se as avaliações dos expostos, porque era nessas ocasiões que os confrades tinham contato direto com as crianças.

Findado o ano, os expostos assistidos atingiram o contingente de 286, que dispensados por idade e falecimento resultaram em 46; permanecendo 240 em criação. A quantia das despesas era de 6:045\$560 réis. Lembrando que dez expostas e dois expostos estavam vivendo nas dependências da instituição, incluindo o casamento de quatro expostas, com dote de 150\$000 réis para cada uma. Na festa da Visitação de Santa Izabel, como de costume, foram examinados todos os expostos, achando-se bem tratados e vestidos graças ao Mordomo dos expostos, Sr. Manoel José Rodrigo Nunes. Em atitude de caridade, o Sr. Frederico Renne, professor de francês, oferecera-se para ensinar “lição diária de primeiras letras, gratuitamente”, já principiado a lecionar e cumprindo a promessa filantrópica (COLLARES, 1847: 4-5).

Em andamento, a obra mais importante era o recolhimento das expostas, vistoriada pelo Mordomo das obras, o Sr. José Joaquim Pereira de Azurar. Os cálculos indicavam que em poucos meses o edifício estivesse pronto, para alojar as meninas que

estavam “morando no corredor da enfermaria das mulheres”; tendo em consideração e esperança a liberação da cota da 6ª Loteria, “concedida as Casas de Caridade da Província”, os gastos das obras somavam 5:763\$510 réis. A Assembleia Provincial consignou ao Pio Estabelecimento a quantia de 6:000\$000 réis, deste valor recebera 2:750\$000; faltando 3:250\$000, liberando prestações mensais de 250\$000 réis (COLLARES, 1847: 6).

Na manhã de 23 de março de 1847, a Santa Casa recebeu a honrosa visita de Sua Majestade D. Pedro II, que recepcionado por todos os irmãos e demais empregados, percorreu as alas da enfermaria e as obras do novo recolhimento, mostrando-se satisfeito com as dependências e atividades assistenciais. O imperador determinou a doação de 5:000\$000 réis para as obras, sendo saudado como protetor da Santa Casa de Misericórdia de Campos. Em agradecimento, a Mesa representada por sete irmãos deliberou uma Comissão para agradecer S. M, o provedor Collares recitou o discurso; a caridade em prol dos expostos é mencionada e envaidecida, do valor doado, 4:000\$000 “foram dados a juros 10% ao ano para princípio do patrimônio do recolhimento” (COLLARES, 1847: 7-8).

Entre 1847 e 1848, casaram-se mais duas expostas: a primeira recebera o dote de 150\$000 da Santa Casa e mais 172\$540 de uma subscrição da iluminação, feita durante a visita de D. Pedro II e agendado pelo Irmão José Rodrigues Penalva; e a segunda, além dos 150\$000, recebera 381\$510 de metade do produto de Folia, e Império do Espírito Santo da cidade, aplicado pelo Barão da Abadia para o casamento de duas expostas; assim, a quantia de 381\$510 estava em posse do tesoureiro, para quando outra exposta se casasse (COLLARES, 1848: 4). Os arranjos de casamentos e dotes para as meninas brancas do Recolhimento das Órfãs, no Rio de Janeiro, estão atrelados a “manutenção da ordem social e a modos de pensar em que noções de ‘cor’, ‘condição’, ‘estado’ e religião eram fundamentais” (GANDELMAN, 2001: 617). Por enquanto, não é possível pontuar a questão da “cor” para as expostas campistas, mas podemos perceber que já havia uma rede bem estabelecida quanto aos dotes oferecidos.

Na festa da Visitação, os exames dos expostos mostraram-nos em bons tratos e bem vestidos, a Misericórdia cumpria com desvelo dos “infelizes, abandonados por aqueles, a quem cabiam acolher os primeiros risos da inocência”. Notifica-se que em 17 de julho de 1847, por determinação do Definitório, foi entregue a exposta Carolina ao Sr. Manoel da Terra Pereira, que a reconheceu como filha, responsabilizando-se por sua criação (COLLARES, 1848: 4-5). Circunstâncias semelhantes são frequentes nessas

narrativas, “muitos expostos acabavam por ser objeto de reintegração familiar, ou pelo menos de alguma monitorização por parte da família.” (SÁ, 2011: 91).

Para o ano de 1849-1850, os números referentes aos expostos que continuavam a receber a tutela da instituição eram de 253 e foram dispensadas 33 crianças, por completar a idade. No decorrente ano, entraram 55 e mais dois admitidos, totalizando 310 expostos; dos quais, 39 faleceram e 240 permaneceram em criação. Residindo nas dependências da Santa Casa estavam 15 meninas e dois meninos, cuidados pela enfermeira; uma exposta havia casado e recebeu de dote a quantia de 200\$000 réis, 110\$000 entregue pela Santa Casa e restante de 90\$000 foi doado pelo Sr. Comendador Bento Benedicto de Almeida Baptista, de dotes deixados por sua falecida esposa. Os gastos chegaram a 6:150\$113 réis e o valor concedido pela Câmara permanecia inalterado, o provedor Collares não perdera a esperança de alguma iniciativa por parte dos cidadãos, da ilustre Câmara, em concorrer com maior quantia. Contudo, no dia 3 de julho de 1849, as expostas foram conduzidas para o novo recolhimento (COLLARES, 1850: 4-6).

O exame dos expostos mostrou-nos em boas condições, graças aos zelos desempenhados pelo mordomo dos expostos, o Capitão João Bernardo de Andrade e Almada. Nesta ocasião, avaliaram-se seis expostas e dois meninos, com “considerável adiantamento em ler, escrever, contar e de doutrina cristã”, resultado do trabalho desempenhado pelo professor Sr. Renne. O provedor Collares ainda informa que duas expostas haviam sido entregues à administração, “por não as querem mais em seu poder as pessoas que delas eram encarregadas” (COLLARES, 1850: 5). Esse excerto alude sobre as dificuldades da exposição externa, algumas crianças retornavam aos cuidados da Santa Casa, ao que nos parece, os casos mais pontuais eram das meninas, sendo mais uma prova que o destino e os cuidados com elas estavam como uma das pautas importantes para os dirigentes da Misericórdia.

Nos anos de 1850, o Barão de Itabapoana ocupa o cargo de provedor (1853-1854; 1854-1855) e apresenta o balanço feito para as atividades dos expostos, demonstrando que o número de remanescentes era de 233, expostos foram de 44, dois admitidos e mais quatro acolhidos. Por completarem a idade, 19 foram dispensados e 26 faleceram, continuando em criação 228. No ano de 1854-1855, as despesas totalizaram 6:582\$430 réis. Contudo, a quantia enviada pela Câmara permanecia em 1:200\$000, o provedor argumento de tal valor não faz “face da avultada despesa”, o provedor convoca os vereadores para que “continuem a mostrar sua filantropia” e promovendo o acréscimo da verba, ao menos, em um terço da despesa. Por fim, o exame dos expostos realizados

anualmente constatou que cinco expostas estavam em adiantamento em ler, escrever, contar e doutrina cristã, devido aos cuidados do professor, Sr. Carlos Frederico Renne; como de costume, na festa de visitação de Santa Isabel, as autoridades assistiram avaliação dos expostos, que se mostraram em bons tratos, graças ao mordomo Julião Baptista de Sousa Cabral (ITABAPOANA, 1855: 4-5).

No relatório anterior analisado, ainda sob gerencia do cônego Collares, as notificações sobre organização de um recolhimento para as meninas, mostravam que não havia se concluído as obras internas para instalar as desvalidas. Assim, durante os anos de 1850 a 1854, período de lacuna documental, podemos supor que finalizara tal empreitada, pois no atual relatório, notifica-se que existiam 31 meninas, passando ao número de 33, com perspectiva de aumento. As meninas já estavam sendo orientadas por uma regente interina, D. Aura Rosa de Azevedo Guimarães; “o comportamento das expostas [continuava] a ser digno de merecer” a benévola atenção dada por esta mulher – o provedor expressa nessas palavras agradecimento aos desvelos. Neste grupo, uma faleceu e outras duas casaram-se. Todavia, necessitava-se de reparos no terraço e forro, “para asseio e salubridade”, os atos religiosos já eram realizados no espaço (ITABAPOANA, 1855: 5-6).

O Recolhimento mantido pela instituição “revela a sublimidade da religião cristã” e os “efeitos da caridade”, amparando a orfandade e os desabrigados de proteção. Os sentimentos paternos eram de “velar acuradamente na educação das desvalidas órfãs, para entregá-las à grande família social como dignas filhas”. O provedor ainda esperava bons retornos e ele argumenta: “porque muito confio no cavalheirismo e espírito de caridade das pessoas”. As súplicas destinaram-se também a dois municípios vizinhos (não há indicação de quais seriam, mas provavelmente S. João da Barra e S. Fidélis) e a Corte, que sempre praticou “tantas ações generosas e caritativas” e demonstrou “sua proverbial filantropia”. Aos desvalidos eram destinados benefícios empreendidos por particulares, como era o caso do Comendador João Caetano dos Santos, “gênio filantropo”, empresário e protetor das artes que doou os rendimentos dos teatros S. Pedro de Alcântara e Santa Theresa (PARAHYBA, 1861: 13).

Em 21 de agosto de 1852, a Mesa representou à Presidência da Província, e à Assembleia Provincial, relatando a necessidade de auxílio na criação dos expostos por parte da “Câmara Municipal de S. João da Barra, pelo menos com um conto de réis”. As autoridades camarárias da cidade vizinha alegaram a insuficiência de rendas para

contribuir com as despesas dos expostos, amparados pela Santa Casa e subsidiados pela Câmara campista. Assim, sugestionou-se a criação de um imposto de 20 réis por tonelada “sobre os barcos, que navegam entre o porto e o Rio de Janeiro”, contudo, o “socorro de que tanto carece a única casa de caridade que existe [naquela] importante comarca” nunca foram respondidas. O provedor Paraíba insiste para a criação do imposto, tal “como concessão de loterias” que deveriam ser extraídas em favor do patrimônio do Recolhimento, “criando uma renda especial com aplicação à criação dos Expostos” (PARAHYBA, 1861: 16-17).

As dificuldades da Casa de Expostos, segundo Paraíba, estavam diretamente ligadas ao “perigoso costume de serem entregues a mulheres que os solicitam pela insignificância pensão de 3:200\$000 réis por mês, sem que de seus desvelos pela infância (...), e sobre tudo de sua moralidade, se tenha perfeito conhecimento” (PARAHYBA: 1861: 19). De certo, a apreensão direciona-se nos cuidados dos expostos e expostas externos, já que a instituição deveria pagar por tais cuidados. Aparentemente, as rugas de preocupação estavam mais nas questões morais, mas é de se supor que as rendas eram os principais fatores para questão dos desvalidos, visto que as querelas com a Câmara eram infundáveis. Assim, a ideia de centrarem esses recursos numa única instituição, o Asilo da Lapa, em que a Mesa administrasse era mais vantajosa, tanto do ponto de vista financeiro, como da moralidade.

Os casamentos das expostas internas Guilhermina Infanta da Glória e Josefina Maria das Dores e das externas Marciana Maria da Conceição e Emerenciana Isabel do Espírito Santo denotam o esforço do ex-mordomo dos expostos, Sr. Joaquim Pereira Pinto. As meninas internas eram regidas por D. Josefina Maria das Dores, com auxílio de D. Luiza Maria da Conceição, ambas também recolhidas. E, entre os anos de 1860 e 1861, foram cedidas doze meninas às “famílias de reconhecida honestidade” (PARAHYBA, 1861: 20-21). Neste trecho, evidenciam-se as fragilidades na conduta das atividades, as próprias recolhidas acabam por ordenar as demais, por isso, a proposta de contratação das irmãs vicentinas mirava também a administração do recolhimento. A contribuição educacional ajudaria propagar maiores reconhecimentos, corroborando para destinar essas moças às melhores posições sociais.

Referindo-se aos subsídios concedidos pela Câmara aos expostos, o provedor afirma que, “em épocas remotas, auxiliava a criação dos expostos com 1:600\$000 réis”. Sem saber o motivo, a subvenção declinou para 1:200\$000. Nesse ponto, nossa análise de relatórios anteriores não constatou esse valor informado.

De qualquer forma, para fazer jus às despesas dos expostos, Fonseca Paraíba indica que a Câmara solicite aos municípios de S. Fidelis e S. João da Barra a contribuição de, pelo menos, 600\$000 réis anuais. Assim, adverte-se que o custeio dos expostos está relacionado com a crescente população dos três municípios, persistindo para o aumento da contribuição, no valor de 2:400\$000 réis. E argumenta que em “quase todos os países cultos é sobre a Municipalidade que pesa o ônus da criação e educação dos expostos”. Assim, aproveitando o ensejo, Paraíba noticia sobre a doação de um benfeitor campista que legara para a casa de caridade “uma valiosa morada de casas”; ou seja, atitudes como esta eram necessárias para as obras caridosas realizadas pela Misericórdia (PARAHYBA, 1862: 16-17).

Como já pontuado, essa atividade de expor e avaliar os cuidados recebidos por essas crianças, durante as festividades de Santa Isabel, corresponde a uma prestação de contas públicas. Ora, as doações realizadas por particulares deveriam surtir efeitos proveitosos para a sociedade, quem se encarregava de gerir e mostrar os resultados era a Santa Casa campista.

Entre 1862-1863, o número de expostos margeava 168, sendo admitidos mais 41; foram dispensados seis por completar a idade, duas foram para o recolhimento, quatro foram entregues aos cuidados de alheios e 26 faleceram. No total, 164 permaneceram em criação (PARAHYBA, 1863: 26). No Recolhimento havia 17 adultas e nove menores, o provedor esclarece sobre as expostas externas que não foram admitidas como recolhidas, menciona algumas dessas razões, como a ocupação de serviços nas casas de algumas famílias, e por outras “terem-se feito mulheres nas casas em que se criaram”. Assim, o provedor diz que por regras internas não aceitariam expostas nessas condições. Acrescenta que quatro expostas estavam a serviço na enfermaria das mulheres – Jacintha Isabel das Dores, 22 anos; Isabel Maria da Conceição, 16 anos; Mathilde Maria da Glória, 14 anos; Genoveva, 17 anos e de cor de preta (PARAHYBA, 1863: 21-22).

As obrigações com os expostos são mais bem explicitadas pelo provedor, quando relembra sobre a deliberação feita pela Mesa e pela Junta, em 15 de agosto de 1830, que determinava o abandono dos expostos a partir dos oito anos, e das expostas aos dozes anos de idade, regra nunca perpetrada por sua administração. No ano anterior, Paraíba havia proposto que fosse criada uma Comissão, como efetivamente se nomeou, para refletir sobre tais questões. As opiniões deveriam ser emitidas ao Juízo dos Órfãos acerca dos destinos que dariam aos meninos e às meninas (PARAHYBA: 1863:12), entretanto, as resoluções dessa ação não foram mais notificadas nos relatórios posteriores. Isabel dos

Guimarães Sá (2011) afirma ser importante definir a idade das crianças que dependiam de instituições de caridade, como medida para estabelecer o tempo que duraria tal responsabilidade. Os expostos, ao saírem da tutela das casas da roda, eram direcionados aos cuidados dos juizes dos órfãos aos sete anos.

Estes tinham obrigação de os entregar a famílias que os acolhessem, e aos doze anos os rapazes expostos deviam ser remunerados pelo seu trabalho, enquanto as raparigas começariam a ser pagas aos catorze. A mesma lógica se aplicava aos órfãos, que eram confiados aos seus empregados aos sete anos, mas só recebiam soldada aos catorze. (SÁ, 2011: 74).

Reconhecendo o êxito dos esforços, o provedor recorda que “em época remota [a quantia de 4:895\$520] tendia sempre a elevar-se”, assim esse o valor gasto com os desvalidos era menor se comparado com as provedorias anteriores. Realmente, notamos tais mudanças nos orçamentos, os montantes perduravam entre cinco a seis contos de réis. Para o ano de 1866-1867, o demonstrativo certifica a existência de cento e dezoito e a entrada de trinta e três; dispensados por completar a idade, dezessete e outros dois foram entregues a cuidados de particulares; cinco meninas foram encaminhadas ao asilo da Lapa (inaugurado em 1864) e vinte e oito faleceram; noventa e nove permaneceram em criação (PARAHYBA, 1867: 7).

Tabela 3 - Balanço das atividades dos expostos.

	Expostos	Entrada	Dispensados por idade	Para o Recolhimento	Falecidos	Em criação	Total
1860-1861	189	47	15	1	36	184	236
1861-1862	184	42	19	3	36	168	226
1862-1863	168	34	6	2	26	164	202
1863-1864	129	39	11		25	128	168
1865-1866	124	32	8		25	118	156
1866-1867	118	33	17		28	99	151

Fonte: Relatório d'administração da Santa Casa de Misericórdia da Cidade dos Campos dos Goytacazes dos anos de 1860 - 1861; 1861 - 1862; 1862 - 1863; 1863 - 1864; 1865 - 1866; 1866 - 1867. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.

A tabela acima demonstra uma diminuição do número de expostos atendidos pela Santa Casa, bem como se percebe uma redução da mortalidade. Tal movimento explica-se, em parte, pelo empenho da gestão de Paraíba para a causa dos expostos. Devemos fazer alguns adendos sobre tais informações: no ano de 1861-1862, o Recolhimento

abrigava 28 internas, dessas uma empregava-se como ajudante das enfermarias das mulheres e três estavam a serviço da botica. Entre 1861-1862, quatro foram entregues aos cuidados de alheios e o Recolhimento cuidava de 17 adultas e nove menores; para 1863-1864, quatro encaminharam-se aos cuidados de particulares. Com a inauguração do Asilo, em 1864, as expostas eram admitidas no novo Estabelecimento – nos anos de 1865-1866, duas expostas e para 1866-1867, mais cinco meninas.

Apesar de recusar a sétima reeleição para direção da Misericórdia, Fonseca Paraíba continua até o findar do ano de 1868, deixando votos para as futuras administrações concentrarem atenção no patrimônio do hospital, bem como nas atividades do Asilo da Lapa. Por último, assentado no compromisso, o provedor considera de grande convivência a publicação de um mapa anual da cobrança das rendas da Santa Casa, como medida de calcular os possíveis prejuízos da instituição (PARAHYBA, 1867: 18-19).

2.3 - Considerações Finais

A partir da análise dos relatórios, podemos, então, afirmar que este provedor concentrou sua administração nos serviços do hospital e na atenção aos expostos, tendo êxito na fundação do Asilo da Lapa. Os repasses de subsídios sempre estavam em voga nos inúmeros atritos entre as autoridades municípios e as Misericórdias, além das verbas provinciais. O grande raio de atuação desta pia instituição demonstra que os conflitos ultrapassam os limites municipais, ao ponto de a cobrança chegar às demais cidades vizinhas que usufruíam de tal assistência, sob ameaça de suspensão dos serviços. As mudanças empreendidas nas dependências hospitalares estavam em consonância com novas dinâmicas médico científicas dos oitocentos. O peso financeiro e moral dos cuidados com os expostos impulsionam a materialização de um acolhimento de meninas exposta e órfã.

Capítulo III - Asilo da Lapa: sociabilidade, caridade e filantropia

Este último capítulo contemplará a discussão sobre a fundação do Asilo Nossa Senhora da Lapa, destino das meninas órfãs e expostas da cidade de Campos, e as redes de clientela e sociabilidades dos irmãos da Santa Casa campista na gerência desta nova instituição, em meados do século XIX. Para tanto, analisaremos os dados referentes a este recolhimento e suas internas, contidos no Livro de Registro (1864-1962) e nos relatórios da Misericórdia, no intervalo de 1860 a 1868.

Nossa pretensão é demonstrar uma ligação entre as redes de clientelas, vistas no Antigo Regime, e as sociabilidades oitocentistas, tais relações estavam fundamentalmente incorporadas na concretização das atividades assistenciais. Dessa maneira, entendemos que a estruturação de tais vínculos se perdura através de trocas de favores e a pertença às clientelas, como vias de alcançar novos patamares sociais e políticos.

3.1 - A criação do Asilo da Lapa

Conforme sublinhado no capítulo anterior, a Santa Casa de Misericórdia de Campos efetiva a existência do Recolhimento para expostas e órfãs somente em meados dos anos de 1850. Nas palavras do provedor Paraíba, esta obra revela “a sublimidade da religião cristã”, ao amparar a orfandade e os desabrigados de proteção alcança-se os “efeitos da caridade” perante a sociedade. Os sentimentos paternos do Estabelecimento eram de “velar acuradamente na educação das desvalidas órfãs, para entregá-las à grande família social como dignas filhas” (PARAHYBA, 1861: 12). A partir dessa fala, inferimos que o interesse educacional se insere nas atividades prestadas às assistidas, elemento agregador nos valores e nas condutas dessas moças.

Segundo Lamego (1951), o provedor Paraíba apelou para o Bispo do Rio de Janeiro, D. Manoel, Conde de Irajá e capelão mor do Imperador, com propósito de obter o antigo seminário da Lapa, juntamente com seu patrimônio. De acordo com as prestações de contas do relatório de 1860-1861, os esforços surtiram resultados e a concessão do espaço é entregue pelo S. Ex.^a Reverendo e pelo Governo Provincial, presidido a época por Dr. Francisco Ignácio Silveira da Motta, para instalar o Recolhimento das Expostas. Um lugar dos mais belos pontos da cidade, onde estariam “plenamente compensadas dos incômodos” sofridos nas dependências próximas das enfermarias do hospital, ocupando “uma bela, espaçosa e higiênica habitação”. As responsabilidades de fundação do Asilo

versavam dificuldades financeiras, assim, notifica-se também a formação de uma subscrição acordada, por parte dos representantes da Santa Casa, para angariar fundos patrimoniais, “que aliviasse as receitas do patrimônio do Hospital” (PARAHYBA, 1861: 12-13).

O local de instalação do Asilo estava definido. Faltavam agora os recursos para sua manutenção e instalação. Para tal, a mesa administrativa da Misericórdia recorre à caridade privada. A Mesa encaminha 80 cartas com pedidos de esmolas para nomes importantes da sociedade, as súplicas destinaram-se também a dois municípios vizinhos, São João da Barra e São Fidélis, e a Corte (PARAHYBA, 1861: 13). Certificada a concessão, as primeiras doações e possessão apresentadas nos relatórios subsequentes de modo independentes da receita da Santa Casa, demonstrando que a irmandade controlaria duas instituições distintas.

O denominado “Asylo de N. Senhora da Lapa” comprometer-se-ia em manter e educar órfãs e expostas desvalidas, as internas admitidas não poderiam ultrapassar a idade de oito anos, devendo “receber tantas pensionistas, quantas a capacidade do edifício permitir”. Com a finalidade de torna-se uma “casa de educação”, regida por um regulamento especial, “cujas bases e método estabeleçam o modo mais vantajoso para o ensino”, uma vez que “poucos pais [tinham], sem comodidades domésticas para uma boa educação, que não queiram ter um lugar neste Recolhimento para suas filhas” (PARAHYBA, 1861: 15). Ao valorizar o tratamento oferecido às órfãs e às expostas, o provedor abre espaço para pensarmos numa ação de teor filantrópico, havia uma *utilidade social* na educação pensada às meninas. Não era somente interesse em protegê-las dos perigos mundanos, há preocupação em estabelecer uma utilidade dessas jovens para a sociedade e, mais, ampliar isso ao público feminino campista em geral, uma vez que também receberiam pensionistas – como no hospital – a caridade voltava-se apenas às órfãs pobres e às expostas.

Ana Paula Vosne Martins (2017) percorre as experiências de caridade e de filantropia para entender as atribuições políticas protagonizada pelos pobres, entre os séculos XVIII e XIX, e quais seriam os novos discursos presentes na chamada “questão social”. Os ideais iluministas distanciam-se dos sentimentos de piedade que estavam nas práticas caritativas, com uma interpretação mais racional para os efeitos da pobreza, os cuidados para com os desvalidos adentram um processo de secularização. A chamada filantropia agrega homens e mulheres em torno de um ideal de benevolência, conduzida por uma moralidade baseada na razão e na sensibilidade. Assim, no século XIX, a questão

social pautava a latente contradição entre a grande riqueza produzida e a miséria crescente nas sociedades capitalistas, em decorrência do processo de industrialização. Justamente, o pauperismo tornou-se uma questão cara aos ideólogos liberais que, ao buscar por uma solução, enquadram “os pobres na disciplina do trabalho, transformando-os em operários” (MARTINS, 2017: 241).

A partir disso, críticos oitocentistas manifestam diversas interpretações e orientações políticas diante das consequências do sistema capitalista, aqueles que pertenciam a setores privilegiados da sociedade demonstram incomodo com a convivência mútua entre o progresso e a ampliação do fenômeno da pobreza. Martins assinala sobre a importância dos relatórios elaborados por médicos e funcionários públicos, a fim de compreender os problemas enfrentados pelos pobres. Esses profissionais percorrem habitações populares e avaliam as condições dos trabalhadores que são expressas em estatísticas de uma investigação social, com o intuito de propor intervenções estatais, ainda que paliativas (MARTINS, 2017: 246).

O quadro descrito por Ana Paula Vosne Martins é facilmente perceptível na análise dos intelectuais Oitocentistas – tanto no que concerne às críticas quanto à busca de soluções. Esses dados sociais coletados serviram de fonte para Friedrich Engels analisara pobreza inglesa em 1845. Segundo ele, as constatações das publicações oficiais não dimensionavam a problemática do pauperismo, com forte teor moralista, diagnosticavam que a pobreza sempre estava associada à indecência e falta de modos. O autor acusa a classe burguesa de usar o “manto da caridade” para mascarar as péssimas condições da classe trabalhadora, somente em circunstâncias extremas de infortúnio, por temer que os bairros pobres tornassem foco de epidemias ou de revoltas, designavam comissões da higiene para avaliar e amenizar a situação deplorável. Portanto, essa convulsão social era resultado dos modos de produção industrial, com salários baixos e exaustivas jornadas de trabalho, que “explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os apenas a eles, os proprietários” (ENGELS, 2007: 96).

Em *Ensaio sobre a Pobreza*, Alexis de Tocqueville explana suas opiniões sobre as ações filantrópicas, a começar pela distinção dos dois modelos de assistência: a caridade, entendida por amenizava os males humanos, uma virtude cristã privada que não estava no alcance de uma ação social; e os princípios protestantes, de forma mais racional

e sistematizando as carências, desenvolvera nas sociedades modernas uma ação regulada pela própria sociedade. Sabendo-se que os dois incentivos para o trabalho seriam a necessidade de viver e a ambição de melhorar as condições de vida, a experiência humana já provara que somente o primeiro conduziria ao labor e o segundo seria assimilado por poucos. Assim, as ações de instituições de caridade, com atendimentos indiscriminados aos pobres, desencorajariam o desejo por almejarmelhores posições sociais através do trabalho.

Tocqueville (2003: 100) argumenta em favor da caridade privada, por entender que o “pobre, ao receber uma ajuda à qual ele não tinha o direito de exigir e a qual ele talvez não tenha a esperança de obter, sente-se extremamente grato”, estabelecendo desse modo um elo moral entre as duas partes envolvidas. Do ponto de vista liberal, a obrigatoriedade da caridade legal romperia os laços morais, impondo à sociedade o dever de alimentar os pobres, o que nutria a dependência dos necessitados. No entanto, o autor pondera e admite que a caridade pública possa ser apropriada para sanar alguns males momentâneos, como os cuidados com infância, velhice, doença e em momentos de calamidades públicas.

Posto isto, consideremos a comparação que este intelectual francês estabelece entre países europeus e suas alarmantes situações de penúrias, enquanto responsabiliza o serviço assistencial inglês por incentivar os pobres a viverem à custa da caridade pública, emitindo uma opinião distinta em relação aos países ibéricos:

Mas, se voltarmos à Espanha ou até mesmo a Portugal, teremos uma visão totalmente diferente. (...) Em Portugal, no entanto, o número de indigentes é insignificante. M. de Villeneuve estima que este reino contém um indigente para cada vinte e cinco habitantes. Antes disso, o famoso geógrafo Balbi nos deu a estimava de um indigente para cada noventa e oito habitantes (TOCQUEVILLE, 2003:76-77).

Ora, essa singularidade apontada por Tocqueville (2003) é passível de estar vinculada à institucionalização da caridade portuguesa, em fins do século XV, com o surgimento das primeiras Santas Casas, logo, podemos enquadrá-las na denominada caridade privada. Reiterando passagens já discutidas nesta dissertação, Laurinda Abreu (2014) afirma que estas instituições procederam do interesse régio em expandir os ideais da caridade, para que lograsse efeito, havia de se aproximar e convencer os poderosos locais. Dessa forma, os privilégios concedidos às Misericórdias estavam pautados no caráter organizacional dos serviços, em termos discricionários, e nas isenções econômicas, como medida de facilitar as ações assistenciais. A consolidação social das

misericórdias também dependeu da formalidade dos membros das confrarias responsáveis por essa administração caritativa, enquanto corpo social de elite, dando-lhes as mesmas benesses daqueles que ocupavam altos cargos da municipalidade.

A forma como a nova organização assistencial nascia, em íntima ligação com o poder local, lançava já as bases para o desenvolvimento de jogos e de influências entre as duas entidades – câmaras e misericórdias -, que foram evoluindo em equilíbrios mais ou menos instáveis, às vezes em pouco altruístas solidariedades. (ABREU, 2014: 84-85)

No que diz respeito à seleção dos assistidos, a historiadora portuguesa discute a delimitação do conceito de pobre merecedor, mostrando que esse elemento era estruturante para as políticas sociais europeias na modernidade. A política caritativa e social portuguesa constituía-se em três pilares: a caridade cristã, representada pela obrigação dos ricos para com os pobres, inspiração já contida no Compromisso da Misericórdia de Lisboa (1498); a reforma moral, partindo de traços humanistas, argumenta sobre o valor do trabalho como edificante para a sociedade; e por fim, a gestão dos poderes públicos que providenciam meios legais e repressivos para restringir a mendicância, exemplo é a Lei dos Vadios no século XVI. Assim, “sem aparentes dificuldades, as instituições assistenciais incorporavam no seu quotidiano o conceito de pobre merecedor, embora o reconfigurassem em função dos seus próprios interesses e objetivos” (ABREU, 2014: 32).

O conjunto de práticas assistenciais prestadas variava conforme as realidades locais. Apesar disso, devemos fazer um adendo aos apontamentos de Tocqueville, quando diz que a virtude cristã privada não estava no alcance de uma ação social, como mostra Bronislaw Geremek (1995), a caridade identifica os problemas e busca abrandar os sofrimentos humanos, as ações desempenhadas pelas Misericórdias propagaram a criação de hospitais e asilos para órfãos, expostos e velhice. Em tempos de guerras e epidemias, as medidas temporárias contemplaram atendimentos aos enfermos e o fornecimento de remédios e alimentos aos necessitados. Ou seja, os raios de atuação dessas instituições foram significativos na sociedade.

O escopo da ação benemerente, seja impulsionado pela caridade ou pela filantropia, intenciona modificações nos comportamentos dos pobres. Dessa maneira, os valores civilizatórios e de bons costumes estão incutidos nas obras realizadas pelas Santas Casas, o asilo da Lapa pode ilustrar esses anseios. Sabendo dos empecilhos para aprovação desse projeto, o provedor Paraíba dirige-se aos demais membros: “Senhores,

não será este Estabelecimento somente um ônus para a Santa Casa, ele poderá ser ainda uma boa fonte de renda” (PARAHYBA, 1861: 15). Assim, além de proteger a infância desvalida feminina, os lucros não se reduziram aos morais, alcançariam vantagens econômicas, ao permitirem a entrada de pensionistas, significava obter proveitos aos cofres da pia instituição.

Nos primeiros anos da década de 1860, os altos custos da nova instituição não foram esquecidos pela Mesa, desse modo, os irmãos recorrem a uma subscrição, conforme já mencionada, e a outras associações particulares e a caridade pública, implorando ao “governo a graça de fazer reverter em benefício do Asilo o abatimento das notas e dos bilhetes da caixa, desta cidade, filial do Banco Commercial e Agrícola”. Recorreu-se à “Sociedade Beneficente Brasileira”, o pedido feito aos sócios referia-se ao fundo de apólices da dívida pública, a quantia dos juros se destinaria para o patrimônio, que autorizou doação de seus fundos, para manutenção das órfãs, as regras estabeleciam o período de 50 anos para que os juros, da quantia de 7:00\$000, fossem disponibilizados ao asilo e aos expostos. O provedor diz que essa subscrição expedida proporcionaria uma renda destinada aos reparos no edifício e na igreja. Alguns benfeitores já haviam contribuído com remeças consideráveis: 710\$000 das esmolas da folia de São João e mais 100\$00 réis, ambas as quantias do Sr. José Pinto de Magalhães; já o comendador João Caetano dos Santos concedeu os benefícios do Theatro de Nictheroy, no valor de 455\$000 (PARAHYBA, 1863: 8).

No tocante aos trabalhos filantrópicos destas sociedades e associações beneficentes campistas, deparamo-nos com nomes importantes que estavam nestas instituições e marcaram presença na Santa Casa. A Sociedade Brasileira de Beneficência surgiu em 1854, com o intuito de prover socorros mútuos entre seus confrades, porém com a chegada da cólera no ano de 1855, fez-se um hospital provisório em caridade às vítimas. Em 1870, com estatutos reformulados, alargaram-se os fins desta associação, a partir da “difusão da instrução pelas classes desfavorecidas da cidade, com a criação de um asilo para os órfãos filhos dos sócios; abertura de uma biblioteca e fundação de um jornal”. Entre os anos de 1870 e 1874, a média de frequência de alunos variou de 70 para 141, foram introduzidas as aulas noturnas que lecionavam primeiras letras, português, francês, aritmética, história e geometria; sendo a única associação a possuir uma biblioteca popular na cidade (ALMANAK, 1881: 151-152). Dentre seus membros, destacamos: o sócio-fundador, padre João Antunes de Menezes e Silva, e Euzébio Ildelfonso Barroso, ambos eram irmãos da Misericórdia durante a década de 1870, período

que atuaram na comissão que avaliou o privilégio concedido para os enterros a pia instituição (LAMEGO, 1951: 50-51).

Quanto aos regulamentos da Santa Casa, os posicionamentos de Paraíba eram enfáticos para oficialização de regras para o lar das meninas, com a criação indispensável do cargo de mordomo e regente do recolhimento da Lapa, objetivando zelo e inspeção das atividades, bem como a necessidade de um mordomo das demandas: “pois o Estabelecimento destinado a asilar as recolhidas da Santa Casa, mas também como receptáculo de pensionistas, e externas, conforme eu [Paraíba] expendera nas ideias” (PARAHYBA, 1863: 5). Insistentemente, o fator educacional aparece ao longo dos relatórios, analisaremos mais adiante quais eram as tarefas e as instruções de ensino aplicadas às meninas e quais eram os propósitos que se almejava.

Contudo, algumas normas já eram esquadrihadas no relatório de 1860-1861, como a autorização de “visitas de famílias honestas” ao asilo, duas vezes por semana. E, um ou dois passeios ao mês às recolhidas e educandas, supervisionado pelo futuro mordomo, pois tais medidas [constituir-se-iam] “melhor meio de levar ao conhecimento do público às vantagens deste Estabelecimento, quer como um simples asilo da orfandade quer como casa de educação” (PARAHYBA, 1861:15). Desse modo, posteriormente, veremos no *Registro de Órfãs e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864 – 1962)* que algumas meninas foram encaminhadas para famílias da região, constando a data em que se retiram da instituição e os nomes dos senhores ou das senhoras que as acolhe, o que nos sugere um tipo de avaliação prévia dessas moças com abertura para tais visitas.

Segundo o provedor, a consolidação deste estabelecimento supriria a carência educacional da região, com os “dotes precisos da moral e da religião”, representando uma alternativa cômoda às famílias que desejavam um lugar de educação para “suas inocentes filhinhas”. Planejava-se também expor anualmente os trabalhos das órfãs e educandas, medida que visaria por opiniões e sugestões do público acerca da “solicitude das professoras e do adiantamento das discípulas” (PARAHYBA, 1862:27). Essa espécie de avaliação e prestação de contas pública realizava-se com os expostos em geral, como medida de inspecionar os tratos e os proveitos de ensino; para as recolhidas, seria mostrar aos benfeitores que suas doações estavam sendo destinadas a fins importantes e honrosos.

Há outra menção digna de nota, para além desse asilo para meninas, outro já era cogitado pela Santa Casa, “como um ramal filial (...) ser o receptáculo onde achem abrigo os Expostos e mais infância desvalido do país e onde se cuide da grande de sua criação e educação” (PARAHYBA, 1862: 29). Assim, compreendemos que Paraíba pensava em

criar um asilo destinado aos meninos, tal como organizar um espaço para essa infância desvalida, ou seja, uma Casa dos Expostos. Retomo algumas considerações já expressas nos capítulos anteriores, vimos que a assistência prestada pela Misericórdia aos expostos era de caráter externo, atritos constantes foram registrados, envolvendo os responsáveis pelos cuidados dos expostos e as autoridades da instituição, em relação aos subsídios concedidos. Neste caso, no meu entender, canalizar em repartições internas os socorros a essas crianças, conferir-se-ia um pleno controle dessa atividade por parte da instituição, tanto em termos econômicos, como de fiscalização, ainda que o discurso empregado para essa questão seja de cunho moral.

Por finalizar o ano de 1860-1861, o provedor tem o prazer de notificar o recebimento, por parte dos trinta e dois membros da Sociedade de Agricultura, de recursos cedidos em favor do asilo da Lapa. Preocupado com o andamento das negociações, Paraíba justifica sua reeleição para o terceiro ano de administração que, em princípio, não queria aceitar, mas por insistências de outros e seu compromisso com o asilo, decide continuar no cargo: “conseguindo esse grande fim de minhas infatigáveis diligências, eu julgarei ter findado a muito honrosa missão com que ainda vos proveu honrar-me” (PARAHYBA, 1861: 28).

Fundada em 1834, a Sociedade de Agricultura era composta por diversos irmãos da Misericórdia, incluindo alguns provedores, tais como: o padre Agostinho Collares (1846-1853); Domingos Gomes Barroso (1841-1846); Dr. José Francisco Vianna (1836-1838); Dr. José Fernandes da Costa Pereira (1868-1871); Manoel Antônio Ribeiro de Castro, Barão de Santa Rita (1810-1811); Capitão João Pinto Ribeiro (1825-1825); Julião Baptista de Souza Cabral (1834-1835); Luiz Antônio de Siqueira, Barão e Visconde de Itabapoana (1853-1856); Manoel Pinto Netto Cruz, Barão de Muriaé (1826-1827); Tenente-coronel Manoel Baptista Pereira (1827-1828) – como assim nomeia Alberto Lamego (1951). Ressalte-se que os fundos conquistados pela Sociedade eram reservados às necessidades dos proprietários de terras quando sofriam com prejuízos nas lavouras e socorros mútuos. As ações desta sociedade eram expressivas do ponto de vista econômico e político, considerando que, para o ano de 1881, a proposta aceita pelos membros “deliberou mandar vir da Europa, a sua custa, 50 famílias de imigrantes” (ALMANAK, 1881: 157-158). Dado importante é a decisão da Sociedade de dispor de recursos para a criação do Asilo, o que demonstra a importância desta estrutura de laços de sociabilidade e do pertencimento à Misericórdia.

Apesar de verificarmos a presença desses homens em diferentes esferas sociais,

entre os anos de 1862-1863, não se concluíra as diligências para transferência das apólices concedidas pela antiga Sociedade Beneficente ao Asilo da Lapa, assim como a cessão dos fundos da Sociedade Agrícola, que segundo informações aproximava-se de 12:000\$000 a 13:000\$000 réis. O patrimônio da nova instituição girava em torno de 50:000\$000, contando com os 26:377\$335 réis que já estava depositado na casa bancária de Caldeira, Torres & Penalva. Todavia, o provedor não deixa de comunicar o pedido de adiantamento em 10:000\$000 reis, dirigido à Assembleia Provincial, como medida de amortizar o déficit herdado de tempos passados.

Dentre as resoluções atestadas que favoreceriam o patrimônio do hospital e possibilitar a fundação de um hospício para asilar e educar crianças expostas, o provedor anuncia a proposta apresentada pelo deputado campista, Sr. Dr. João Baptista Pereira. A resolução votada autorizaria a entrega do produto da loteria, que havia sido concedida a Opera Lírica Nacional, tendo a empresa não cumprida às condições do seu contrato. Por essa razão, os recursos haviam sido depositados nos cofres provinciais, após publicação da lei orçamentária, a Santa Casa requereu a entrega da quantia, recebendo 11:100\$000 réis. Em seguida, o valor incorporado nos fundos do asilo da Lapa, juntava-se com os 5:000\$000 doados por D. Pedro II, além de 100\$000 dados por um devoto (PARAHYBA, 1863: 11).

Com patrimônio considerável, graças aos esforços de particulares, a nova instituição ainda carecia de melhores investimentos, por essa razão, não conseguia desempenhar todas suas atividades. Em relação a recusa do vice-presidente Sociedade de Agricultura de entregar os benefícios cedidos ao asilo, essa querela arrastou-se por mais alguns anos, argumentara que para fornecer a caderneta da Caixa Econômica necessitaria de uma assembleia com os demais sócios, só então realizaria a transferência. Essa passagem faz nos pensar que tais negociações eram cercadas de conflitos, sabendo-se que parte dos membros dessas sociedades conhecia o cotidiano da pia instituição, pois alguns pertenciam ou pertenceram a ela. Contudo, não se deixa de agradecer ao comendador João d'Almeida Pereira que legara aos cuidados da administração a quantia de um conto de réis; o irmão Antonio José Coelho cedera à Santa Casa, 467\$620 réis da folia do Espírito Santo; o irmão Capitão João Ferreira Tinoco entregara a esmola de 100\$00 para as despesas dos expostos; Ex. Sra. D. Maria Thereza d'Oliveira, e seus genros comendadores Candido Francisco Vianna e João Caldas Vianna Filho, doaram 231\$600 em favor do Asilo (PARAHYBA, 1866; 1867).

Os donativos para o asilo continuavam sendo entregues para as obras, o provedor

cita que um benfeitor anônimo fizera uma doação de um conto de réis, argumenta: “Eu distingo, senhores irmãos, como vós também fareis, a caridade religiosa, ou que tem por base a piedade cristã, da caridade propriamente moral; esta pratica-se, às vezes, até mesmo instintivamente sem que um pensamento de piedade acompanhe o ato humano”. Referindo-se à caridade cristã, praticada com o espírito evangélico, “aquela que é feita no próprio sentido do preceito do divino Mestre, isto é, ocultando da esquerda a que dá a direita; esta sim, esta é a verdadeira caridade, é aquela que ainda aproveita menos ao que recebe o benefício, do que ao próprio que o faz, que por prêmio o terá centuplicado” (PARAHYBA, 1863: 10). Em sua fala, o provedor ressalta as bases compromissais da Misericórdia, alicerçadas em relações assimétricas entre ricos e pobres; conclamando os irmãos, e a sociedade campista, a continuarem ajudar a instituição – que agora traria enormes benefícios àquela mesma sociedade, uma vez que as meninas ali formadas seriam exemplares, na moral e no trabalho.

Os poucos recursos tornavam a tarefa de criar o asilo um impasse para a administração de Fonseca Paraíba, uma vez que as obras não conseguiram avançar nas obras até o ano de 1862-1863, por falta de dinheiro. Sendo assim, a decisão de interromper os trabalhos estava notificada no relatório, medida que buscava não onerar os cofres da instituição com tais despesas. Sem embargo, o provedor não perdera a grande estima de concorrer para o conforto das recolhidas, órfãs e educandas pensionistas que, eram imprescindíveis para as atividades, para continuar com os trabalhos esperava pela caridade pública, a fim de não sobrecarregar o patrimônio do hospital. E, esperava exemplos como a doação feita por Francisco José de Mattos Pimenta que cedeu o produto da folia do Espírito Santo e o rendimento do Império, no valor de 1:330\$960 réis. No findar daquele ano, o provedor faz votos para a inauguração do asilo da Lapa, o mais breve possível, agradecendo a confiança e os esforços da Mesa

3.2 “Levou aprimorada educação e deixou de si a melhor recomendação...”

Esta frase é usada para qualificar uma das meninas, Francisca Antônia dos Reis, parda, presente no *Registro de Órfãs e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864 – 1962)*, ao se casar, em 1875, com Antonio Gomes dos Santos. A partir dela iremos analisar o destino das meninas educadas no Asilo da Lapa em seus primeiros anos de funcionamento.

Para melhor delinear algumas características do perfil dessas meninas, optamos em ampliar o raio de análise, iremos considerar então as movimentações da primeira década de serviços deste recolhimento. Nos relatos do ano compromissal de 1863-1864, o provedor Paraíba afirma que sempre teve esperanças na concretização do asilo da Lapa, mesmo quando ainda não estava entre os dirigentes da Santa Casa de Misericórdia, lembra a indicação que fez aos ex-provedores, João Joaquim de Sá e Costa e Dr. Antonio Francisco de Almeida Barbosa, de um antigo seminário extinto por lei provincial que estava “perfeitamente montado para um liceu” para ali instalar as expostas e as órfãs. Durante a administração de 1857-1858, a ideia foi acolhida e o pedido consignado no relatório de seu amigo particular, Dr. Barbosa, em 1859 (PARAHYBA, 1864: 4). Ou seja, ainda que não fosse oficialmente do quadro administrativo, Paraíba já demonstrava boas relações com demais irmãos e que travava importantes diálogos quanto às carências educacionais da cidade, sugestionado uma propriedade jesuíta e empenhando-se em proporcionar os meios de civilidades para a população.

Dessa forma, tendo inspirado o projeto, Fonseca Paraíba encabeça a aquisição do seminário, juntamente com o patrimônio, no primeiro ano de provedoria. Nos três anos subsequentes, recorre à caridade pública e privada para angariar fundos suficientes para abrigar as meninas: “essas pobres filhas do desamparo, (...) trocaram a já acanhada, e insalubre morada em que há anos definhavam pela habitação que tanto me desvelei por alcançar-lhes”. Finalmente, em 23 de junho de 1864, acontece à transferência das recolhidas para a nova instituição. Dia de grande jubilo aqueles também que concorreram com donativos, reunidas na igreja da Misericórdia, irmandades e Ordens terceiras acompanharam em procissão as órfãs até a igreja da Lapa, a visitação edifício duraram até as 9 da noite (PARAHYBA, 1864: 5; LAMEGO, 1951).

As questões higiênicas e àquelas que envolviam a honra das recolhidas da Misericórdia do Rio de Janeiro foram caras à administração da instituição, nas primeiras décadas do século XIX. Como explica Luciana Gandelman (2001), as normas

estabelecidas pelo recente estado brasileiro buscavam fiscalizar as instituições assistenciais, para isso, nomearam comissões que solicitavam informações aos dirigentes sobre as atividades, como medida de elaborar relatórios oficiais. Em princípio, houve resistências em divulgar as condições das dependências, por parte dos confrades, pois interpretavam essas novas regras como invasivas, o que demonstra atritos com o poder público. Com base nos ideais higienistas, os primeiros pareceres notificavam as péssimas condições do Recolhimento, do ponto de vista físico e moral, as moças não adquiriam uma “constituição vigorosa, e costumes honestos, (...) para o bom desempenho dos deveres de mãe de família”. Desse modo, a instituição pia deveria projetar reformas capazes de oferecê-lhes “um sistema de educação” (GANDELMAN, 2001: 90).

A irmandade da Santa Casa carioca sofrerá grandes transformações a partir do discurso higienista a partir da provedoria de Clemente Pereira, nos anos de 1830. Freqüentador dos altos círculos no cenário imperial, este provedor tem por primeira medida elaborar um relatório da situação das dependências do Recolhimento, reconhecendo o “horror insalubre” que, ocasionado pela proximidade do cemitério e das enfermarias, as órfãs mantinham constante contato. De acordo com os relatórios, Gandelman afirma que há uma mudança na “sensibilidade destes homens da elite” para os cuidados com as recolhidas e o ambiente, partir disso, tem-se uma nova maneira de pensar a “redistribuição espacial” das atividades. Considerando a trajetória política de Pereira, em cargos de governança e nos meandros que culminaram na independência, as mudanças propostas e vistas coadunavam com os desígnios acerca dos propósitos nacionais no período imperial (GANDELMAN, 2001: 91-94).

A carreira política de Clemente Pereira está emaranhada com os diálogos travados entre a Misericórdia e o Estado, como conta Tânia Pimenta (2015), tal administração distinguiu-se das anteriores, devido ao tempo de permanência de chefia e por sua presença nos altos escalões do governo, como deputado e senador, inaugurando assim um “novo perfil de provedor”. “Esses dados indicam a importância da Santa Casa, cuja provedoria fazia parte do circuito de cargos em que os membros da elite política se revezaram” (PIMENTA, 2015: 43).

Os intentos de Fonseca Paraíba guardam alguma semelhança com os vistos na Corte, redigindo sugestões higiênicas às repartições da Misericórdia campista, além da grande preocupação em relação aos expostos. A proposta de um regulamento para o asilo da Lapa havia sido apresentada pelo irmão Dr. Francisco Portella, contudo, o pedido para organizar o ensino para as órfãs partiu do provedor:

porque não sendo ele fundado somente para recolhê-las, tirando-as do desamparo, mas para tornar-se, de conformidade com as ideias que tenho apresentado em os relatórios anteriores, uma casa de educação pública, necessariamente se deve prover aquela organização de um modo conveniente ao adiantamento de todas as meninas, cada uma na condição em que ali entrar. (PARAHYBA, 1864: 6-7).

Fonseca Paraíba confiava nos predicados de Francisco Portella que, possuía uma biografia considerável para os homens da região. Apesar de ter nascido no Piauí, fez carreira brilhante em Campos, onde foi o “autor do projeto de iluminação elétrica da cidade (...) em junho de 1883”. O peso de seus conselhos estava em sua posição respeitável de médico caridoso e político, participando ativamente das comissões da Câmara campista para combater as epidemias de cólera de 1855 e 1867, junto à cabeceira dos enfermos (LAMEGO, 1942: 393). Não por acaso, foi presidente da Associação Médica Farmacêutica Beneficente, entidade de socorros mútuos entre seus membros e espaço para discussões médicas, terapêuticas e clínicas. Dentre os trabalhos apresentados por Portella, estava uma exposição sobre *loucura palustre*, publicado no jornal local e em uma revista médica na Corte (ALMANAK, 1881: 153), além de ter sido o primeiro presidente do estado do Rio de Janeiro. Para o que nos interessa nesta dissertação, Portella será, junto com Paraíba, personagem importante na estruturação no Asilo da Lapa.

As informações contidas no *Registro de Órfãs e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864–1962)* são peças chaves para captarmos as sociabilidades presentes na Santa Casa da cidade de Campos dos Goytacazes, bem como permitem uma compreensão do funcionamento dessa instituição. Somadas aos relatórios dos provedores, estas fontes dialogam com as práticas da chamada “boa sociedade” e seus valores que são perceptíveis nas condutas sociais e políticas no Segundo Reinado.

Entre os anos de 1864 a 1874, foram admitidas quarenta e nove meninas, dessas quarenta eram expostas e nove órfãs - em 23 de junho, dia da inauguração, entraram dezenove meninas. Desse total, trinta recolhidas casam-se, duas falecem e as demais se encaminham para companhia de famílias locais ou se retiram sem deixar maiores informações sobre seus destinos. Nas descrições da fonte, sabemos os nomes das meninas, a classificação – exposta ou órfã, a idade, a data de entrada, as habilidades domésticas e o grau de instrução das meninas, datas e anos de seus casamentos, os nomes dos noivos e dos padrinhos, os nomes das famílias para as quais são encaminhadas e a

cor – apesar de serem poucos casos, quatro brancas e seis pardas.

Quanto às características dessas internas, percebemos que a idade com que entram na instituição varia, se nos primeiros anos a média era de 20 anos, posteriormente, essa média cai para 10 e 11 anos. Assim, a idade de entrada dessas meninas diminui, considerando que as primeiras já viviam a alguns anos no Recolhimento da Santa Casa. Como já citado no capítulo anterior, a Mesa definitiva aprovava que os expostos seriam admitidos com a idade mínima de oito anos e as expostas aos 12 anos.

Podemos ver uma predominância da presença de expostas, as primeiras moças casam levando certo grau de instrução, como “sabe lavar, engomar, cozinhar e cozer”. Considerando o modelo comportamental da *boa sociedade*, a educação doméstica era elemento essencialmente feminino nos espaços de sociabilidade, as funções para meninos e meninas estavam bem estabelecidas, enquanto eles são preparados para assumirem cargos políticos e de administração pública, elas são ensinadas a serem boas esposas e mães (MUAZE, 2003:67). A partir dos registros, notamos essa configuração, essas moças, algumas ainda meninas, são entregues à instituição para terem um futuro promissor como esposas, o papel desempenhado pelo asilo era fazer-lhes adquirir competências para os trabalhos domésticos, auxiliando na boa formação moral com os estudos de orientação religiosa.

Desde 1864, já percebemos nas primeiras internas habilidades domésticas básicas, como lavar, cozinhar e costurar. No entanto, a partir de 1865, momento em que o asilo efetiva como princípio a educação doméstica de suas asiladas, percebe-se um gradativo crescimento das complexidades dessas competências descritas às meninas, somando-se as anteriores, elas passariam a “saber ler, escrever, contar, trabalhar com crochet e bordar com perfeição”. Conforme pode ser demonstrado na tabela a seguir...

Tabela 4 - Relação entre casamentos e habilidades domésticas

Habilidades Domésticas	Ano do Casamento	Total	%	Habilidades Domésticas	Ano do Casamento	Total	%
	1868	2	8,0		1868	2	8,3
	1869	1	4,0		1869	1	4,2
	1870	1	4,0		1874	2	8,3

Não	1871	2	8,0	Sim	1875	3	12,5
	1872	1	4,0		1876	4	16,7
	1873	3	12,0		1877	1	4,2
	1874	1	4,0		1879	1	4,2
	1875	1	4,0		1881	1	4,2
	1880	1	4,0		Casadas	17	70,8
	Casadas	13	52,0		Não casam	7	29,2
	Não casam	12	48,0				
	Total	25	100,0		Total	24	100

Fonte: Registro de Órfãs e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864 – 1962)

Os casamentos são datados de 1868 e se estendem até início de 1880. Ao analisar os dados, observamos que o número de moças que possuíam habilidades domésticas e casavam (17) é maior em comparação àquelas que não dispunham de tais atributos, mas também casavam (13). Ainda que o total do grupo caracterizado pela ausência de habilidades seja maior (25), é perceptível a relação das habilidades com o destino matrimonial, para os casos de falta de habilidades e que não casaram, correspondem a um número maior (12), contrastando com àquelas que estavam aptas às instruções domésticas (7), porém não contraem núpcias. Desse modo, podemos inferir que as jovens com tais destrezas estavam propensas e tinham mais chances de se casarem.

No tocante ao destino dessas expostas, a historiadora Maria Luiza Marcílio (2010) aponta que, a partir de meados dos oitocentos, ocorrem mudanças no formato da assistência no Brasil:

No tempo das Rodas, as crianças de sexo feminino, desde que atingiam a “idade da razão”, aos setes anos, deveriam deixar a Casa da Roda. Autoridades e membros da Junta da Misericórdia preocupavam-se com seus destinos. As menos desafortunadas encontravam guarida em casas de família, tornando-se suas “criadas”, ou domésticas. As demais podiam terminar na rua, mendicantes ou até mesmo prostitutas.

Para proteger as meninas foi então pensada uma casa de abrigo para sua proteção, onde poderiam permanecer pelo menos até encontrarem um casamento, ou uma casa de família que as acolhesse. Foram assim criados os chamados recolhimentos, termo para identificar instituições de reclusão, erguidas com fins devocionais, para abrigar e para resguardar a honra e a virtude de meninas desvalidas. (MARCILIO, 2010:32-33).

Entre 1865-1866, o provedor informa que as aulas de primeiras letras, crochê e bordado já estavam sendo oferecidas às meninas, ou seja, mais qualificações. Ao que tudo indica, a instituição procurava favorecer os propósitos de educação ao público feminino. Naquele ano, existiam vinte expostas e cinco órfãs, atestava-se o casamento de Leonor

Maria do Espírito Santo – não encontramos este nome na relação das recolhidas, é provável que seja uma exposta externa, e Albina Isabel das Dores e Quitéria Maria do Espírito Santo estavam emprestadas para o serviço da enfermaria das mulheres, em caráter de enfermeiras – de alguma forma, notamos que até mesmo aquelas sem destino certo, eram direcionadas para fins de utilidade dentro da própria Misericórdia. Contava-se com o acréscimo do patrimônio em 200\$000 réis, os fundos chegavam a 40:932\$271 (PARAHYBA, 1866: 38)

Com a ampliação do ensino, o provedor esperava receber discípulas externas, pensionistas e meio-internas, mas até aquele ano nenhuma havia se matriculado. Assim, almejava o espaço como colégio de educação, “avaliando-o tanto pelo lado da instrução, que ali será qual tal se conte no seu Regulamento, (...) afluência de educandas”, bem como morada exemplar ali em vigor. Em tom de propaganda, afirmar que nenhum outro colégio do país estava na capacidade de oferecer tais vantagens aos pais de família, que necessitavam educar suas filhas (PARAHYBA, 1866: 12).

No que diz respeito à preservação da honra das moças, quesito importante para os casamentos, já mencionado neste trabalho, o provedor esclarece sobre as expostas externas que não foram aceitas na configuração do novo recolhimento da Lapa. Dentre as razões apresentadas estava à ocupação de serviços nas casas de algumas famílias e por outras “terem-se feito mulheres nas casas em que se criaram”. Assim, diz que, pelas regras internas, não aceitariam as jovens que estivessem nessas condições, ou seja, aquelas que já trabalhavam e as que não eram virgens (PARAHYBA, 1863: 26).

A configuração política e social brasileira altera as concepções sobre criança e infância, que se tornam preocupações para as famílias das elites. As percepções historiográficas de Gandelman (2001), Muaze (2003) e Marcílio (2010) endossam os outros estudos, como de Erica Windler (2016) sobre o Recolhimento carioca. Essa autora estadunidense demonstra que, nas primeiras décadas oitocentistas, os grandes centros urbanos registram o aumento do abandono de crianças e da orfandade, as necessidades desse público passam a ser reconhecidas pelas autoridades. Essa situação pode ser ilustrada pela correspondência de 1837, por parte do ministro Alves Branco, ao diretor da Santa Casa do Rio de Janeiro, indicando que os meninos deveriam ser enviados aos serviços militares e do comércio. Todavia, em condição mais vulnerável estavam às meninas, o ministro chama atenção para a especificação da questão sexual do problema, refletindo uma preocupação com o bem-estar e a virtude feminina. Argumenta-se acerca da importância em preservá-las, essas moças deveriam ter suas reputações protegidas e

serem educadas para se tornarem boas esposas e mães, pois estavam na condição de responsabilidade em garantir os filhos para nação.

Para Mariana Muaze (2003: 63-64), o cenário da segunda metade do século XIX apresenta a sociedade imperial constituída por uma elite hierarquizada, a posição de privilégio demarcada por seus membros incluí os cuidados com as crianças em termos educacionais, como meios de formação dos futuros cidadãos brasileiros. Dessa maneira, a educação infantil será a introdução da elite para esses referenciais de ordem e civilização. Compreendia-se que a assimilação das novas instruções, nos primeiros anos, garantiria a incorporação de um padrão de comportamento. Na prática, esse projeto social englobava o consumo de manuais de etiquetas, moda, literatura (os romances) e periódicos científicos. Contudo, o interesse pela aquisição de conhecimentos não incluía críticas políticas aos valores morais da época, os novos valores de prestígio social não buscavam igualdade e, sim, reconhecer posições bem estabelecidas naquela sociedade.

No entender de Ilmar R. Mattos (1987), a consolidação do Segundo Reinado dependeu da manutenção da ordem senhorial, desse modo, o processo de formação social apresentava duas linhas: de restauração, representada pelas elites agrárias; e de expansão, representada pelos profissionais liberais que correspondiam à elite branca e proprietária. Ambos os grupos solidificavam o governo imperial, não somente em termos políticos, mas reafirmavam valores sociais difundidos naquele período:

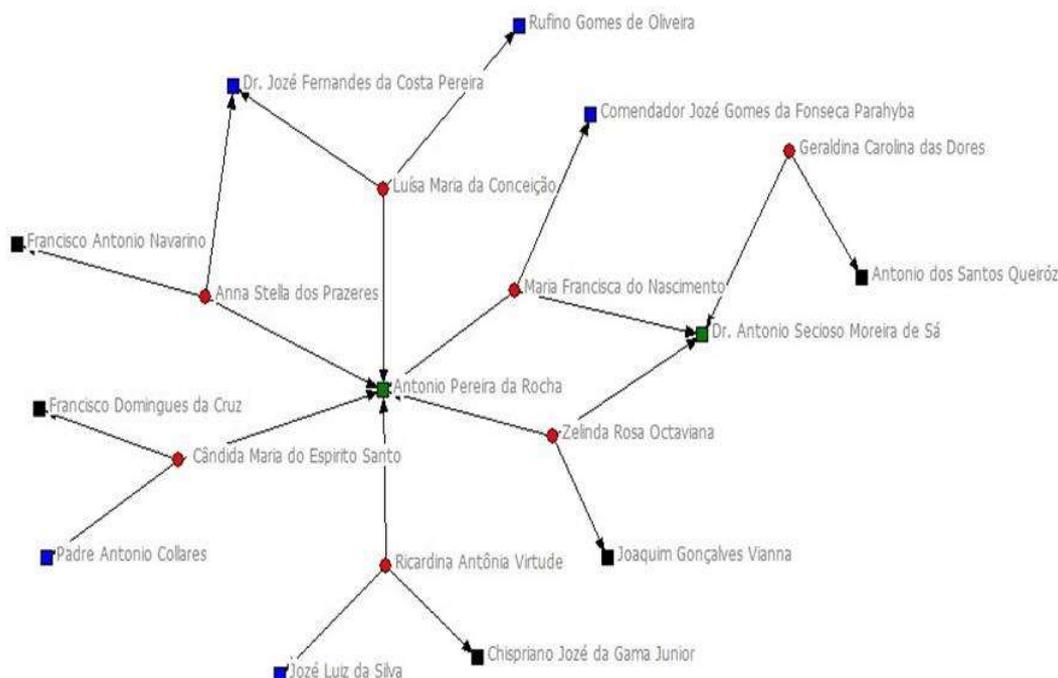
Assim, pelas “capacidades e habilidades” de seus membros, sempre “brancos”, a “boa sociedade” tende a se confundir com a sociedade política – “a parte a mais importante da nacionalidade”. Por ser portadora de liberdade e propriedade, a ela compete governar, isto é, “dirigir física ou moralmente”, nos termos mesmos em que já aparecia no Dicionário de Moraes, em 1813. Governar é “reger bem”, quer a Casa – “regulando a sua economia e administração”, quer o Estado – “dando Leis, e fazendo-as executar”. Diremos, desde agora, que a boa sociedade constituía o mundo do governo, um mundo que não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade. (MATTOS, 1987:114).

O ordenamento da “boa sociedade” será alicerce para se propagar o papel civilizador dos moldes europeus, criando padrões de comportamento, valores e o sentimento de identidade entre seus adeptos. No parecer de Mariana Muaze (2003), sem dúvida, a educação foi elemento significativo de distinção, representando aqueles que possuíam propriedades e dominavam o poder político. A sociedade brasileira oitocentista estava estruturada hierarquicamente pela diferenciação social e pelo cerceamento da

liberdade, devido à continuidade do sistema escravista, sendo composta por homens e mulheres livres, nascidos no Brasil, brancos e proprietários de escravos. Essa elite procurou se distinguir do “povo mais ou menos miúdo – brasileiros livres e não necessariamente brancos”. Os fundamentos básicos eram os referenciais europeus de erudição, no entanto, houve adaptações das obras sobre as temáticas educacionais para o público consumidor, tendo em vista a realidade brasileira que, além de sua estratificação social, conservava uma particularidade: a mão-de-obra escrava, validando as divisões sociais (MUAZE, 2003:81).

Veremos a seguir, a configuração dos casamentos das expostas e sua relação com tais propósitos sociais e políticos:

Imagem 2 - Rede das relações entre expostas, noivos e padrinhos



Fonte: Registro de Órfãs e Recolhidas ao Asilo de N. S. da Lapa (1864 – 1962)

Os resultados preliminares dos dados referentes às atividades do asilo da Lapa indicam para uma peculiaridade: os sete primeiros casamentos dessas jovens, todas classificadas como expostas, foram contraídos com os irmãos da Santa Casa e que, na maioria, têm estes homens figurando como testemunhas (padrinhos, como está escrito nas fontes) da cerimônia. A partir das fontes, conseguimos inferir é que, essas moças já passavam dos vinte e poucos anos e levavam consigo as habilidades domésticas básicas, “sabe lavar, engomar, cozinhar e cozer”. Os matrimônios descritos podem ser considerados como uma mobilidade social, visto que todos os predicados e os valores direcionados ao público feminino nos oitocentos coadunavam para que elas se tornassem esposas e mães, além de ser representar uma forma concreta de ascender naquela sociedade.

Quanto aos noivos e seus padrinhos, como já demonstrado ao longo deste estudo, esses homens compunham róis seletos nas sociabilidades campistas, como confrades da Misericórdia, camarários e membros de importantes sociedades filantrópicas. Assim, o que podemos depreender de tais registros é a evidente aproximação entre eles, sugestionando a um reforço de suas relações políticas e sociais. Os vínculos pessoais se entrecruzam com tais aspirações e os arranjos pessoais e institucionais, pois, ao

participarem destas ações assistenciais e estabelecerem relações com outros nomes simbólicos, em termos locais e provinciais, esses almejavam galgar posições privilegiadas na hierarquia imperial.

O primeiro noivo, Antonio Pereira da Rocha, era tesoureiro da Misericórdia na administração do Dr. Paraíba, seus padrinhos são Rufino Gomes de Oliveira, que ocupava o cargo de mordomo do hospital, e o Dr. José Fernandes da Costa Pereira, advogado da instituição. Os matrimônios ocorreram entre os anos de 1866 a 1870 e foi realizado na Igreja Matriz São Salvador. A presença do tesoureiro é constante nos demais casamentos, no segundo e no terceiro aparece como padrinho. O padre Collares, padrinho do terceiro casamento, estava na posição de irmão definidor e participa das discussões e das propostas administrativas na Santa Casa, figurou também como vereador de Campos. O sexto casamento é do Dr. Antonio Secioso Moreira de Sá, médico adjunto do hospital, e tem como padrinhos o provedor Paraíba e o tesoureiro Rocha.

Ressalte-se que uma exposta também foi encaminhada para companhia da família do Dr. Secioso, em 1868. Mostra-se interessante a posição privilegiada desse médico, pois ele além de ser padrinho do quarto e quinto casamento, consegue ter como padrinho de seu próprio casamento o provedor Paraíba, homem de grande prestígio social na Misericórdia e em Campos. É oportuno lembrar aqui¹² que o provedor Paraíba era casado com a filha de Valentim Codeço, proeminente membro que participou e articulou a fundação da Santa Casa, chefiando por duas vezes (10º e 12º provedor) a instituição.

Por fim, o sétimo casamento tem por padrinhos, novamente, o tesoureiro Antonio Pereira da Rocha e o Dr. José Fernandes da Costa Pereira, são inegáveis as boas relações e as alianças formadas por esses homens dentro desse espaço social. O cruzamento de fontes, as informações fornecidas por Lamego (1981:45-47) e o livro de registros das expostas, revela, que o Dr. Pereira, formado em Direito pela faculdade de São Paulo, tornou-se o provedor seguinte na administração da Santa Casa (1868 – 1871), e dedicava-se também à política. O Dr. Pereira era campista e representou “sua Província em duas legislaturas provinciais e fora presidente das Províncias do Espírito Santo, do Ceará, de S. Paulo, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco”, exerceu também o cargo de Ministro da Agricultura (1874), participava do Conselho do Imperador e era Cavaleiro da Ordem de Cristo.

As disputas econômicas e, conseqüentemente, políticas no cenário fluminense

¹²As articulações para a fundação da Santa Casa de Campos foram descritas no primeiro capítulo deste trabalho, para maiores informações dos membros, ver em: LAMEGO, 1951.

encorajaram a candidatura de Campos ao título de capital da província, os líderes locais vão além e apresenta o projeto da província dos Campos dos Goytacazes, questão descrita no primeiro capítulo. Em 1855, a propaganda junto ao governo provincial e central deflagrou um movimento comandado pelo, então, vereador José Fernandes da Costa Pereira requerendo uma comissão para coletar “dados estatísticos e topográficos do município e informações sobre a produção e população”, com intenção de transformar a Comarca de Campos em uma província. O apoio das demais regiões (Minas Gerais e Espírito Santo) para esse processo de integração e aproximação dos povoados foi importante para os interesses econômicos de homens poderosos, José Fernandes da Costa Pereira representava a vila de Itapemirim (ES) e era um proeminente proprietário de terras visava “ampliar o lucrativo comércio de madeira e demais produtos”. A expansão do café entusiasmou nosso advogado e político em fazer a interligação da cidade de Campos com o porto de São João da Barra, construindo o canal do Onça para controlar as terras dos sertões capixabas do Pedra Lisa (CHRYSOSTOMO, 2011:70-75).

3.3 As sociabilidades oitocentistas e os desígnios assistenciais

Os anseios de Fonseca Paraíba em consolidar uma importante instituição de educação, renderam-lhe algumas dores de cabeça. Mesmo após inauguração do asilo, o provedor reclama por uma grande reforma nas dependências ou, ao menos, algumas reformas parciais, de maneira a suprir parte das demandas. Nos últimos três relatórios, ele insistiu nesta manutenção como vias de prolongar a experiências dos negócios da Santa Casa. No entanto, as mudanças propostas não foram bem recebidas por todos, pois Paraíba afirma que algumas de suas reformulações estabelecidas, e outras ainda por ser executadas, feriram certos interesses, “abalando suscetibilidades, chegando ao ponto de acreditar-se, que existiam em [suas] aspirações a um poder discricionário na Santa Casa” (PARAHYBA, 1864: 9). Infelizmente não conseguimos saber quais eram as propostas de Paraíba e, dentre elas, aquelas que não foram aceitas. Temos, neste caso, apenas as palavras do provedor. Contudo, podemos afirmar que as atribuições da Mesa o levaram a conquistar adversários.

Para tanto, “moveram-[lhe] por meio da imprensa uma oposição tenaz e desabrida”, a tão desagradável ocorrência estava interferindo na condução das resoluções dos ofícios, pelas dificuldades criadas por essa oposição acintosa. O provedor assevera aos irmãos que todos os esforços e a solicitude de suas ações davam “tão visíveis provas,

teriam talvez criado (...) uma situação de melhoramentos, de verdadeiro progresso, de engrandecimento, e de prosperidade.” (PARAHYBA, 1864: 9-10). O que sabemos é que, tanto nas mudanças do hospital, como na questão das expostas, o provedor enfrentou algumas divergências na Mesa, as quais não são explicitadas. Situação semelhante é vivenciada pelo mordomo do Asilo, Dr. Secioso, que precisou fazer uma prestação de contas pública nas páginas do periódico *Monitor Campista*, com o intuito de se defender de uma acusação de arrecadação de fundos para a instituição sem a autorização da Mesa. Certamente disputas internas no comando da Misericórdia... Ou haveria questões políticas por trás? A esta pergunta as fontes não nos permitem responder...

Defendendo-se, o comendador Paraíba reforça a imagem da Santa Casa para que a reconheçam como um estabelecimento público, lugarem que seus empregados têm por dever conhecer e cumprir atribuições, tal como as funções designadas ao provedor; que não devendo limitar-se à assinatura do expediente: “é de inclinável necessidade se reconheça que ele é o primeiro Administrador, (...) que é o primeiro sobre quem pesa a responsabilidade por qualquer falta que os próprios membros da Mesa hajam de cometer no desempenho de seus cargos”. Portanto, ocupar tal lugar não é apenas uma questão de honra, conferido a um “cidadão que ocupe na sociedade uma posição independente, afim com o seu nome, e autoridade pessoal dar importância (...) à corporação que o toma por chefe”; sobretudo, essa posse honrosa “traz consigo pesados deveres (...) que carece da contínua superintendência dessa autoridade” (PARAHYBA, 1864: 10). Nesse trecho, percebemos a justificativa da importância social empregada pelo provedor para se defender de ofensas e possíveis acusações de seus adversários; o poder de sua posição privilegiada na sociedade campista estava incluso em suas ordenanças na Misericórdia, de maneira que não pudesse ser desrespeitada por qualquer motivo sem fundamento.

Maria Antonia Lopes (2007) atesta a relevância das documentações pertencentes às Santas Casas para o estudo do universo dos pobres, das práticas de caridade e controle social. Esses espólios nos permitem ampliar as análises quanto à história das elites na governança das instituições de caridade, com um “poder quase discricionário”, eles forjam regras de comportamento para pobres merecedores.

Assim sendo, com o estudo prosopográfico dos governantes das Santas Casas poderemos identificar os poderosos locais e perceber que tipo de poder exercem, que instrumentos e estratégias utilizam, como se produzem e reproduzem... Torna-se, pois, bem clara a grande importância que pode ter para a caracterização das elites locais este tipo de abordagem. Fazendo-o, é possível perceber a que corpo social

pertenciam os governantes das misericórdias, qual a sua formação ou inserção social e política (LOPES, 2007: 2).

A autora identifica que a ocupação dos cargos na pia instituição correspondia, necessariamente, a uma posição de ascensão social, o poder exercido por esses provedores eram “sem interferência do poder central” e o peso da fidalguia fazia-se presente nas eleições, muitos estavam nas câmaras locais, alguns religiosos (cônegos) e outros ligados a Ordem de Cristo (LOPES, 2007: 3). Essas considerações vão de encontro com homens que passavam pela Misericórdia campista, o aborrecimento do provedor Paraíba justificava-se pela importância que ele conseguira conquistar na sociedade local: médico, proprietário, dono de jornal e componente de altos círculos de sociabilidade local, além de possuir o título de comendador.

A autoridade referenciada pelo provedor campista era reconhecida e reforçada pelos sufrágios recebidos dos irmãos da Mesa nas eleições solenes, os respeitáveis membros expressavam confiança no candidato à administração, “a qual lhe [impunha] restritamente a responsabilidade pela boa ou má direção dos negócios”; justificando assim a relevância de manter a Mesa reunida “para proporcionar diretamente o bem” à Santa Casa. Por fim, ainda em tom de desabafo, Paraíba reitera que cada membro poderia tornar-se um “poderoso auxiliar do provedor”, com a finalidade de aumentar o patrimônio da instituição, “procurando sob todas as conveniências, ampliar-lhe o crédito, e engrandecê-lo, investindo-o, de toda aquela confiança e força moral”, com a finalidade de qualquer execução que pretendesse viabilizar reformas úteis (PARAHYBA, 1864: 10-11).

Sobre a fundação do Asilo, Paraíba conclui:

deixei de continuar a testa dessa subscrição, e concentrando-me no seio de minha atribulada família, tenho-me apenas limitado a fazer incessantes votos para que outros mais felizes do que eu consigam realizar essas minhas ideias (...), em que se apreciando devidamente as coisas, e os homens, muda a cega influência das paixões, a que o bom senso, e os desenganos terão imposto silencio (PARAHYBA, 1864: 12).

Acrescenta ainda que “na desgraça de um amigo enxergam sempre alguma coisa de agradável, esses mesmos não de fazer plena justiça às intenções e aos atos daqueles”. O tom de mágoa apresentado pelo provedor reforça a má acolhida de sua proposta junto à mesa diretora da Santa Casa campista (PARAHYBA, 1864: 12). Duas perguntas podem ser feitas: a falta de consenso foi resultado apenas de questões econômicas – o alto custo com a manutenção da nova instituição – ou havia outras coisas por trás? De certo, a

manutenção do hospital consumia bastante da economia da instituição; mas nenhuma Misericórdia recusou-se a cuidar de enjeitados e órfãos, mesmo não sendo sua atribuição segundo o Compromisso da Matriz lisboeta, seguido pela irmandade campista. Mas, por outro lado, a lei dos Municípios de 1828 atribuiu a elas o cuidado com este público.

De certo, o discurso sobre a questão da caridade cristã, feito anteriormente pelo provedor, bem como suas lamúrias foram ouvidas pelos irmãos. Assim, podemos entender as caridosas ofertas feitas pelos irmãos: como Julião Ribeiro de Castro, compromete-se a “doar anualmente para o custeio do Asilo das órfãs a quantia de 100\$000 réis”; além do benefício de 356\$000. Também o ex-provedor, Sr. Dr. Antonio Francisco de Almeida Barbosa, concedeu ao asilo o produto líquido da folia do Espírito Santo o valor de 609\$560 réis; ou o definidor, Dr. Tinoco, em favor do patrimônio do hospital, autorizou o uso fruto de uma morada de casas com produto anual de 360\$000 réis. Outro que merece destaque foi a ação do irmão Dr. Thomaz José Coelho de Almeida, nomeado pela presidência da província inspetor da comarca de Campos, e que só aceitou tal cargo com a condição de repassar seus honorários de 1:050\$000 réis para o asilo das órfãs (PARAHYBA, 1864:26-19).

Como gesto de dom e contra-dom, onde o provedor pede e os irmãos respondem positivamente há uma engrenagem de sociabilidade importante: todos os doadores são descritos no relatório anual da Irmandade como forma de agradecimento, retribuição. De todos eles é Thomaz José Coelho de Almeida quem merece maiores, e efusivos, agradecimentos. Precisamente, para dimensionarmos essa sociabilidade, reportaremos para os estudos historiográficos que contribuíram significativamente para a ideia de formação de redes sociais, estas fundamentadas nos parentescos e nas alianças, marcadas pelas reciprocidades entre desiguais durante o período colonial. Para Ivan Vellasco (2009), as redes clientelares definem-se como compromissos acordados com o intuito de estabilizar padrões de interdependência e poderes, entre diversos grupos sociais que articulam e negociam posições sociais hierárquicas:

Nessa perspectiva, as ligações intraelites que vão constituindo as teias que vinculam homens a grupos de interesse – parciais, locais ou mais amplos – e grupos de interesses às instituições, enfim, tais ligações não são dadas como autoevidentes, mas são elas mesmas o tema de investigação empírica, coisa que certamente expressa um avanço em relação às tentativas de entender a complexidade do Estado e da política imperial, nos quais convergem uma multiplicidade de identidades, grupos e interesses (VELLASCO, 2009:87)

O autor reforça que o modelo da família patriarcal e sua centralidade nas redes de

sociabilidades não explicam por completo a dinâmica das estruturas políticas. Para tanto, as reflexões dos historiadores portugueses António Hespanha e Ângela Xavier sobre as redes clientelares no Antigo Regime, ajuda-nos a entender que tais redes giravam em torno da economia do Dom. Essas relações institucionais ou jurídicas estavam propensas a se mesclarem e coexistirem com outros laços, como os de “amizade, parentesco, fidelidade, honra, serviços”, que, por vezes, assumiam maiores vultos nessas situações cotidianas, obedecendo a uma lógica clientelar (HESPANHA; XAVIER, 1991: 339).

Todavia, essas redes clientelares não se resumiam às relações de dominação e submissão, seria um jogo de reciprocidades, seus membros teriam deveres, direitos e compromissos para com os demais, assim, engendraria as redes de interdependências, base para as redes de poder. Essa lógica da economia do Dom é a hipótese trabalhada pela historiografia para o período colonial, já para as décadas seguintes nos oitocentos, Vellasco (2009) assinala a ação da “economia moral”:

Iniciado o processo de independência, a intensificação do domínio dos poderes de Estado e da lógica diferencial que o sustenta e legitima teria feito com que as instituições tivessem de se haver com uma ‘economia moral’ referente a expectativas de grupos sociais mais amplos, atentos a determinados aspectos do exercício do poder e que depositavam esperanças crescentes em sua lógica e seu fundamento. No caso em foco aqui não se trata da regulamentação dos mercados, mas da regulamentação das relações de autoridade e obediência. (VELLASCO, 2009:90).¹³

Aos nossos olhos, essas ligações aparentam como ilegítimas, mas podemos observamos a presença marcante delas nas negociações dos irmãos da Misericórdia e outros homens de destaque na sociedade campista, essas relações entrelaçavam-se nos projetos filantrópicos e políticos. Quando o provedor Paraíba descreve fatidicamente os nomes dos beneméritos e as quantias doadas, leva-nos a crer que essa estrutura social permanece como “normas” para o século XIX. Assim, valendo-se dessa conformação social, a Mesa administrativa suplicou por mais uma doação, logrando uma graça imperial no valor de 500\$000 e mais 200\$000; os responsáveis por tal intermédio foram os Srs. Cônego João José da Silva Pessanha Baptista e os Drs. Antonio Dias Coelho Netto dos Reys e João Baptista Pereira (PARAHYBA, 1862: 30).

Doravante, é importante recordarmos que, toda essa questão dos financiamentos e das doações, tangenciava uma ação benemerita praticada por D. Pedro II, em 1847.

¹³Contudo, o autor busca não igualar ao conceito de economia moral de Thompson. Ibidem. p. 90.

Nesta ocasião, a Santa Casa recebera o montante de 5:000\$000 réis, destinados ao futuro asilo, e que proprietários da região foram agraciados com títulos de nobreza, deslocando-se para um universo de normas e condutas a serem preservadas. As providências tomadas pelas autoridades locais incluíam a formação de uma comissão para organizar os festejos, entre os membros estavam: José Martins Pinheiro (Barão da Lagoa Dourada); Dr. Joaquim Pinto Netto dos Reis (Barão de Carapébús); e o Capitão Antônio Luiz Siqueira (Barão e Visconde de Itabapoana) que figurou como provedor da Santa Casa, entre 1853 a 1856. Recebendo de bom grado o pedido da Câmara, o comendador Fonseca Paraíba cedeu sua casa para hospedagem de S. Majestade (LAMEGO, 1942: 75-76).

Desse modo, observamos uma conexão entre as redes clientelares e as sociabilidades oitocentistas, descritas pelos autores acima, os alicerces do Segundo Reinado permanecem ancorados nessas negociações e noções de pertença. Podemos exemplificar tais questões, com a análise feita por Patrícia Genovez (2002), para as estratégias de hierarquização e os elementos presentes nas concepções imperiais, como tradição e honra que remontam à tradição ibérica. Essa tradição da Coroa portuguesa está associada ao ato de conceder cargos administrativos e militares como recompensa por serviços prestados ao Estado luso, pontos já descritos no primeiro capítulo, o que servia de mecanismo de disciplina social, com representações e práticas sociais. A hierarquização social imperial estava imersa a dinâmica do favor e das influências, fazendo com que essa sociedade tivesse movimentos constantes de tensões e acomodações.

De acordo com Genovez (2002: 216), a moral ibérica calca-se em valores da cristandade, a nobreza pode ser dividida em dois grupos: a nobreza tradicional (tradição familiar - sangue) e a classe comercial, aqueles que obtêm o título por compra. Destaca-se em tal composição o dito serviço da corte que eram cargos ocupados por cortesãos, com atribuições jurídicas, burocráticas e financeiras - os homens de Corte. A autora acrescenta que existiam diferenças entre os nobres e que, não é correto, apenas considerar o fator econômico, já que as posições de privilégios estão ligadas às normas de etiqueta, como os ritos para organizar esse microcosmo social, ou seja, a necessidade de se distinguir nessa hierarquia imperial.

A configuração imperial reforça as hierarquias sociais, as rupturas em relação a Corte anterior são provas da diferenciação do poder do Imperador, sendo também uma forma de obediência e negociação de fidelidade, exemplo disso são as concessões de títulos. Durante a Guerra do Paraguai, a emissão de títulos era tida como recompensa pelo

esforço e pela fidelidade ao Império. De acordo com as normas herdadas da sociedade portuguesa, os homens que ocupavam cargos de alto escalão no Império deveriam passar por uma investigação, era necessário ter plena noção de honra e comportamento junto ao poder imperial (GENOVEZ, 2002:232).

Portanto, na prática, as concessões de títulos e honrarias emitidos pelo Imperador não seguiam rigidamente as normas, ou seja, não existia legalidade fixa com padrões. Os membros agraciados com tais títulos eram merecedores segundo julgo de D. Pedro II, essas ascensões ou degradações arbitrárias eram as determinações dessas hierarquias no Império brasileiro. O mecanismo de concessão de mercês pode ser ligado aos tributos cobrados pela emissão de títulos, por vezes, tal era incentivada por doações feita as causas públicas.

Nas palavras do provedor, o asilo da Lapa representava um monumento de “grau elevado da civilização dos habitantes de Campos”, por se tratar de um “Estabelecimento tanto ou mais digno que qualquer outro da proteção dos poderes do Estado, como da caridade particular”. Ainda que reinasse a boa ordem e asseio nas dependências do asilo, resultado dos desvelos da regente, Paraíba opina que a direção da instituição só conheceria solicitude com a presença das Irmãs de Caridade, pois “na corte do Rio de Janeiro tem sabido elevar ao maior auge de crédito o colégio que dirigem”. Para as melhorias, encarregara-se de algumas obras para conservação do edifício, custeadas pelas esmolas adquiridas pela digna regente; providenciam o assoalho e alguns objetos para a igreja, com as benditas doações recebidas da Baronesa de Muriaé, que, por vezes, brindara aquela casa com várias quantias (PARAHYBA, 1866: 11)

O patrimônio arrecadado de 44:933\$841 réis era prova do entusiasmo com que os campistas haviam acolhido o asilo das órfãs. Mas, lamentavelmente, este montante não era suficiente para cobrir tantas despesas, que se orçavam em 6:078\$914 réis. Mais uma vez, Fonseca Paraíba ressalta a indispensabilidade de recorrer à caridade pública, enviando rogativas também à assembleia e ao governo provincial, “pedindo-lhes a concessão de um subsídio anual”. O provedor pleiteia, ao menos, a resolução oferecida pelo ex-deputado, Dr. Portella, para extração de uma loteria extraordinária em favor do asilo campista, já que a os proveitos provinciais não haviam sido, até então, disponibilizados. E, defende o merecimento de tal atenção desses poderes “que é incontestavelmente uma instituição tão protetora das jovens desvalidas, como é o Asilo de Santa Leopoldina, fundado em Nictheroy, à custa de uma subscrição do Governo” (PARAHYBA, 1867: 10).

De acordo com Bernardo M. Felberg (2018), a inauguração desta instituição de caridade niteroiense é datada de 1854, sob o comando do visconde do Rio Bonito, presidente da província do Rio de Janeiro e provedor da administração da Irmandade de S. Vicente de Paulo, criada exclusivamente para conduzir as atividades. As diretrizes do Compromisso firmam a importância da proteção imperial, o caráter religioso da caridade e com intuito de instruir os menores desvalidos. Inicialmente, admitiam-se meninas e meninos, no entanto, devido a questões morais e a dificuldade em apartar o convívio entre os internos e as internas, em 1864, os cuidados passam a ser destinados somente ao público feminino. Assim, a educação oferecida focava-se “na vida caseira e no papel de mãe/esposa” (FELBERG, 2018: 46).

Aproveitando o ensejo, o provedor profere elogios ao Dr. Portella, por seus serviços e auxílios prestados em favor da Misericórdia, “como pela dedicação e interesse com que desempenhou todas as comissões de que se encarregava a meu pedido, sendo para lamentar que seus inteligentes serviços, (...) não fossem ainda aproveitados em um dos empregos de alta categoria da mesma Santa Casa”. (PARAHYBA, 1867: 10). Neste trecho, há dois pontos interessantes: o primeiro é a retórica com que provedor emprega para cobrar subsídios dos poderes províncias, sabendo de outra instituição, busca equiparar a importância dos serviços semelhantes prestados, ou seja, o mesmo direito deveria ser concedido a Campos. O segundo mostra as trocas entre esses homens, o deputado auxilia o provedor com tramitações na assembleia, em favor dos negócios da Santa Casa, posteriormente, Paraíba pleiteia um empregado para o ex-deputado junto a Mesa e demais irmãos.

Na década de 1870, o Dr. Francisco Portella torna-se irmão definidor na Santa Casa campista, com presença quase que unânime nas sociedades filantrópicas. Entre 1871 e 1874, torna-se presidente da Sociedade Brasileira de Beneficência, o que podemos atribuir tal prestígio depois de sua experiência como relator do regulamento do asilo, em meados de 1860; e da Sociedade União Artística e Beneficente, relacionada aos proveitos da industrial municipal (ALMANAK, 1881: 153). Seu histórico comprova ser político hábil no cenário fluminense, chefiou a câmara municipal de Campos e assumiu legislaturas de deputado provincial, alcançando o cargo de primeiro presidente do Estado do Rio de Janeiro, no período republicano (PEREIRA, 2012).

Com glórias de ter fundado o Asilo, Paraíba promete que as condições essenciais para um estabelecimento de caridade e educação regular estavam garantidas com a gerência do mordomo Sr. Dr. Antonio Secioso Moreira de Sá, no ano de 1866, este

médico ocupa o cargo de mordomo do asilo (PARAHYBA, 1867: 11). Ao folhear as páginas do Monitor Campista no ano de 1864, deparamo-nos com um artigo publicado por Secioso, em que elogia as decisões do provedor e certifica as dificuldades em administrar tal instituição. As péssimas condições em que se encontravam o “acanhado recolhimento”, próximo das dependências do hospital, em contato com “doentes de todas as moléstias, ameaçando constantemente o bem-estar das recolhidas”. Reconhecendo os esforços na consolidação do asilo, de todos que se empenharam para “frutificar essa ideia humanitária” e, sobretudo, compreenderam os “fins utilitários da instituição” (Sá, 1864).

Apesar das reformas realizadas nas dependências do asilo, devido a falta do número de pensionista, não se instalara todas as aulas para o Recolhimento, somente, estavam sendo disponibilizadas as aulas de música, pagas pelo próprio provedor. A aquisição de uma da chácara do finado João Domingues Carneiro estava sendo gerenciada, já que os arrendatários das terras da propriedade deveriam receber novos títulos de arrendamento, pois o domínio do uso das terras deveria preceder da obrigação ser pagar ao Asilo; e Paraíba lembra: “o que tenho por tanto mais urgente, quanto pagam eles pensões insignificantíssimas, nunca elevadas deste o primitivo arrendamento”. (PARAHYBA, 1867: 11).

Em junho de 1868, a princesa Isabel e seu marido, Conde d’Eu, visitam a cidade de Campos dos Goytacazes. Ao chegarem, receberam homenagens dos súditos e um discurso eloquente do presidente da câmara, no dia seguinte, dirigiram-se à Santa Casa e ao asilo da Lapa. Os serviços assistenciais da Misericórdia foram elogiados pela ordem e limpeza dos locais, no entanto, o mesmo não pode ser apreciado das repartições do recolhimento das expostas. A má impressão causada aos nobres estava nas condições precárias constatadas, como as imundices vistas nos dormitórios e demais dependências, as vestimentas das meninas estavam em péssimo estado, desagradando à opinião régia (FEYDIT, 1979: 452).

As avaliações negativas impulsionaram obras e reformas urgentes no asilo, “a pintura de todo o edifício e igreja ficou a cargo do comendador Dr. José Gomes da Fonseca Paraíba, Barão de Fidélis, José Custodio Osório e Rufino Gomes de Oliveiras” (LAMEGO, 1942: 98). Na tentativa de reverterem à situação, as senhoras locais criaram uma associação de caridade, intitulada de “Congregação das Protetoras do Asilo da Lapa”, enviando convite à princesa Isabel que “aceitasse o título de protetora”, além da presença na cerimônia de inauguração, a qual compareceu (LAMEGO, 1981:42). Essa associação era composta por nomes proeminentes de famílias com títulos de nobreza: “provedora

honorária, a Baronesa de Muriaé, d. Rachel Francisca de Castro Netto Cruz; provedora efetiva, Baronesa da Lagoa Dourada, d. Maria Gregória de Miranda Pinheiro; vice-provedora, d. Ana Gregória de Miranda Pinto, Baronesa de São Vivente de Paula, Ana Maria de Miranda Pinto esposa do dr. Gregório de Miranda Pinto” (LAMEGO, 1942: 103-104).

A descrição do parágrafo anterior traz anuências interesses aos propósitos sociais daquela época, ilustrando a “boa sociedade”, considerando a preocupação, por parte do poder real e da própria sociedade campista, em inserirem esses valores e novos costumes, almejando construir a identidade brasileira, ante ao mundo civilizado e de progresso do século XIX. O modelo comportamental dos grupos dirigentes é ensinado em livros sobre condutas de civilidade e de etiqueta, como bem analisa Mariana Muaze: “Concebidos como guias, ‘escolas do mundo’, continham normas da ‘arte de comportarem-se socialmente’ nas mais diversas ocasiões” (MUAZE, 2003:66).

Tendo em mente a importância das sociabilidades oitocentistas, mediando às relações políticas e assistenciais, caracterizando-se como caminhos percorridos por aqueles que almejavam prestígio no Segundo Reinado. Nas últimas décadas, a noção de sociabilidade ganharam contornos mais realistas para a pesquisa história de forma crítica e inovadora pelo historiador francês Maurice Agulhon (1968), com a publicação de *Pénitents et francs-maçons de d’ancienne Provence*, concebendo que a compreensão das sociabilidades implica na existência de associações e suas transformações, dada em uma configuração circunscrita com dimensões geográficas e temporais, acrescentando ser pertinente as identidades culturais na observação de determinados grupos regionais e suas aspirações políticas no campo social.

O historiador Alexandre Mansur Barata (2009) discursa a respeito do tema das sociabilidades e a importância dos espaços associativos do século XIX, caminha para compreender a formação das elites regionais e nacionais, pois eram os lugares de manifestação do fazer política. Para tanto, as relações entre o Estado e a sociedade estão inseridas dentro de uma política cultural, entendida como um “conjunto de discursos e práticas políticas simbólicas pelas quais essas reivindicações são feitas”. As análises deste autor estão voltadas aos acontecimentos no cenário mineiro, contudo, observa que mais que uma continuação das relações coloniais, presentes nas irmandades e nas misericórdias, no início do século XIX formam-se novas práticas associativas, com o surgimento das sociedades filantrópicas. Essas sociedades formulam discussões políticas e sociais, empreendem fundações de bibliotecas e produções literárias que visavam a

expansão de sabedoria para povo (BARATA, 2009:52-53).

Os pontos citados acima são de extrema importância, por acrescentarem o advento dessas sociedades filantrópicas, organizando os rumos das discussões políticas e patrióticas no Brasil. Justamente, representação política e os discursos filantrópicos da importância de instituições como a Misericórdia nos Oitocentos, o caso campista mostra-se deveras relevante. Para além da participação desses homens da Santa Casa na câmara, constatamos que alguns integraram essas sociedades filantrópicas, ou seja, são espaços comuns entre eles, onde ocorreram disputas de poder político e representação social, para além de acordos na realização das atribuições assistenciais.

A Santa Casa de Campos continua, ao que tudo indica nas documentações até aqui examinadas, um forte epicentro de contendas e alianças políticas locais, com suas dissonâncias nos poderes provinciais. Tal premissa pode ser conduzida pela presença do Dr. José Fernandes da Costa Pereira, tendo este exercido cargos pública na política imperial, torna-se advogado e, posteriormente, provedor da Misericórdia campista, o que demonstra o poder de negociação e de mando, em termos locais, da própria instituição em si (LAMEGO, 1981).

Robert Castel (2010) entende por sociabilidade primária os sistemas de regras que ligam membros de um dado grupo dentro de um pertencimento familiar. A partir disso, tecem-se redes de interdependências, essas redes primárias podem sofrer desequilíbrios. Deste modo, as medidas assistenciais aos carentes não se caracteriza como uma escolha desempenhada pela disposição particular, “mas a consequência obrigatória do lugar ocupado num sistema de interdependências”. No momento em que não há uma estrutura administrativa de serviços especializados, o fortalecimento do vínculo pessoal representa um tipo de proteção contra as intempéries sociais. (CASTEL, 2010: 48-53).

O autor explica que a precariedade é algo presente na existência de todos e não corresponde a um rompimento na dinâmica comunitária. Assim, a pobreza pode ser expressiva e corrente, sem criar uma “questão social”, os pobres não representam um elemento de “desestabilização interno a essa formação social que controla os riscos de desfiliação maciça graças à rigidez de sua própria estrutura”. As intervenções de caráter social-assistencial são entendidas por ele como uma sociabilidade secundária, pois entram em ação quando os laços da sociabilidade primária se fragilizam e os atendimentos tornam-se objeto de práticas especializadas, exemplificadas pelos hospitais, orfanatos e as organizações das escolas aos desvalidos que são instituições “sociais”. (CASTEL,

2010: 55-57).

Para Marco Morel (2001), a tarefa em realizar tipologias das sociabilidades no cenário imperial é deveras complexa o desafio, devido às diferenças das associações e a dificuldade em classificar grupos tão distintos. Ao empregar um modelo metodológico rígido, as diferenças poderiam ser camufladas, ou em contrapartida, na falta de critérios poderia particularizar o caso e comprometer o estudo. Por isso, é necessário cautela e ter em mente que essas associações não são necessariamente unifuncionais, essas estavam em diferentes configurações na sociedade, ou seja, caracterizadas como multifacetadas.

O encontro das dimensões política, filantrópica e cultural pode dar esse caráter multifacetado, no entanto, alguns casos são marcados por especificidades. Em particular, o autor corrobora com a ideia da dimensão filantrópica em comparação com a caridade cristã, pois tocada pelo espírito das Luzes, entende-se que se faz necessário ajudar aos despossuídos, seria “uma forma de expansão da civilização ocidental e, ao mesmo tempo, um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela” (MOREL, 2001: 6).

3.4 Considerações Finais

Levando a cabo as considerações dos autores acima, a meu ver, as ligações pessoais entre os irmãos da Misericórdia evidenciadas nos casamentos dessas expostas, sejam como noivos ou padrinhos, correspondem às trocas de influências presentes na sociedade imperial, como meio de alcançar outros patamares sociais; tais constatações valeram-se das documentações do Asilo da Lapa e relatórios emitidos pela Santa Casa. Conforme esses vínculos sociais e políticos foram se encontrando, em uma espécie de colcha de retalhos, representam características essenciais para compreensão das sociabilidades estabelecidas em Campos, em torno das atribuições assistências.

A configuração visualizada nos casamentos das expostas corresponde aos valores e aos comportamentos da boa sociedade, não só em termos sociais, sobretudo, em termos políticos. O interesse por galgar cargos públicos e prestígio social encoraja as trocas de favores e relações pessoais nos Oitocentos, o exemplo trabalhado foi à presença de membros da Santa Casa de Misericórdia, nos matrimônios das/com expostas do Asilo da Lapa. Esses acertos pessoais são reflexos de uma sociedade hierarquizada do período Imperial, a presença em fóruns públicos representa o interesse em ampliar os laços sociais, políticos e de clientela, mostrando assim, trazer consigo elementos fortes das relações do período colonial de outrora.

Conclusões

Como procuramos dimensionar ao longo deste trabalho, as relações estabelecidas entre os irmãos da Santa Casa de Campos dos Goytacazes demonstram estratégias e práticas de ampliação das redes de clientela desses homens, em termos políticos e sociais, a partir da realização dos ideais de caridade e das ações filantrópicas.

Em particular, ganhou ênfase a provedoria do Comendador José Gomes da Fonseca Paraíba (1860-1868), período pelo qual a instituição passou por uma série de transformações em suas atividades hospitalar e asilar. A figura do provedor Paraíba ilustra os caminhos e as táticas que muitos destes homens locais empregavam para adentrar nesses espaços de destaque naquela época. Por um lado, Paraíba mostra-se próximo de nomes expressivos da política local e provincial, relações cultivadas em meio as benesses destinadas à Santa Casa, tal cargo garante-lhe posição de autoridade social. Por outro, o provedor campista certifica sua posição de mando institucional com o título de médico, categoria esta que conquista projeção na opinião pública durante os oitocentos, percebe-se que, de maneira habilidosa, defende modificações e ajustes internos, indicando novas técnicas e procedimentos adotados pela ciência e administração médica. O discurso proferido nos relatórios mostra a influência que a Misericórdia do Rio de Janeiro exerceu sobre sua congênere campista, as mudanças empreendidas por Clemente Pereira, provedor carioca entre os anos de 1834 e 1854, são seguidas, em parte, por Fonseca Paraíba, como a formação de um corpo médico para avaliar os casos clínicos, bem como uma possível vinda das irmãs vicentinas para as funções hospitalares e ao regimento do Asilo da Lapa.

No que diz respeito à fundação do Asilo da Lapa, podemos ver uma transformação nas ações nos cuidados com os expostos, as discussões vistas buscavam enrijecer as regras aos particulares que voluntariavam-se para criar essas crianças, devido às denúncias de desvios e corrupção das remunerações entregues para tal responsabilidade. O problema pungente mais relatado pelos provedores dirigia-se às condições das expostas e órfãs, pois muitas meninas acabam por retornar ao poder da pia instituição, assim, a proposta apresentada por Fonseca Paraíba viabilizou uma esfera própria de amparo concordante aos anseios sociais. Dessa modo, a organização da nova instituição estruturou-se a partir dos valores comportamentais esperados para o público feminino, sendo a educação doméstica base para formação de esposas e mães exemplares. Logo, conclui-se que havia

uma preparação prévia dessas recolhidas, tendo por finalidade o casamento.

Para tanto, considerando a obra de assistência às recolhidas e as dinâmicas sociais e políticas do período, a análise salientou a configuração das relações entre os irmãos da Misericórdia, apoiada na presença desses homens como padrinhos e noivos nos matrimônios dessas moças. A partir disso, incluiu-se o conceito de redes de sociabilidade para melhor esclarecer essas aproximações que intuía por trocas de influências e favores mútuos. Dentre essas relações, encontramos a ascensão do médico da instituição, o Dr. Secioso Moreira de Sá torna-se mordomo do Asilo da Lapa, ou seja, passa a compor a prestigiada irmandade da Misericórdia, casa-se com uma recolhida e revela seus laços pessoais com o provedor Paraíba e o tesoureiro Antônio Pereira da Rocha, ambos padrinhos de suas núpcias. Este último, tem por padrinho o advogado da instituição, o Dr. José Fernandes da Costa Pereira, figura de carreira política consolidada, por ter sido presidente provincial por anos, além de importante proprietário de terras da região de Campos, sucedeu a Fonseca Paraíba na provedoria da Santa Casa.

Outro personagem interessante é o Dr. Francisco Portella, com sua atuação médica nas comissões locais nos tempos das epidemias, além de cooperar em algumas sociedades filantrópicas, como na formulação do regulamento do Asilo da Lapa, consagrou-se como político respeitado por toda província, chegando ao cargo de primeiro presidente do Estado do Rio de Janeiro, já no período republicano. Essas trajetórias carregam em comum a passagem pela Misericórdia campista, os vínculos constituídos a partir da participação nos assuntos assistenciais e filantrópicos garantem à esses homens galgarem posições expressivas no cenário social e político local e nacional.

Em linhas gerais, os fóruns dos acertos entre esses homens eram nessas irmandades e sociedades filantrópicas, que serviam para legitimar suas posições de poder econômico e político, bem como seus interesses em ampliar as redes de clientela. Em vista disso, depreende-se que as ações perpetradas da Santa Casa campista marcam a continuidade de representar um forte epicentro político durante os oitocentos, ainda que já existissem outros espaço associativos e políticos, como as sociedades beneficentes, essa pia instituição conservava grande posição de autoridade social e política.

Atentando-me, desde o início dos trabalhos, a continuidade da estrutura clientelar colonial nessas sociabilidades dos irmãos da Santa Casa no século XIX. As nomeações e os cargos institucionais desses homens estavam atrelados aos contatos pessoais e às normas estabelecidas pela estrutura estamental, exemplicamos tais condições com as premissas dos conceitos de boa sociedade e sociabilidades oitocentistas. Contudo,

ressalto a necessidade de continuidade da análise dessas relações administrativas do Asilo da Lapa e da própria Santa Casa, para melhor entender as trajetórias das personagens aqui citadas e as transformações que eles implementaram nesses espaços assistenciais e políticos.

Referências

- ABREU, Laurinda. Prefácio. In: SANGLARD, Gisele *et alii*. *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p. 7.
- _____. Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX). *DYNAMIS*. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus. 2000, 20, 395-415.
- _____. *Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.
- _____. *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de d'ancienne Provence* P1TTIJCnce. Paris, Seuil. 1968
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo. *As Misericórdias Portuguesa enquanto palco desociabilidade no século XVIII*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 155-176, 2006. Editora UFPR.
- _____. *As Misericórdias das duas margens do Atlântico: Portugal\Brasil (século XV-XX)*. Cuiabá: Carlini&Caniato, 2009.
- ATALLAH, Cláudia. Conflitos, assistência e redes de poder em torno da fundação da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes (1786-1795). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 26, p. 179-194, 2019.
- BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidades na Província de Minas Gerais (1822-1840). In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BRAGA, Isabel. A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806–1820). *Revista Tempo*, vol. 20 – 2014:1-19
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2001.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAVALLO, Sandra. Charity, power and patronage in eighteenth century Italian hospitals. 1989, *The Hospital in History*, Routledge. Granshaw, L. & Porter, R. (eds.). p. 93-122

- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). *Revista História* (São Paulo), vol. 30 nº1, p.56-89, 2011.
- COIMBRA, Luiz Octávio. Filantropia e racionalidade empresarial (a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro de 1850 a 1920). *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, nº 3, mai\agost.,1986. 41 – 85
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social no séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luíz Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014
- FELBERG, Bernardo M. *O Asilo de Santa Leopoldina e as suas asiladas - perfil e origem (1850-1890)*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- FERREIRA, L. O. (Org.); SANGULAR, G.P. (Org.); PIMENTA, T. S. (Org.); FREIRE, M.M. de L. (Org.) ; BARRETO, M.R.N. (Org.) . *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2015.
- FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001. 30-71.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. e BICALHO, Maria Fernanda. Uma leitura do Brasil Colonial bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope*, La Rioja, Nº. 23, p. 67 – 88, 2000.
- FRANCO, Renato. O privilégio da caridade: Comerciantes na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1750-1822). In: SANGULAR, G.; FERREIRA, L.O.; FREIRE, M. M. L.; BARRETO, M. R. N.; PIMENTA, T.S. (Orgs.). *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- _____. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de

História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Tese de Doutorado, São Paulo, orientado pela Profa. Dra. Maria Luíza Marcílio, defendida em 2011.

GANDELMAN, L. M., Luciana Gandelman. *A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI-XIX*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. VIII, n.3, p. 613-630, 2001

_____. *Mulheres para um Império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto - século XVIII)*. UNICAMP. Tese de doutorado, Campinas, orientada pela Profa. Dra. Leila Mezan Algranti. Ano de obtenção: 2005.

_____. Murmurações e caridade. Distinção social e fama pública no Império português: o caso das órfãs da Misericórdia. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. , p. 155-170.

GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das sociais networks analysis. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Santa Vitória do Palmar, Vol. 3 Nº 6, p. 82 - 96, dez. de 2011.

GRANSHAW, Lindsay; POTER, Roy (Orgs.). *The Hospital in History*. London: Routledge, 1989.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730*. In: Na trama das redes política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. RJ: Civilização Brasileira, 2010. 155-202

HEINZ, Flavio M. (Org.). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: José Mattoso (org). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

LAMEGO, A. *História da Santa Casa de Campos*. Rio de Janeiro, 1951.

_____. *Alberto Lamego através da imprensa*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

LOPES, Maria Antónia. “A identificação dos dirigentes das misericórdias como método para história das elites. O caso de Coimbra nos séculos XVIII e XIX”, *Noroeste. Revista de História* 3, Braga, 2007, pp. 323-334

MARCÍLIO, Maria Luiza. A criança abandonada na História de Portugal e do Brasil. In:

- VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX*. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010. cap.1.
- MARTINS, A. P. V. A política dos sentimentos e a questão social no século XIX. *ANOS 90 (ONLINE) (PORTO ALEGRE)*, v. 24, p. 239-268, 2017.
- MATTOS, Ilmar R. de. *Luzias e Saquaremas: Liberdades e Hierarquias*. In: O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MATTOS, Raimundo César de Oliveira. Instituições e Sociabilidade: Um caminho para a cidadania no Brasil do Oitocentos. *Legis Augustus*, Rio de Janeiro, v. 3, n° 1, p. 83 – 96, jan/jun. 2012.
- MOREL, Marco. “Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, ano 2001/2.
- MOUTOUKIAS, Zacarías. Familia patriarcal o redessociales: Balance de una imagen de laestratificación social. *Anuariodel IEHS*, Tandil, Vol. 15, p. 133 - 151, 2000.
- MUAZE, Mariana. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). *Revista de História (UFES)*, Vitória, n° 15, p.59 - 84, 2003.
- PIMENTA, Tânia Salgado; DELAMARQUE, Elizabete V.. O estado da Misericórdia: assistência à saúde no Rio de Janeiro, século XIX. In: SANGULARD, Gisele Porto; FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Marta Martha de Luna; BARRETO, Maria Renilda N.; PIMENTA, Tânia Salgado (orgs.). *Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPERJ, 2015.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.supl. 1, p. 67-92, 2004.
- _____. La asistencia sanitaria en tiempos de epidemia en Río de Janeiro en el siglo XIX. *Dynamis* (Granada), v. 31, p. 21-40, 2011.
- RISSO, Sérgio Rangel. *Saúde pública em Campos dos Goytacazes: da epidemia de cólera de 1855 às políticas de saúde na república velha (1855-1930)*. Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem, Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Dissertação de Mestrado, Campos dos Goytacazes, orientado pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra, defendida em 2006.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da*

- Bahia, 1550-1755*. Brasília, editora da Universidade de Brasília, 1981.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno. *Cadernos do Noroeste* – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Portugal, Vol. 11 (2), 1998, 31-63.
- SANGLARD, Gisele P. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. *Esboços (UFSC)*, Florianópolis - SC, v. 16, p. 11-33, 2006.
- _____. *Assistência na antiga província do Rio de Janeiro: contribuições para o debate acerca de sua organização (1830-1890)*. 2019. No prelo.
- _____. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDORFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Enrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckman; QUEVEDO, Éverton Reis. (Org.). *História da Assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre instituições e seus atores*. 1 ed. São Leopoldo/RS: Oikos Ed., 2017, v. , p. 19-40
- SOARES, Eugênio. *Vivendo em tempos de tirania: A vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, tão perto do Rio de Janeiro, tão longe do Espírito Santo (1808 – 1832)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011
- SUBTIL, J. *O Antigo Regime da Saúde Pública entre o Reino e o Brasil*. *Revista ultramarés*, Alagoas, vol. 15, nº 8, p. 39-66. ago-dez. 2016.
- TEIXEIRA, L.A.; PIMENTA, T. S.; HOCHMAN, G. (Org.). *História da Saúde no Brasil*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2018
- TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891*. Orientador: Flávio Madureira Heinz. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, Brasil, 2014.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Ensaio sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- VIEIRA, Silviane de Souza. Campos dos Goytacazes e epidemias no século XIX: febre

amarela e cólera. *Dimensões*, vol 15 p. 296 – 316. 2003

WOOLF, Stuart. Introduction: Los pobres y la sociedad en el occidente europeo. In: *Los pobres en La Europa moderna*. Barcelona: Editorial Critica, 1986.

Fontes

Registro de Órfãs e Recolhidas do Asilo de N. S. da Lapa (1864 – 1962). Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.

Relatório d'administração da Santa Casa de Misericórdia da Cidade dos Campos dos Goytacazes nos anos de *1860-1861; 1861-1862; 1862-1863; 1863-1864; 1865-1866; 1866-1867*. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes.